



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVI - Nº 073 - QUINTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 2001 - BRASÍLIA-DF**

---

**Mesa não disponível!**

## SUMÁRIO

### CONGRESSO NACIONAL

#### 1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 161, de 2001, que aprova o ato que renova a concessão ou torção da “Rádio Globo S/A” para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. ....	10723
Nº 162, de 2001, que aprova o ato que outorga concessão à “Rádio Atalaia Ltda.,” para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Campo Erê, Estado de Santa Catarina. ....	10723
Nº 163, de 2001, que aprova o ato que renova a permissão ou torção da “Lene Rádio de Fuzão Ltda.,” para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais. ....	10723
Nº 164, de 2001, que aprova o ato que autoriza a “Associação Comunitária e Cultural Teresense” a executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Santa Tereza, Estado do Espírito Santo. ....	10723
Nº 165, de 2001, que aprova o texto do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000. ....	10724
Nº 166, de 2001, que aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio de “Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour”, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco, Estado do Acre. ....	10724

### SENADO FEDERAL

#### 2 – ATA DA 62ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 30 DE MAIO DE 2001

- 2.1 – ABERTURA
- 2.2 – EXPEDIENTE
- 2.2.1 – Pareceres

Nº 455, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 108, de 2001 (nº 318, de 9-4-2001, na origem), que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Banco do Nordeste do Brasil S/A e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com a garantia da República Federativa do Brasil, destinada ao financiamento par-

cial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas – PEM. <b>(Projeto de Resolução nº 22, de 2001)</b> .....	10725
Nº 456, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 119, de 2001 (nº 375, de 25-4-2001, na origem), que encaminha ao Senado Federal, solicitação para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a US\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal. <b>(Projeto de Resolução nº 23, de 2001)</b> .....	10729

**2.2.2 – Ofícios**

Nº 191/2001, de 29 do corrente, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o in clu so Projeto de Lei Complementar nº 177, de 2001, do Poder Executivo, que dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de acordo com o caput do art. 65 da Constituição Federal, que tramita em regime de urgência solicitada pelo Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 64, § 1º, da Constituição Federal. .... 10744

Nº 714/2001, de 30 do corrente, do Presidente da Câmara dos Deputados em aditamento ao Ofício nº 191/2001, que acaba de ser lido. .... 10744

**2.2.3 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados**

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2001-Complementar (nº 177/2001 –Complementar, na Casa de origem), que dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. .... 10744

**2.2.4 – Comunicações da Presidência**

Esclarecendo ao Plenário que Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2001-Complementar, que acaba de ser lido, tramitou naquela Casa, em regime de urgência constitucional, com o Projeto de Lei nº 187, de 2001-Complementar, de iniciativa do Presidente da República, e terá o prazo de quarenta e cinco dias para tramitação simultânea nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais, e de Assuntos Econômicos, podendo receber emendas perante a primeira Comissão, pelo prazo único de cinco dias úteis, findo o qual, sendo apresentadas emendas as mesmas deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa a fim de serem publicadas no Diário do Senado Federal e em avulsos para serem distribuídos aos Senhores Senadores, na forma regimental. .... 10753

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Resolução nºs 22 e 23, de 2001, re sultantes de pareceres lidos anteriormente. .... 10754

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1999, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, aprovado terminativamente pelas Comissões de

Educação e de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados. .... 10754

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 655, de 1999, de autoria do Senador Luiz Pontes, que acrescenta o art. 456-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as relações de emprego beneficiadas por incentivos e dá outras providências, aprovado terminativamente pelas Comissões de Educação e de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados. .... 10754

**2.2.5 – Leitura de requerimentos**

Nº 280, de 2001, de urgência para o Projeto de Resolução nº 22, de 2001, advindo da aprovação da Mensagem nº 108, de 2001 que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Banco do Nordeste do Brasil S/A e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com garantia da República Federativa do Brasil, destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas – PEM. Será votado após a Ordem do Dia. .... 10754

Nº 281, de 2001, de urgência para o Projeto de Resolução nº 23, de 2001, advindo da aprovação da Mensagem nº 119, de 2001, que encaminha ao Senado Federal, solicitação para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a US\$130,000,000.00 (cento e trinta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal. Será votado após a Ordem do Dia. .... 10754

**2.2.6 – Ofício**

Nº 349/2001, de 30 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 10755

**2.2.7 – Discursos do Expediente**

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Considerações sobre a crise entre a Polícia Militar e o Exército, no Estado do Tocantins. .... 10755

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Satisfação pelo avanço no processo de diálogo entre as forças policiais aquarteladas em Tocantins

e o Exército. Necessidade de valorização da agricultura familiar para o desenvolvimento sócio-econômico no País. .... 10759

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Pronunciamento de renúncia do mandato de S. Ex<sup>a</sup>, pela representação do Estado da Bahia, em virtude do seu envolvimento no episódio de violação do paineletrônico do Senado. .... 10760

## 2.2.8 – Comunicação da Presidência

Referente à renúncia do Senador Antonio Carlos Magalhães ao mandato pela representação do Estado da Bahia, feita da Tribuna. Tendo o amparo regimental, a renúncia se torna irrevogável depois de sua publicação no Diário do Senado Federal. .... 10769

## 2.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA HELOÍSA HELENA – Defesa das ações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no processo de investigação da violação do paineleletrônico. .... 10770

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Críticas ao discurso de renúncia do Sr. Antonio Carlos Magalhães. .... 10770

SENADOR ROBERTO FREIRE – Análise da renúncia do mandato do ex-Senador Antonio Carlos Magalhães sob a perspectiva de fuga do processo de cassação. .... 10774

SENADOR RAMEZ TEJET – Defesa do Relatório do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que concluiu pelo pedido de cassação dos senadores envolvidos no processo de violação do paineleletrônico do Senado Federal. .... 10776

## 2.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 282, de 2001, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2001, que acrescenta parágrafos ao art. 58 e dá nova redação ao § 2º do art. 458 da Constituição das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Será votado após a Ordem do Dia. .... 10780

Nº 283, de 2001, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando a criação de Comissão Especial do Senado Federal, para acompanhar e intermediar *in loco* as negociações e desdobramentos da crise estabelecida entre o Governo do Estado do Tocantins e a Polícia Militar do Estado, ora sob a intervenção do Exército Brasileiro, em face à gravidade do impasse. **Aprovado.** Designação dos Srs. Eduardo Siqueira Campos, Carlos Patrocínio e Leomar Quintanilha para compor a referida comissão. .... 10780

## 2.3 – ORDEM DO DIA

### Item 1

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2001 (nº 3.998/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1966, e a Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997 (contribuição previdenciária da empresa rural e da agroindústria; consórcio simplificado de produtores rurais; benefícios fiscais para agroindústria). **Aprovado**, nos termos do parecer, após usarem da palavra o Sr. Osmar Dias, o Sr. Presidente (Jader Barbalho), os Srs. Romero Jucá, Eduardo Suplicy, Moreira Mendes e Bello Parga. À Comissão Diretora para redação final. .... 10780

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2001 (**Parecer nº 457, de 2001-CDIR**). **Aprova da.** À Câmara dos Deputados. .... 10785

### Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2000, tendo como 1º signatário o Senador Nabor Júnior, que altera o § 6º do art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos). **Adiamento da discussão** para o dia 06.06.2001, nos termos do Requerimento nº 284, lido e aprovado nesta oportunidade. .... 10785

### Item 3

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2000 (nº 596/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regula a menta as atividades dos empregados venenosos, vi-ajantes ou praticistas, para permitir o pagamento de comissões e percentagens em prestações sucessivas quando do recebimento da primeira parcela e estabelece critérios para o estorno de comissões pagas. **Aprova do com emendas**, após usar da palavra os Srs. Tião Viana e Romero Jucá. À Comissão Diretora para redação final. .... 10786

### Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2000 (nº 44/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rede Popular de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. .... 10787

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2000 (**Parecer nº 458, de 2001-CDIR**). **Aprova da.** À promulgação. .... 10787

### Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2000 (nº 172/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Monte Alto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. .... 10788

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2000 (**Parecer nº 459, de 2001-CDIR**). **Aprovada** À promulgação. .... 10788

### 2.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2001 (**Pa re cer nº 460, de 2001-CDIR**). **Aprova da**, nos termos do Requerimento nº 285, de 2001. À sanção. .... 10789

Requerimento nºs 280, de 2001, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Romero Jucá. .... 10790

Requerimento nº 281, de 2001, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Romero Jucá. .... 10790

Requerimento nº 282, de 2001, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** ..... 10790

### 2.3.2 – Dis cur sos após a Ordem do Dia

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Apoio à determinação do Presidente da República para reforçar a fiscalização da fronteira brasileira com a Bolívia, a fim de evitar a entrada de animais contrabandeados com febre aftosa no País. Transcrição de artigo do jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulado “Fronteira com a Bolívia vai ter patrulha mento das Forças Armadas”. .... 10790

SENADOR EDUARDO SUPPLY, como Líder – Leitura de ofício enviado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que lamenta as críticas de S. Exª ao artigo publicado no **Jornal do Brasil**, que aborda a violação do país no eletrônico do Senado Federal. Expectativas ante o depoimento a ser prestado pelo Ministro Pedro Malan, amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o afastamento do ex-Presidente do Banco Central, Francisco Lopes. .... 10791

SENADOR ROMERO JUCÁ – Esclarecimentos ao pronunciamento do Senador Eduardo Supply ..... 10792

SENADOR NEY SUASSUNA – Elogios às ações do Ministro interino da Integração Nacional, Dr. Raul Jungmann, pela presença na dis tri

buição de cestas básicas e carros-pipa nos municípios atingidos pela seca na região nordestina.... 10793

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Realização, no auditório Petrólio Portella, do **I Fórum Nacional de Saúde Ocular**. Solicitação de apoio ao projeto de S. Exª, aprovado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que autoriza a realização de plebiscito para transformar o município de Oiapoque/AP em território federal. .... 10796

### 2.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, quinta-feira, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 10796

### 2.3.4 – Dis cur sos en caminha dos à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Elogios ao desempenho do Ministro Pimenta da Veiga, no setor das telecomunicações. .... 10797

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa da integração econômica municipal pelo fortalecimento de blocos regionais como o Mercosul... 10798

SENADOR MAGUITO VILELA – Registro das solenidades de comemoração dos 106 anos de emancipação do Município goiano de Jataí. .... 10800

SENADOR CASILDO MALDANER – Realização, nos dias 30 e 31 de maio, no Auditório Petrólio Portella, do **I Fórum Nacional de Saúde Ocular**, sob a coordenação do Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO. .... 10801

SENADOR MAURO MIRANDA – Considerações sobre a publicação de pesquisa de intenção de votos na disputa para o governo do Estado de Goiás em 2002. .... 10802

SENADOR HUGO NAPOLEÃO – Registro do Falecimento, no último dia 25 de abril, do ilustre piauiense Wilson de Andradão. .... 10802

### 2.4 – ENCERRAMENTO

### 3 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)

### 4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

### 5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 161, DE 2001

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada a "Rádio Globo S/A" para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão outorgada a "Rádio Globo S/A" para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de maio de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 162, DE 2001

**Aprova o ato que outorga concessão a "Rádio Atalaia Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Campo Erê, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 16 de junho de 1999, que outorga concessão a "Rádio Atalaia Ltda." para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Campo Erê, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de maio de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 163, DE 2001

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Lene Radiodifusão Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 230, de 17 de novembro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 7 de outubro de 1992, a permissão outorgada a "Lene Radiodifusão Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de maio de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 164, DE 2001

**Aprova o ato que autoriza a "Associação Comunitária e Cultural Teresense" a executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 83, de 21 de março de 2000, que autoriza a "Associação Comunitária e Cultural Teresense" a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de maio de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, para ser da Comissão Diretora oferecendo a redação final das emendas, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 457, DE 2001**  
(Da Comissão Diretora)

**Redação final das Emendas do Sena do ao Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 22, de 2001 (nº 3.998, de 2001, na Casa de origem).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Sena do ao Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 22, de 2001 (nº 3.998, de 2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, aprovadas nos termos do art. 124, III, do Regimento Interno.

Sala de Reuniões da Comissão, em 30 de maio de 2001. – **Jader Barbalho** – Presidente – **Edison Lobão** – Relator – **Antonio Carlos Valadares** – **Mozarildo Cavalcanti**.

ANEXO AO PARECER Nº 457, DE 2001

**Alte ra a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997.**

**Emenda nº 1**

(Corresponde à Emenda nº 4-CAS)

Dê-se ao § 4º do art. 22-A, incluído na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, objeto do art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

“§ 4º O disposto neste artigo não se aplica às sociedades cooperativas e às agroindústrias de piscicultura, carcinicultura, suinocultura e avicultura.”

**“Emenda nº 2**

(Corresponde à Emenda nº 1-CAS)

Dê-se ao § 5º do art. 22-A, incluído na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, objeto do art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

“§ 5º O disposto no inciso I do art. 3º da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, não se aplica ao empregador de que trata este artigo, que contribuirá com o adicional de zero vírgula vinte e cinco por cento da receita bruta proveniente da comercialização da produção, destinado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).”

**Emenda nº 3**

(Corresponde à Emenda nº 5-CAS)

Dê-se ao art. 6º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 6º São revogados o § 5º do art. 22, os §§ 6º, 7º e 8º do art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o § 2º do art. 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994.”

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Amatéria volta à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – **Item 2:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 44, DE 2000**  
**(Votação nominal)**

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2000, tendo como 1º signatário o Senador Nabor Júnior, que altera o § 6º do art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos), tendo

Parecer favorável, sob nº 148, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Resende, com votos contrários dos Senadores Lúcio Alcântara e Roberto Freire.



Amatéria cons tou da Ordem do Dia da ses são deliberativa ordinária de 23 do corrente, quando teve sua dis cus são adi a da para hoje.

So bre a mesa, re que ri men to que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o se guin te:

#### REQUERIMENTO Nº 284, DE 2001

##### Adiamento da dis cus são para de ter mi na do dia.

Nos ter mos do art. 279, in ci so III, do Re gi men to Inter no, re que i ro adi a men to da dis cus são da PEC 44, de 2000, a fim de ser fe i ta na ses são de 6 de ju nho do cor ren te ano 4ª fei ra.

Sala das ses sões, 30 de maio de 2001. –**Na bor Júnior.**

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – Em vo ta ção o re que ri men to.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, o PSDB concorda com o re que ri men to, cuja vo ta ção en ca mi nha fa vor a vel men te.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – As Srªs e os Srs. Se na do res que o apro vam que i ram per ma ne cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprovado.

A dis cus são da ma té ria fi ca adi a da para o dia 6 de ju nho pró xi mo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – **Item 3:**

Dis cus são, em tur no úni co, do **Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 79, de 2000** (nº 596/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 3.207, de 18 de ju lho de 1957, que re gu la men ta as ati vi da des dos em pre ga dos ven de do res, via jan tes ou pra ci tas, para per mitir o pa ga men to de co mis sões e per cen ta gens em pre sta ção su ces si vas quan do do re ce bi men to da pri me i ra par ce la e es ta be le ce crí te rios para o es tor no de co mis sões pa gas, ten do

Parecer sob nº 109, de 2001, da Co mis sã o de As sun tos So ci ais, Re la tor *ad hoc*: Senador Ademir Andrade, fa vor á vel, com as Em en das nºs 1 e 2-CAS, de re da ção, que apre sen ta.

Durante o prazo regimen tal de cinco dias úteis per ante a Mesa, não foram ofereci das em en das à ma té ria.

Passa-se à dis cus são, em con jun to, do pro je to e das em en das, em tur no úni co. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a dis cus são.

Em vo ta ção.

**O SR. TIÃO VIANA** (Blo co/PT – AC) – Sr. Pre si den te, peço a pa la vra para en ca mi nha r a vo ta ção.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Con cedo a pa la vra ao no bre Se na dor Tião Vi a na.

**O SR. TIÃO VIANA** (Blo co/PT – AC. Para en ca mi nha r a vo ta ção. Sem re vi são do ora dor.) – Sr. Pre si den te, Srªs e Srs. Se na do res, se rei mu i to bre ve. Ape nas para di zer que a Lei nº 3.207, de 1957, já as se gu ra va o di re i to à co mis sã o, à per cen ta gem pelo tra ba lho ex er ci do, aos tra ba lha do res que atu am no co mé rci o, os ven de do res.

Agora, sur ge, de po is de to dos es ses anos, um gesto de soli da ri e da de a esta cate go ria que con tri bu i deci si va men te com a eco no mia do Bra sil, no sen ti do de que o ven de dor não per ca a co mis sã o que lhe é de vi da. O pro je to que es ta mos vo tan do, com o re la tó rio do Senador Ademir Andrade, que foi re la tor **ad hoc**, faz jus ti ça aos ven de do res.

Que ro aqui ex ter nar a mi nha sa tis fa ção e a da que les que vêm o pe que no ven de dor como um tra ba lha dor im pre scin dível na ati vi da de do co mé rci o. O meu vo to é de lou vor e de res pe i to pela apro va ção des ta ma té ria, que vem ao en con tro do pe que no tra ba lha dor bra si le i ro.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Para en ca mi nha r vo ta ção, con cedo a pa la vra ao no bre Se na dor Ro me ro Ju cá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR. Para en ca mi nha r a vo ta ção. Sem re vi são do ora dor.) – Sr. Pre si den te, Srªs e Srs. Se na do res, que ro en ca mi nha r fa vor a vel men te a este pro je to que pri vi le gi a o pe que no tra ba lha dor. O do PSDB é fa vo rá vel, e pe de o vo to, pela apro va ção, dos Srs. Se na do res.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – Em vo ta ção o Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 79, de 2000, sem pre juízo das em en das.

As Srªs e os Srs. Se na do res que o apro vam que i ram per ma ne cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprovado.

Em vo ta ção as Em en das de re da ção nº 1 e 2, da Co mis sã o de As sun tos So ci ais.

As Srªs e os Srs. Senadores que as apro vam que i ram per ma ne cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprovadas.

Amatéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

São os seguintes o projeto e as emendas aprovadas:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA 79, DE 2000**  
(Nº 596/99, na Casa de origem)

**Altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas, para permitir o pagamento de comissões e percentagens em prestações sucessivas quando do recebimento da primeira parcela e estabelece critérios para o estorno de comissões pagas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 3.207, de 19 de julho de 1957, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Nas transações em que a empresa se obrigar por prestações sucessivas, o pagamento das comissões e percentagens será exigível, em sua totalidade, quando do recebimento da primeira prestação, observado o disposto no art. 7º. (NR)

Art. 2º O art. 7º da Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 7º .....

§ 1º A comissão somente poderá ser estornada quando esgotarem todas as tentativas de composição com o insolvente, judicial ou extrajudicial.

§ 2º O estorno, quando se fizer necessário, será efetuado parceladamente, não podendo cada parcela comprometer um valor superior a vinte por cento da remuneração líquida mensal do vendedor.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**EMENDA Nº 1-CAS-DE REDAÇÃO**

Dê-se à emenda do Projeto de Lei em análise a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes e praticistas, para prever o pagamento, numa única parcela, das comissões e percentagens sobre vendas em prestações e dá outras providências.”

**EMENDA Nº 2-CAS-DE REDAÇÃO**

Dê-se ao art. 5º da Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, alterado pelo art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 5º Nas transações em que a empresa se obrigar pelo pagamento de comissões e percentagens sobre vendas em prestações sucessivas, esse pagamento será exigível, em sua totalidade, quando do recebimento da primeira prestação, observado o disposto no art. 7º. (NR)

**O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 4:**

Discutirão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2000** (nº 44/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rede Popular de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 25, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Fogaça, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, para ser da Comissão Diretora o oferecido a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozerildo Cavalcanti.**

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 458, DE 2001**  
(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2000 (nº 44, de 1999, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2000 (nº 44, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rede Popular de

Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, consolidando o adendo aprovado pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 30 de maio de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator – **Antonio Carlos Valadares** – **Mozarildo Cavalcanti**.

#### ANEXO AO PARECER Nº 458, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 185, DE 2001

**Aprova o ato que renova a concessão de “Rede Popular de Comunicações Ltda.,” para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº, de 9 de outubro de que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão de “Rede Popular de Comunicações Ltda.,” originariamente outorgada a “Rádio, Sociedade Farroupilha Ltda.,” para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada

Amatéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – **Item 5:**

Dis cus são, em tur no úni co, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2000** (nº 172/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cul tu ra de Mon te Alto Ltda. para ex plorar serviço de radiodifusão sonora em

onda média na cidade de Mon te Alto, Esta do de São Pa u lo, ten do

Parecer favorável, sob nº 1.033, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ricardo Santos, com voto contrário do Senador Lauro Campos.

Em discussão pro je to, em tur no úni co. (Pa u sa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação.

As S<sup>rs</sup> e os Srs. Se na do res que o apro vam que iram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria vai à Co mis são Di re to ra para a re da ção final.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – So bre a mesa, pa re cer da Co mis são Di re to ra ofe re cen do a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Se cre tá rio em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o se guin te:

#### PARECER Nº 459, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2000 (nº 172, de 1999, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2000 (nº 172, de 1999, na Câ ma ra dos De pu ta dos), que apro va o ato que re no va a con ces são da Rádio Cul tu ra de Mon te Alto Ltda., para explorar serviço de radiodifusão so no ra em onda mé dia na ci da de de Mon te Alto, Esta do de São Pa u lo.

Sala de Reuniões da Comissão, 30 de maio de 2001. – **Jader Barbalho**, Pre si den te – **Edison Lobão**, Relator – **Antonio Carlos Valadares** – **Ma za ril do Cavalcanti**.

#### ANEXO AO PARECER Nº 459, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Se na do Fe de ral, nos ter mos do art. 48, item 28, do Re gi men to In ter no, pro mul go o se guin te

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, DE 2001

**Aprova o ato que renova a concessão de “Rádio Cultura de Monte Alto**

**Ltda.", para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 79, de 8 de abril de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão de "Rádio Cultura de Monte Alto Ltda.," para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Amatéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – Esgota das as ma té ri as cons tan tes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 460 DE 2001**

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2000 (nº 596, de 1999, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2000 (nº 596, de 1999, na Casa de origem), que altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas, para permitir o pagamento de comissões e percentagens em prestações sucessivas quando do recebimento da primeira parcela e estabelece critérios para o estorno de comissões pagas, consolidando as Emendas nºs 1 e 2-CAS, aprovadas pelo Plenário.

Sala de reuniões da Comissão em 30 de maio de 2001. – **Jader Barbalho, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti.**

**ANEXO AO PARECER Nº 460 DE 2001**

**Altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas, para prever o pagamento, numa única parcela, das comissões e percentagens sobre vendas em prestações e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Nas transações em que a empresa se obrigar pelo pagamento de comissões e percentagens sobre vendas em prestações sucessivas, esse pagamento será exigível, em sua totalidade, quando do recebimento da primeira prestação, observado o disposto no art. 7º. (NR)

Art. 2º O art. 7º da Lei nº 3.207, de 1957, passa a vigorar acrescido dos seguintes § 1º e 2º:

"Art. 7º .....

§ 1º A comissão somente poderá ser estornada quando esgotarem todas as tentativas de composição como insolvente, judicial ou extrajudicial.

§ 2º O estorno, quando se fizer necessário, será efetuado parceladamente, não podendo cada parcela comprometer um valor superior a vinte por cento da remuneração líquida mensal do vendedor.

"Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido e aprovado o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 285, DE 2001**

**Dispensa de publicação de redação final.**

Nos termos do art. 321 do Regulamento Interno, requiro a dispensa de publicação do Parecer, para imediato a discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2000 (nº 596/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas, para permitir o pagamento de comissões e percentagens em prestações sucessivas quando do recebimento da primeira parcela e estabelece critérios para o estorno de comissões pagas.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2001. – **Ade-mir Andra de.**

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Apro-vado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não ha vendo quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à sanção.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Pas-sa-se à apreciação do Reque ri men to nº 280, de ur-gên cia, lido no Expe di en te, para o Pro je to de Re so lu-ção nº 22, de 2001, re la ti vo à au to ri za ção para a con-tra ta ção de ope ra ção de cré di to ex ter no en tre o Ban-co do Nor deste do Bra si le o Ban co In te ra me ri ca no de De sen vol vi men to no va lor de US\$150 mil hões dos Esta dos Uni dos da Amé ri ca, des ti na dos ao fi nan ci a-mento par ci al do Pro gra ma de Ex pa são de Mer ca-dos para Pe que nas e Mé di as Em pre sas.

Em votação o requerimento.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a pa la vra para en ca mi nhar a vo ta ção.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a pa la vra.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR.) Para en ca mi nhar a vo ta ção. Sem re vi são do ora dor.) – Sr. Presidente, en ca mi nho fa vor avel men te a ma té-ria, res sal tan do a im por tância do pro je to para a Re-gião Nor deste, e so li ci to às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Se na do res o voto pela apro va ção.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em vo ta ção o Re que ri men to nº 280, de 2001.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Se na do res que o apro vam que-iram per mane cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria a que se re fe re fi gu ra rá na Or dem do Dia da se gun da ses são de li be ra ti va or di ná ria, nos ter mos do Re gi men to.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Pas-sa-se à apreciação de Re que ri men to nº 281, de ur-gên cia, lido no Expe di en te, para o Pro je to de Re so lu-ção nº 23, de 2001, re la ti vo à au to ri za ção para a con-tra ta ção de ope ra ção de cré di to ex ter no en tre o Go-ver no do Dis tri to Fe de ral e o Ban co In te ra me ri ca no de De sen vol vi men to no va lor de US\$130 mil hões dos

Esta dos Uni dos da Amé ri ca, des ti na dos ao fi nan ci a-mento par ci al do Pro gra ma de Sa ne amento Bá si co do Dis tri to Fe de ral, Bra si lí a.

Em votação o requerimento.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR.) Para en ca mi nhar a vo ta ção. Sem re vi são do ora dor.) – Sr. Presidente, que ro re gi strar a im por tância do fi-nan ci amento para Bra si lí a de uma obra de sa ne a-mento bá si co e en ca mi nho o voto fa vor ável pelo PSDB e pela Li de ran ça do Go ver no.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em vo ta ção.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Se na do res que o apro vam que-iram per mane cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria a que se re fe re fi gu ra rá na Or dem do Dia da se gun da ses são de li be ra ti va or di ná ria, nos ter mos do Re gi men to.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Não ha ven do ob je ção do Ple ná rio pas sa-se à apre ci a ção do Re que ri men to nº 282, de ur gên cia, lido no Expe-di en te, para o Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 2, de 2001.

Em votação o requerimento.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE) – Sr. Pre si den te, a que se re fe re esse pro je to?

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Se na-dor José Edu ar do Du tra, in for ma a V. Ex<sup>a</sup> que foi apro-va do pela Casa um pro je to que diz res pe i to à al te ra-ção do § 2º do art. 458 da Con so li da ção das Leis do Trabalho, apro va da pelo De cre to-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE) – Mu i to ob ri ga do.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em vo ta ção.

As Sr<sup>as</sup> e os Sr<sup>s</sup> Se na do res que o apro vam que-iram per mane cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria fi gu ra rá na Or dem do Dia da se gun da ses são de li be ra ti va or di ná ria, nos ter mos do Re gi men to.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Vo ta-se à lis ta de ora do res.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Blo co/PSDB – RR) – Sr. Pre si den te, peço a pa la vra pela Li de ran ça do Go-ver no.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Con-ce-do a pa la vra a V. Ex<sup>a</sup> pela Li de ran ça do Go ver no.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR.) Como Líder. Pronuncia o discurso. Sem revisão do

ora dor.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Sr<sup>s</sup> Senadores, que ro apenas fazer um registro que considere extremamente importante.

O Presidente Fernando Henrique determinou que a fronteira da Bolívia seja patrulhada pelas Forças Armadas para combater a febre aftosa, evitando a passagem de gado contaminado para o território brasileiro. A medida pretende impedir o contrabando de animais portadores do vírus da febre aftosa.

É importante registrar que, no Cone Sul, mais de 1.450 focos de aftosa já foram detectados, e, portanto, o Brasil precisa estar vigilante no que diz respeito a essa questão.

Faço esse importante registro, solicitando, ainda, a transcrição da matéria "Fronteira com a Bolívia vai ter patrulha mento das Forças Armadas", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU  
PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TER-  
MOS DO ART. 210 DO REGIMENTO  
INTERNO.*

**O Estado de S. Paulo**

**FRONTEIRA COM A BOLÍVIA VAI TER  
PATRULHAMENTO**

**Unidades das Forças Armadas que rem impedir  
que contrabando de aftosa para o País.**

Brasília – O Presidente Fernando Henrique Cardoso autorizou ontem que unidades das Forças Armadas patrulhem a fronteira de Rondônia com a Bolívia, diante do risco do contágio da febre aftosa e do avanço da doença nos países do Cone Sul. A medida pretende impedir o contrabando de animais portadores do vírus.

Dados do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (II-CA), indicam a existência de 1.450 focos de aftosa no Cone Sul. Desse total, 802 estão localizados na Argentina, cujo rebanho bovino é de cerca de 52 milhões de cabeças; 582 no Uruguai, que tem rebanho de 24,5 milhões de cabeças; 59 na Bolívia, onde há cerca de 9 milhões de cabeças; e sete no Brasil, cujo rebanho bovino é de 167 milhões de cabeças. Os focos brasileiros estão localizados no Rio Grande do Sul, que tem 13 milhões de cabeças.

Segundo o coordenador de sanidade agropecuária do II-CA, José Lio de Andrade Moura, a situação da Bolívia é a mais grave, devido a falta de informações oficiais sobre a doença: "Existem 59 focos conhecidos, dos vírus tipos O e A. Não se sabe qual a situação real."

So mente agora, diz Andrade Moura, a Bolívia está se esburacando com a aftosa, com empréstimo de US\$15 milhões que recebeu do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para programas de combate à moléstia. Além disso, o Brasil recebeu vacinas para imunizar rebanhos próximos às áreas de fronteira.

Desde o mês passado, unidades do Exército, Marinha e Aeronáutica estão vigiando as fronteiras do Rio Grande do Sul

com a Argentina e o Uruguai; do Paraná com a Argentina e o Paraguai; de Santa Catarina com a Argentina; e do Mato Grosso do Sul com o Paraguai. (G.B/AE)

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, já que obtive a anuência do Líder, Senador José Eduardo Du tra, peço a palavra como Líder para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para uma comunicação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Como Líder, para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Sr<sup>s</sup> Senadores, registro o ofício que enviarei ontem ao Excelentíssimo Senhor Presidente, Fernando Henrique Cardoso, cuja cópia inclusive mostrei ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

É o seguinte o teor do ofício enviado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso:

Causou-me espécie que Vossa Excelência tenha qualificado de irresponsável o meu artigo publicado no Jornal do Brasil, em 24-5-01, "A importância de se saber toda a verdade".

Vossa Excelência tem pleno conhecimento das atribuições constitucionais do Poder Legislativo, principalmente no que concerne ao dever de fiscalizar o Poder Executivo. Soa muito estranho, Sr. Presidente, que o Líder de seu Governo no Senado Federal, diante de fato tão grave ocorrido em 27 e 28 de junho de 2000, não lhe tivesse relatado o conteúdo do diálogo havido entre ele e o Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, em 29/06/2000, sobre a violação do sigilo dos votos dos Senadores por ocasião da sessão de cassação do então Senador Luiz Estevão.

Da mesma maneira, também é de senso comum a suposição de que o Presidente do Senado à época, eleito e reeleito com apoio de toda a base de sustentação do Governo, e que na data ainda mantinha uma relação amistosa com Vossa Excelência, lhe relataria o conteúdo da conversa.

Seria natural que Vossa Excelência, que teve no Senador José Roberto Arruda o Líder de sua confiança até semanas atrás,

tives se sido infor ma do de to dos os acon te ci men tos.

Os fatos registrados em meu artigo, ainda que não tenha citado nominalmente os três Senadores ou o personagem que me falou sobre o seu assessor, ocorreram da maneira como eu os descrevi. Pelo menos segundo os depoimentos que chegaram ao meu conhecimento.

Se Vossa Excelência desejar esclarecer a mim o que efetivamente aconteceu, terei a maior disposição de ouvi-lo e registrar da tribuna do Senado o seu relato.

Quero também sugerir a Vossa. Excelência que recomende ao Ministro Pedro Malan que, em seu depoimento a realizar-se na próxima quinta-feira, ou seja, amanhã, 31 de maio, na Comissão de Assuntos Econômicos, revele as reais razões do afastamento do ex-Presidente do Banco Central Francisco Lopes, incluindo o conteúdo do diálogo ocorrido em 13 de janeiro de 2000, durante almoço no Palácio da Alvorada. Lembro que, em seu depoimento perante a CAE, em 24 de março de 1999, o Ministro teceu grandes elogios à atuação de Francisco Lopes, em contraste com as suas declarações à jornalista Tereza Cruvinel, publicadas no jornal O Globo de 23 de maio de 2001.

Atenciosamente,

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

Res sal to que, com res pe i to à vin da do Mi nis tro Pedro Malan, objeto de requeri mento tan to do Se na dor Romero Jucá quan to de mim próprio, previsto para a ma nhã de ma nhã, é mu i to for te a ex pec ta ti va do que S. Ex.<sup>a</sup> poderá dizer. Ainda mais porque a matéria da revista **Veja** sus ci tou es cla re ci men tos so bre o que efetivamente ocorreu em janeiro de 1999, quando, poucos dias de po is de ter Fran cis co Lo pes ti do seu nome aqui referendado pela maioria dos Senadores – fui um dos que nele votou –, houve o seu afastamento. Como o Ministro Pedro Malan, quando aqui esteve, elogiou a capacidade, a com pe t ê n cia de Fran cis co Lo pes, que ago ra foi, de al gu ma maneira, avaliada negativamente pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, considero, então, ser do interesse do Senado, do interesse do povo brasileiro, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso autorize o Ministro Pedro Malan a revelar in te i ra men te os epi só di os o cor ri dos na que le mês, e que

a res pos ta dele pos sa ser, a ma nhã, bem mais es cla re ce do ra do que em 24 de março do ano pas sa do.

Se o Senador Romero Jucá desejar um aparte, com a maior honra, concederei.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – Se na dor, nes ta fase de co mu ni ca ções in a di á ve is não há aparte.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Blo co/PSDB – RR) – Se na dor Edu ar do Su plicy, logo que V. Ex.<sup>a</sup> ter mi nar, soli ci ta rei a pa la vra, pela Li de ran ça, para fa zer um es cla re ci men to so bre o ofí cio que V. Ex.<sup>a</sup> está en vi an do ao Presidente Fernando Henrique.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – Se na dor Edu ar do Su plicy, a Pre si dên cia ro ga a V. Ex.<sup>a</sup> que con clua o seu pro nun ci a men to.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Blo co/PT – SP) – Concluindo, relativamente ao primeiro epi só dio, que foi inclusive objeto de entrevistas à imprensa hoje, pelo Se na dor Ro me ro Jucá, pen so que a mel hor ma ne i ra de es cla re cer in te i ra men te aque le epi só dio se ria o próprio Presidente trans mi ti r o di á lo go man ti do com o seu Lí der, José Ro ber to Arru da, a ex ten são e a data do di á lo go, o con te ú do da lis ta, por que o nor mal é que Sua Ex ce l ê n cia ti ves se um di á lo go a pro fun da do com aque la pes so a que era o seu Lí der.

Certamente, o Se na dor Ro me ro Jucá, atu al Lí der do Presidente Fernando Henrique Cardoso no Senado, hoje, transmite a Sua Excelência, a toda hora, tudo o que há de mais im por tan te, in clu si ve so bre os di á lo gos que, por ventura, tenha com o atual Presidente do Se na do, Se na dor Ja der Bar ba lho.

Então, assim che ga re mos a um es cla re ci men to cabal.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – Con ce do a pa la vra ao Se na dor Ro me ro Jucá, como Lí der do Governo, para uma comunicação in a di á vel.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Blo co/PSDB – RR. Para uma comunicação in a di á vel. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Sr<sup>s</sup> Senadores, farei dois esclarecimentos específicos a respeito da carta e da fala do Se na dor Edu ar do Su plicy.

Em primeiro lugar, na carta, o Senador Eduardo Suplicy questiona novamente se teria ou não o Presidente Fernando Henrique visto a tal lista, ponto de toda essa confusão aqui no Senado.

O Presidente foi taxativo assim como eu, pela Li de ran ça. Re pi to para o Se na dor Edu ar do Su plicy e para toda a po pu la ção que está nos as sis tin do que o Pre si den te não viu a lis ta, não sabe e não ou viu nada a respeito dela. Sua Excelência foi claro quanto à

questão, tanto que os Senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães, nas audiências específicas do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, também foram taxativos ao dizer que não comentaram e nem mostraram tal lista ao Presidente da República.

Assim, apesar da insistência do Senador Eduardo Suplicy com o tema, penso que, definitivamente, esse é um assunto vencido. Aliás, é um assunto que espero ver hoje encerrado, e também a retomada da normalidade do Senado Federal. Portanto, o Presidente nada tem a ver com o episódio do pai nel, da lista; não teve conhecimento; não agiu; não participou o "acordão".

Está tudo com provida. Os fatos mostram a verdade cristalina das providências tomadas pelo Senado e a ausência do Presidente na questão. Sua Excelência não conheceu, não viu, não tomou conhecimento e não tratou do assunto.

No que diz respeito ao Ministro Pedro Malan, apresentei um requerimento convidando S. Ex.<sup>a</sup>, assim como o fez o Senador Eduardo Suplicy. Amanhã, às nove horas e trinta minutos, o Ministro Pedro Malan estará na Comissão de Assuntos Econômicos exatamente para prestar todos os esclarecimentos relacionados ao episódio Chico Lopes. O Governo não tem nada a esconder. O Governo não sabe de maracutaia, de jogo de interesse, de venda de informação. O Governo desconhece essa questão, tanto que se apressou, até na presença do Ministro Pedro Malan, do Presidente Armínio Fraga e da Sr.<sup>a</sup> Teresinha Grossi, a dar as explicações necessárias.

Portanto, quero dizer ao Senador Eduardo Suplicy e a todo o Senado que, amanhã, às 9 horas e 30 minutos, o Ministro Pedro Malan estará à disposição para, definitivamente, encerrar este episódio do Banco Central e do Marka/Fonte Cin dam, no que diz respeito ao Governo. É claro que o Ministério Público, a Justiça e a Polícia Federal estão tratando da questão, mas o Governo está acompanhando e pedindo a extradição do Sr. Caciciola da Itália para o Brasil, e assim, tomando todas as providências de forma transparente para elucidar o fato. É dessa maneira que o Governo agirá em todas as questões.

Sr. Presidente, eram os esclarecimentos que queria dar à Nação e ao Senador Eduardo Suplicy.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaider Barbosa) – Antes de passar a palavra ao Senador Ney Suassuna, último orador inscrito, a Presidência renova o fato de que o Ministro Pedro Malan comparecerá amanhã, às 9

horas e 30 minutos, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Lembro também aos Srs. Senadores que teremos a posse do suplente do Senador Antonio Carlos Magalhães amanhã, ao final da manhã.

Com a palavra, o Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronunciado o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, tenho o cuidado de tributar esta Casa repetidas vezes para falar do ciclo cruel da seca que retorna ao Nordeste. Tenho criticado o Governo e mentalmente pela inação, pelos desastrosos e desencontros das medidas em relação à seca, pois represento o povo do meu Estado e como tal devo clamar por ele, que passa por dificuldades, uma vez que não havia um Ministério no meu Estado e não havia recursos para cestas básicas e carros-pipa. Inúmeras vezes critiquei, acredito, com toda a razão.

No entanto, sou justo quando tenho motivos para elogiar. E hoje venho à tribuna para dizer que até que enfim alguém no Governo tomou uma atitude. De se elogiar a ação do Ministro da Integração Nacional, Raul Jungmann, que, numa rapidez nunca vista nos últimos tempos, foi a vários Estados do Nordeste. Gostaria de chamar a atenção do Líder do Governo, pois estou fazendo um elogio, dizendo que o Ministro, logo após a sua posse, já estava visitando três Estados. Foi ao meu Estado da Paraíba; visitou cidades importantes do interior de seca; foi ao Vale do Sabugá; visitou cidades que há três anos não têm água para beber; viu o gado morrendo por falta de alimento e água. Depois fez uma reunião com os Governadores da região; coordenou numa única ação todas as ações de todos os Ministérios no dia seguinte, restabelecendo caminhos que estavam bloqueados com a extinção da Sudepe; pediu uma reunião com os Deputados e os Senadores da região nordestina. Hoje, pela manhã, falou de todas as ações que está desencadeando; enfim, fez uma verdadeira **blitz**.

Eu fiquei pensando: meu Deus, como seria bom se nós tivéssemos mais Ministros com essa agilidade! Fiquei muito satisfeito, Senador Suplicy; fiquei muito satisfeito, Senador Romero Jucá, com as ações desencadeadas pelo Ministro Jungmann. Apesar de estar ocupando dois Ministérios, numa ação rapidíssima, S. Ex.<sup>a</sup> distribuiu 100 mil cestas básicas, contratou o Exército para distribuir R\$9 milhões em carros-pipa. Não é uma solução permanente, mas é uma solução. É isso que o representante do povo clama, é isso que o representante do povo quer. O povo quer ação



e não conversa fiada; o povo quer trabalho; o povo quer ver que a sua qualidade de vida, mesmo na aflição, está sendo cuidada.

**O Sr. Romero Jucá** (Bloco/PSDB – RR) – Senador Ney Suassuna, V. Exª me permite um aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Concedo o aparte a V. Exª, Senador Romero Jucá.

**O Sr. Romero Jucá** (Bloco/PSDB – RR) – Senador Ney Suassuna, eu pedi este aparte a V. Exª primeiro para registrar o carinho, a amizade e a admiração que tenho por V. Exª. Eu estava assinando a lista de presença para falar nesta semana e prestava atenção ao discurso de V. Exª, que é um discurso importante, que trata de um problema grave do Nordeste, um problema que se tem repetido e que leva sofrimento a milhões de pessoas, inclusive na Paraíba de V. Exª. Conheço bem os sertões da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, e sei da dificuldade que a população vive hoje. O problema da seca e da seca verde é grave. O Presidente Fernando Henrique Cardoso acertou mais uma vez ao designar o Ministro Raul Jungmann, que é um Ministro operoso, competente, ágil, sério, para coordenar as ações conjuntas do Governo nessa região. Há muito o que fazer, e tem que se fazer logo. Portanto, fico satisfeito, como Líder do Governo, ao ouvir o teste mudo de V. Exª de que o Governo está agindo prontamente, tomando providências, minimizando a dificuldade da população do sertão, em quanto as ações mais definitivas são estudadas, como a transposição do rio São Francisco além de outras questões. Quero louvar V. Exª por levantar o tema, nesta tarde, e louvar também as ações do Ministro Raul Jungmann e toda a articulação que o Governo está realizando exatamente para levar um pouco de alívio ao sofrimento de milhões de nordestinos que hoje passam com a seca, com dificuldades até para a sua subsistência mais elementar, como beber água e ter o que comer. Meus parabéns a V. Exª pelo seu discurso.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Eu é que agradeço, nobre Senador Romero Jucá, e sei que, como pernambucano de origem, de nascimento – V. Exª pode até estar em outro Estado, isso é natural nos nordestinos, a gente sabe quando oportunidades em outros Estados –, V. Exª não esquece as raízes e sabe o sofrimento que nos causa a verificação nos nossos irmãos aflitos por água e por comida. É dureza. E V. Exª, com toda certeza, sabe que sou uma pessoa justa. Quando é preciso criticar, eu o faço. Mas hoje assomei a esta tribuna principalmente para elogiar a ação que não é definitiva, mas é uma ação rápida do

seu contrerrâneo e contrerrâneo nosso, nordestino, o Ministro Raul Jungmann. Fiquei muito feliz de ver isso.

Para V. Exª ter uma idéia da extensão, na região toda são 14 milhões de pessoas que estão em dificuldade; na área rural, desses 14 milhões, há 4 milhões de pessoas. É uma extensão grande que equivale a um Estado importante da República. São irmãos nossos que estão passando por muita dificuldade.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Exª me concede um aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Exª, Senador Ney Suassuna, por estar novamente trazendo o tema da seca verde no seu Estado, que visitei no último sábado. Estive profereindo palavras em João Pessoa e em Cabedelo. Na verdade, em Cabedelo, onde o Prefeito Júnior do PT está à frente da administração, tive a oportunidade de conhecer a sua administração, a sede municipal e de partilhar de um momento do chamado "Fest Forró", que reuniu milhares de pessoas. Mas, nas palavras que fiz, tanto em João Pessoa como em Campina Grande, pude ouvir as preocupações da população com respeito à seca. Penso ser muito importante que estejamos sendo tomados pelas medidas. V. Exª conhece o meu ponto de vista a respeito: essas formas de distribuição envolvem a compra de cestas básicas de maneira centralizada em algum lugar, provavelmente a Conab, a fim de transportar para a Paraíba e outros Estados. Em verdade, o próprio Governo fez um diagnóstico, depois de distribuir mais de 30 milhões de cestas básicas em 1999 e 2000, de que esse não seria o instrumento mais eficaz. Precisamos instituir de forma universal o Programa de Garantia de Renda Mínima, de forma tal que toda pessoa tenha o direito inalienável de participar da riqueza da Nação, recebendo uma renda e escolhendo no que gastar. Em primeiro lugar, a pessoa não teria a ansiedade de deslocar-se de sua cidade natal, de sua roça, para conseguir sobreviver. Obviamente, passaria a ter liberdade de escolha que possibilitaria maior dinâmica do comércio local. Em função de uma eventual queda da renda por causa do problema da seca, haverá sempre a alternativa de esse procedimento ser substituído pelo Programa de Renda Mínima, por meio de um imposto de renda negativo associado à oportunidade de educação. Isso na perspectiva que V. Exª conhece e que venho defendendo, de que algum dia seja instituído no Brasil o mecanismo que assegure a

toda e qualquer família uma renda suficiente para suas necessidades vitais. Essa medida facilitaria muito as ações do Governo em época de emergência, como a que estamos vivendo e a que vive, em especial, o povo da Paraíba nas regiões mais afetadas.

Muito obrigado.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador. Concordo com V. Ex.<sup>a</sup> que o Programa de Garantia de Renda Mínima, do qual tenho sido partidário e apoiador, seria de grande importância, mas não podemos esperar que toda essa estrutura seja implantada. No momento, a questão é de vida ou morte. Precisamos de água e comida e só há uma solução imediata: a distribuição de cestas básicas e carros-pipa. Isso não nos alegra, porque queremos trabalho. Não somos pedintes, tampouco pessoas preguiçosas. No Nordeste, queremos trabalho. É difícil quando cidades inteiras não têm oportunidade de trabalho porque não há água e condições climáticas para se plantar.

Sr. Presidente, temos visto a plantação de sementeira de aposentadorias rurais do INSS, as quais têm salvo-famílias inteiras. Anciões, por meio de um mirrado salário, conseguem sustentar famílias inteiras. Isso viçia o cidadão. Como disse o poeta na música, a esmola não só é uma vergonha como viçia o cidadão. Não queremos esmola, queremos trabalho. Mas para trabalhar é preciso água, nem que seja no gotejamento, a contá-gotas, mas que dê para o vegetal viver.

Queremos a transposição, as barragens e as adutoras. O Estado da Paraíba está construindo 1.300 quilômetros de adutora, o que é surpreendente para um Estado que no momento não consegue fazer isso. Tal vez seja a maior extensão de adutoras de todo o Nordeste, mesmo comparando-se aos Estados grandes. No momento, ainda não fizemos toda a rede de adutoras, estamos com dificuldades. É nessa hora – daí a nossa gratidão – que chegam 100 mil cestas, que são insignificantes mas evitam o saque. Caminhões estavam sendo saqueados, cidades tendo roubada de suas escolas a merenda escolar, porque as pessoas precisam comer. Nesse estado de emergência total, nem a Justiça os condena, não pode condenar. É uma situação que não deixa opção: ou faz ou morre de fome. E nenhum pai de família permitia que seu filho morresse de fome, sabendo que há alimentos estocados em algum lugar.

O Governo está fazendo outras ações. No ano passado, tínhamos R\$80 milhões para o esgotamento sanitário; para este ano estão programados R\$900

milhões. Para a merenda, temos um número substancial, mas na teoria, Sr. Presidente, porque constam apenas do Orçamento, que ainda não começou a ser praticado.

É preciso que nós, Parlamentares do Nordeste, continuemos fiscalizando, pedindo, exigindo, cobrando. Estou feliz com as ações do Ministro Raul Jungmann, pela rapidez, pela preocupação que S. Ex.<sup>a</sup> está tendo em dar as informações aos Parlamentares, às Lideranças. Agora S. Ex.<sup>a</sup> reunirá todos os Governadores do Nordeste para explicar o que está fazendo, o que pretende fazer e de que ajuda precisa. S. Ex.<sup>a</sup> está tendo a humildade, inclusive, de pedir ajuda à comunidade, à sociedade.

Fiquei muito entusiasmado, porque não estamos acostumados a isso em relação ao problema do Nordeste. O que temos tido é uma frieza muito grande, uma distância. Na realidade, fiquei emocionado quando vi o Ministro Raul Jungmann tomar, num tempo recorde, ações que calam fundo no peito de nós que temos obrigação com o povo.

Claro que os R\$25 milhões que estão lá aplicados é pouco dinheiro. Claro que vai dar para, no máximo, dois meses e meio. É preciso que se busque dinheiro novo, é preciso que se desloque dinheiro de uma rubrica para outra.

As ações já chegaram. Vamos ficar acompanhando, Sr. Presidente, gratos por que até que enfim estão chegando. Este é o quinto pronunciamento que faço nos últimos dois meses. Estava desesperado. Não tinha com quem falar, não tinha interlocutor. O Governo acertou – quando quer, acerta –, colocando um interlocutor ágil, de ouvidos abertos, com sensibilidade para resolver o problema.

Não me refiro apenas à Paraíba, mas ao Ceará, a Pernambuco, ao Rio Grande do Norte, a Alagoas e ao Piauí. Não sei se no Maranhão há cidades com problemas de seca como nestes Estados que citei. Alagoas está com 30 cidades sob calamidade; a Paraíba, com 140 das 283 cidades; o Piauí, das 221 cidades, se não me engano, com cerca de 70. Todos os Estados estão tendo calamidade, mas a Paraíba é a que mais está sofrendo.

O milho pendoou. Quem passa de fora pensa que o campo está fértil. A bonança, a espiguiinha, não chegou sequer a engrossar. Se a abrimos, não encontramos absolutamente nenhum grão. Chochou, como dizemos. Se tentarmos colher cento e cinquenta por cento da safra, estão perdidos. Não há comida. Temos que resolver o problema de imediato.

O Senador Eduardo Suplicy fala da renda mínima, o que é ótimo. Um dia ainda a teremos, mas no momento precisamos alimentar nossos irmãos. Se não o fizermos, eles criarão um cinzuído de miséria em volta das grandes cidades; miséria em toda sua amplitude, sem dinheiro para comer, perambulando pelas ruas, largando mulher e filhos para viver aqui em condições subumanas.

Estou grato ao Governo por essa ação inicial, embora saibamos que ela não é suficiente por muito tempo. Mas chegou e deve ser gratos. Estou aqui para agradecer e alertar que R\$25 milhões dão no máximo para dois meses.

No futuro, não podemos ficar à mercê de outras secas e temos como fazê-lo, Sr. Presidente. Visitei Israel e achei em graça do quando eles mostraram o rio Jordão, que é um riacho, mas suficiente para fazer grandes extensões. Vi, naquela região, plantação de bananas com qualidade excepcional, frutas sendo exportadas e aí se produzindo. Querendo, há como fazer. E sabemos como fazer. Só de vermos um pouco mais de apoio a longo prazo, no futuro, não poderíamos esmolas e carros-pipa ou cestas básicas gratuitas. Queremos que obras de estrutura e a transposição do rio São Francisco cheguem. Sei que não é o momento de tirar água dele agora, pois não temos água se quer para gerar energia. Haverá um apagação no Nordeste, a região que mais está periclitante, que mais está em dificuldade, mais até do que a região Sudeste.

Entre tanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fiquei feliz com as últimas ações. Tenho coibra tanto do Governo e, por isso, tenho a obrigação de assomar à tribuna para agradecer e elogiar essas ações, principalmente a atitude do Ministro Raul Jungmann.

Se o Governo tem pessoas capacitadas como o Ministro, certamente poderá dinamizar outras Pastas, a fim de que o Brasil avance, principalmente agora que o Senado – rogo a Deus – terá um tempo de paz, portanto, poderemos voltar às nossas atribuições. Com muita alegria, vejo esse fim de tormentas e confio em Deus que possa mostrar dias de muita produção para o bem do nosso País.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao eminente Senador Sebastião Rocha, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** (Bloco/PDT – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a benevolência de V. Ex<sup>a</sup>.

Desejo apenas fazer dois registros rapidamente.

O primeiro é atinente ao evento que está transcorrendo no auditório Petrólio Portella: o I Fórum Nacional de Saúde Ocular, ao qual fiz alusão ontem, inclusive citando um dado equívoco de que eu gostaria de retificar agora: em vez de 5 milhões de cegos, o mundo conta com 50 milhões, dos quais cerca de 1,2 milhão no Brasil. Daí a importância maior desse evento, que terá prosseguimento à noite, no auditório Petrólio Portella, e para o qual todos os Srs. Senadores estão convidados. Na solenidade, estarão presentes os Ministros José Serra, da Saúde, e Francisco Dornelles, do Trabalho e Emprego. O encerramento será com um coquetel oferecido pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia aos participantes do evento.

O segundo registro, Sr. Presidente, é quanto a um importante projeto de decreto legislativo de minha autoria, aprovado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, que autoriza um plebiscito para a transformação do Município de Oiapoque em território federal.

Essa é uma luta que venho travando no Senado por entender que a região norte do Amapá, e do Brasil, precisa de uma atenção maior do Poder Federal, em função da posição estratégica quanto à defesa, devido à fronteira com a Guiana Francesa, e também em função da própria estratégia de defesa da Amazônia como um todo, haja vista a cobiça internacional sobre aquela região.

O projeto virá brevemente ao plenário do Senado e espero que os Senadores possam apoiar a sua aprovação, que nada mais é do que a autorização de um plebiscito. Uma vez aprovado no Senado, vai à Câmara e, depois do resultado do plebiscito, terá continuidade o processo de definição, de deliberação sobre a transformação do Oiapoque em território federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – O Sr. Senador Roberto Saturnino enviou à Mesa proposição que, em face do disposto do art. 235, III, "a", do Regimento Interno, será lida na próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Os Srs. Senadores Romero Jucá, Mozaíl do Cavalcanti, Maguito Vilela, Casildo Maldaner, Mauro Miranda e Hugo Napoleão enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, na sociedade contemporânea, já denominada sociedade do conhecimento ou da informação, a disseminação de novas tecnologias, especialmente no campo da informática e da robótica, tornou-se imperativa, tanto para a sobrevivência das comunidades quanto para a melhoria dos padrões de vida dos cidadãos.

A essa escalada tecnológica juntaram-se, de forma concomitante, o fenômeno da globalização econômica e o advento das privatizações – uma tendência mundial e irreversível que veio redefinir o papel do Estado e sua relação com a comunidade.

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, atento às transformações que caracterizam essa nova era, procurou modernizar-se e tornar mais ágil o aparelho estatal, sem, contudo, descuidar do atendimento às camadas mais carentes e mais vulneráveis da população.

Entre as preocupações fundamentais do Governo Fernando Henrique têm-se destacado as telecomunicações, imprescindíveis, hoje, ao desempenho de qualquer atividade, pública ou privada, no âmbito interno ou no contexto internacional. Nesse aspecto, merecem particular atenção a atuação do Ministério das Comunicações, sob a segura orientação do Ministro Pimenta da Veiga, bastando lembrar que o Brasil, embora lutando para recuperar o tempo perdido, ocupa já a décima colocação mundial em número de telefones fixos; e a oitava em número de aparelhos celulares e de usuários da Internet.

Cotejados com os países em desenvolvimento, nossa colocação é ainda mais destacada: quarto lugar em número de telefones fixos, segundo em celulares e primeiro entre usuários da Internet.

O desempenho brasileiro na área de telecomunicações foi tão grande, Sr. Presidente, que, em apenas dois anos, entre julho de 1998 e julho do ano passado, o número de terminais fixos instalados saltou de 22 milhões e 200 mil para 33 milhões e 300 mil. As empresas concessionárias do serviço telefônico fixo, ultrapassando as metas estabelecidas pelo Governo, ofereceram no final do ano passado, já em

regime de duopólio, mais de 38 milhões de acessos instalados. O número de telefones celulares em operação, que era de 5 milhões e 600 mil em julho de 1998, saltou para 19 milhões dois anos depois. Para o ano de 2005, com a competição também das bandas C, D e E, espera-se a operação de nada menos que 58 milhões de aparelhos celulares.

Agora, nesse começo de 2001, o Ministério das Comunicações dá mais um grande passo para cumprir os compromissos e os desafios que o Governo Federal se impôs. Trata-se de uma parceria firmada entre a pasta liderada pelo Ministro Pimenta da Veiga e o Ministério da Educação, visando à implantação do programa Telecomunidade. Em termos práticos, o convênio representa o primeiro passo para a consecução de um objetivo primordial, que é a universalização do acesso público à Internet, de forma a integrar as diversas comunidades entre si, especialmente aquelas de maior carência, bem como de motivar esse acesso, estendendo-o ao público de quem pode ser aquisitivo.

O programa Telecomunidade, como bem o definiu o Ministro Pimenta da Veiga, representa um instrumento decisivo na preparação da sociedade brasileira para sua efetiva inclusão na era digital.

Com essa determinação, o Governo Federal vai aplicar no programa, todos os anos, centenas de milhões de dólares – recursos provenientes do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST.

A preocupação governamental de correção da possibilidade de as operadoras disputarem os segmentos de maior lucratividade, relegando a segundo plano, ou mesmo deixando sem qualquer assistência, os grupos sociais e as localidades que não representam boas perspectivas de lucro.

A disseminação do uso da Internet no Brasil tem-se dado com espantosa velocidade. Para um País que entrou tardiamente no processo de globalização, que enfrenta tantos desafios e que convive com tantos contrastes, não nos parece mau resultado acompanhar a taxa mundial de 7% da população usuária da rede virtual. Isso, no Brasil, significa um universo de 12 milhões de pessoas.

No entanto, o que preocupa é o fato de que 71% da população usuária da Internet pertencem às classes A e B. Além disso, 57% de todos os usuários se concentram na região Sudeste.

O objetivo governamental, portanto, volta-se para a democratização do acesso à rede. Isso signi-

ficale var o benefício a milhões de pessoas de menor poder aquisitivo e, também, dotar as comunidades mais distantes ou mais pobres da infraestrutura necessária à utilização da Internet.

Os recursos oriundos do FUST contemplarão até 2005, entre outros, os objetivos de atendimento a pequenas localidades, com menos de 100 habitantes, com serviços de telecomunicações; atendimento a comunidades de baixo poder aquisitivo; atendimento a áreas remotas, ou fronteiriças de interesse estratégico; fornecimento dos serviços a instituições de assistência e de fiéis; implantação de telefonia rural; instalação de redes de alta velocidade para serviços de teleconferência entre estabelecimentos de ensino e bibliotecas; implantação de acesso às redes digitais de informação destinadas a instituições de saúde; e implantação de acessos, em condições favorecidas, para uso dos estabelecimentos de ensino.

O atendimento ao setor de ensino, como se pode depreender pelo convênio recentemente celebrado, é uma das prioridades para o Governo Federal, por ser um fator essencial ao enriquecimento pedagógico nas escolas de ensino médio das redes federal, estaduais e municipais. Numa etapa inicial, Sr. Presidente, pretende-se atender a 12.515 escolas públicas de ensino médio, em 5.063 municípios, abrangendo um universo de 6 milhões e 500 mil alunos e 280 mil professores. Numa etapa posterior, serão contempladas também as escolas de ensino fundamental e as instituições federais, estaduais e municipais de ensino profissionalizante.

A exclusão do conhecimento digital, Sr. Presidente, nobres colegas, equipara-se hoje ao analfabetismo funcional, o que justifica a preocupação de nossas autoridades em disseminar nas escolas e nas comunidades carentes o acesso aos computadores e à Internet. Por esse motivo, queremos aplaudir a parceria dos Ministérios das Telecomunicações e da Educação, sabedores que somos de que as novas tecnologias de informação representam poderoso instrumento para reduzir as desigualdades, promover as pessoas e avançar o progresso.

Muito obrigado.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PFL – RR) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quando se fala em economia contemporânea, não há como desconhecer uma contrastável realidade: mais do que em qualquer outra época histórica, a exuberante revolução tecnológica de nosso tempo impulsiona a

produção em níveis até então inimagináveis, promove a rápida circulação de bens e de capitais e estabelece cenários para o funcionamento dos mercados mundiais.

Em verdade, o que se vê, hoje, em termos econômicos, é a natural consequência – ou, quem sabe, a culminância – de um longo processo que, iniciada do por volta dos séculos XV e XVI, com a expansão comercial e marítima pioneiramente conduzida pelos países ibéricos, adensou-se com a Revolução Industrial inglesa, a partir de meados do séc. XVIII. A moderna industrialização consolidou o capitalismo como sistema econômico plenamente estruturado e, no transcurso do séc. XIX, promoveu sua expansão em escala planetária. A partir de seus primeiros centros dinâmicos, a Europa Ocidental e os Estados Unidos, a economia capitalista universalizou-se de maneira notável, incorporando novas áreas ao seu campo de atuação.

Não foi tranqüila a trajetória desse sistema no decorrer do séc. XX. Duas guerras mundiais, a monumental crise de 1929 e a Grande Depressão dela decorrente, sem falar das censuras dos regimes totalitários nazifascistas e da própria experiência socialista iniciada com a Revolução Bolchevista de 1917, são exemplos clássicos das vicissitudes pelas quais passou o modelo econômico consagrado pela Revolução Industrial. Todavia, sua força intrínseca suplantou as adversidades e, transformando-se no tempo, tornou-se hegemônica na atualidade.

Pode-se dizer que, nas duas décadas que vão do final dos anos quarenta aos sessenta, a economia mundial conheceu uma prosperidade ímpar, autêntica “Era de Ouro”. A crescente aliança entre pesquisa científica e sistema produtivo promoveu o grande salto que, multiplicando a capacidade de produção e ampliando consideravelmente os mercados consumidores, acabou por contribuir decisivamente para a mais radical transformação da fisionomia das sociedades: pela primeira vez na História, a sociedade vai de i xando de ser rural e, a passos largos, se urbaniza, com todas as mudanças que isso implica – hábitos, valores, costumes, formas de moradia, de expressão cultural e de convivência social.

Essas transformações, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aceleraram-se profundamente nas três últimas décadas do séc. XX. Tendo por suporte uma esplêndida revolução tecnológica, cuja capacidade de aperfeiçoar-se parece não ter limites, a economia deixou de ser meramente internacionalizada

para se tornar efetivamente mundializada. A própria noção tradicional de fronteiras nacionais não mais consegue se sustentar: rotas eletrônicas permitem a circulação virtual diária de bilhões de dólares e não há região do Planeta imune à presença de artigos produzidos em todos os cantos.

A questão essencial é que esse processo se fez – e se faz – de maneira desigual, melhor dizendo, aprofundando as desigualdades preexistentes. Justamente para tornar mais equânime a participação nesse mercado mundial por demais competitivo é que se enxergou na formação de blocos regionais uma alternativa inteligente de inserção, raciocínio válido especialmente para os chamados países emergentes. Nessa perspectiva, quando se trata de nossa América Latina, o exemplo do Mercosul torna-se crucial.

No momento em que os dirigentes dos Estados americanos reúnem-se em Quebec, avançando nas tratativas em torno da implantação da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, prevista para 2005, mais e mais se faz necessário que nos debruçemos sobre o tema. Afinal, nas condições atuais da economia mundial, tudo indica ser impossível a qualquer um dos países da América do Sul e do Caribe marchar isoladamente no sentido de inserir-se adequadamente no mercado mundial. Não obstante, também parece indiscutível que inscrever-se em um megabloco, como é o caso da Alca, fatalmente lidará com economias muito mais pujantes que as demais, sempre via, prudente e cautelosa negociação soaria como uma espécie de "suicídio" coletivo latino-americano, para usar a expressão de mestre Hélio Jaguaribe.

Julgo ser mais do que oportuno, neste momento, que se retemo o espírito que embalou a histórica decisão dos Presidentes Sarney e Alfonsín de aproximar seus países, em meados dos anos oitenta. Aquela atitude, embrião do Mercosul, teve, entre outros indiscutíveis méritos, o de promover a superação de história – e, em tudo e por tudo, injustificável – rivalidade entre Brasil e Argentina, idiosincrasia, aliás, bastante fomentada nos dois lados pelos respectivos regimes militares. Entre erros e acertos, marchas e contramarchas, o Mercosul avançou e, ao fazê-lo, demonstrou a absoluta necessidade de sua existência.

Em vez de nos preocuparmos em apontar as fragilidades do Mercosul, a exemplo das estratégias nacionais de desenvolvimento ainda assimétricas,

da grande vulnerabilidade externa e da persistência de agudos desníveis sociais, penso que o caminho a ser percorrido é o do fortalecimento do bloco do Cone Sul americano. Os acordos celebrados no setor automotivo atestam a viabilidade de uma integração solidária, fixando normas para a atração de investimentos e criando as condições favoráveis para a implantação de verdadeiros modelos industriais para o bloco.

O que a Europa compreendeu há bastante tempo – a vital necessidade de agir em bloco para se fortalecer e, desse modo, auferir resultados positivos numa economia crescentemente globalizada e cada vez mais competitiva – é a lição que precisamos aprender. Mesmo sabendo que longa é a caminhada e, para tanto, basta lembrar que a União Europeia de hoje é fruto de esforços iniciados ainda na década de cinquenta, não é possível esmorecer.

A cada dia fica mais claro que, em termos de América Latina e do Caribe, inserir-se de forma não-subalterna na economia global pressupõe, antes de tudo, a consolidação e a expansão de uma experiência como a do Mercosul. Oxalá possamos ir além, constituindo em breve espaço de tempo aquilo que os especialistas em relações internacionais chamam de "sistema" sul-americano. É pela via do fortalecimento desse tipo de bloco, além do óbvio de desenvolvermos em todo o país da região, que haveremos de reduzir nosso déficit de competitividade em relação às economias integrantes do Nafta, especialmente os Estados Unidos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esse não é, e não pode ser, um debate que se subordine à prisão ideológica. É uma questão política, sim, e dessa forma deverá ser tratada. Imagino o Senador da República assumindo o papel que lhe cabe, o de foro privilegiado da discussão dos grandes temas que afetam a nacionalidade, trazendo o tema ao debate, quer em plenário, quer em Comissões, quer promovendo sua discussão em Audiências Públicas. O importante é que o Executivo não esteja isolado em assunto de tamanha magnitude. Cumpre ao Congresso Nacional a indeclinável tarefa de oferecer sua contribuição, inclusive abrindo à sociedade – empresários, políticos, acadêmicos, interessados em geral – a possibilidade de participar ativamente do processo.

Aprofundar nosso conhecimento técnico em torno do tema, até mesmo para tornar mais objetivas nossas posições, é o primeiro desafio que temos

pela frente. Ao mesmo tempo, não perda a sensibilidade política que a matéria requer, como forma de tomar as decisões mais adequadas, é o compromisso que temos que assumir. No fundo, o que estamos protagonizando é a construção do futuro de nossos povos, futuro esse que parece antecipar-se com incrível celeridade. Estejamos preparados para esse desafio!

Muito obrigado.

**O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as.</sup> e Srs. Senadores, amanhã o município de Jataí, no sudoeste de Goiás, completa 106 anos de emancipação política. Uma data festiva, que será coroada com muitas festividades, mas também com muito trabalho.

Estarei me deslocando hoje para Jataí, onde, junto com o prefeito Humberto Machado, com o deputado federal Geovan Freitas, com o vice-prefeito Fernando Peres, com os vereadores, participarei de solenidades de inauguração de uma série de obras importantes para o desenvolvimento do município.

O meu carinho pela bela Jataí é algo que transcende as explicações por palavras. É a minha cidade natal, que me lançou na vida pública. Foi lá que recebi as primeiras lições de vida de meus pais, João Moraes Vilela e Nazime Vilela. Lá iniciei meus estudos e alcancei meu primeiro mandato eletivo em 1976, como vereador.

Passados vários anos, a minha alegria aumenta a cada vez que retorno a Jataí. O município, localizado em uma das mais ricas regiões do Centro-Oeste brasileiro, ostenta índices elevados de crescimento e vai tornando-se um dos municípios catalisadores de novos investimentos no estado de Goiás, especialmente no campo da agroindústria.

Com 106 anos Jataí já tornou-se também um forte pólo de ensino superior que atrai todos os anos milhares de jovens do país inteiro. Possui uma infraestrutura excelente e, mais recentemente, tem avançado no apoio ao turismo.

Jataí exibepassagens importantes na história do Brasil. O mais significativo deles ligado ao ex-presidente Juscelino Kubitschek. Foi em Jataí que JK iniciou sua campanha vitoriosa à presidência da República e onde assumiu oficialmente o compromisso de mudar a capital brasileira para o Planalto Central, fato que mudaria a face econômica de todo o Centro-Oeste do Brasil.

Nesta data importante para a minha cidade e para toda a região, antes de me deslocar para Jataí,

gostaria de deixar registrado nos Anais do Senado Federal os meus cumprimentos efusivos a todo o povo jataiense. O nosso município, pela bravura e pela competência de sua gente, pela sua riqueza e pelo seu potencial, é hoje orgulho para todo o país.

Num momento de crise como o que o Brasil enfrenta, Jataí destaca-se pela prosperidade e pelo desenvolvimento que alcança, o que nos deixa, todos nós cidadãos jataienses, honrados e envidados.

Estendo os meus cumprimentos às autoridades do município e a todo o povo. Deixo, por fim, a minha mensagem de fé e certeza de que Jataí continuará crescendo em ritmo acelerado, contribuindo decisivamente para o progresso do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as.</sup> e Srs. Senadores, o Senado Federal, na vanguarda dos acontecimentos, se dia hoje e amanhã, 30 e 31 de maio, no Auditório Petrônio Portella, o I FÓRUM NACIONAL DE SAÚDE OCULAR. Conta o evento com os auspícios do Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO, sob a presidência do Dr. Marcos Ávila.

O CBO, que celebra 60 anos de existência, congrega esforços de todos os afiliados na busca de excelência nos níveis de prática médica, ensino e pesquisa, bem como no desenvolvimento de novas técnicas de prevenção e tratamento de moléstias e disfunções da visão humana. De dica-se, ainda, ao que reputo a mais nobre das ações profissionais: o atendimento voluntário a populações carentes, que tanto contribui para fazer melhor o nosso País.

Este Fórum, segundo o Conselho, é um evento inédito. Nele, durante dois dias, oftalmologistas brasileiros se integrarão a outros segmentos da sociedade para, juntos, refletirem e tomar uma posição relativa à promoção da saúde pública, especialmente a ocular. Desta que se, na organização do Encontro, a parceria com o Senado Federal, que promove a divulgação dos trabalhos.

Nos anos de 1999 e 2000, em conjunto com os Ministérios da Educação e da Saúde, o CBO realizou 524 mil cirurgias em todo o Brasil, reduzindo significativamente os níveis de deficiência visual no País. Mais importante, tais intervenções atenderam prioritariamente a populações carentes, o que contribuiu para conter os índices de repetência e evasão escolar.

O encontro em tela é motivo de regozijo para o País, pois suscitará novas propostas e técnicas de

trabalho em prol da sociedade brasileira. Nos orgulho é maior quando fica mais sabendo que o Brasil foi escolhido para, em 2006, sediar o Congresso Mundial de Oftalmologia, num reconhecimento internacional da nossa pujança e competência no setor.

Devo registrar que, no Fórum, Santa Catarina se faz representar pelo Serviço de Oftalmologia do Hospital Regional de São José, de Florianópolis, e pelo Hospital dos Olhos Sadalla Amin Ghahem, com sede em Joinville, que, sob a direção da Dra. Cleusa Coral-Ghahem, traz propostas concretas para a categoria, além de uma didática cartilha com orientações para que se preserve a visão e que incorpore ao meu pronunciamento para que conste dos Anais da Casa, pela sua relevância e importância em prol da medicina.

Dignificante, também, pelo seu alcance social, é a presença, neste evento, da Escola de Cães Guias Helen Keller, sediada na Cabana Praia Mole, Florianópolis-SC, única na América do Sul dentre as cem existentes em todo o mundo. Entre os objetivos dessa entidade os principais são: promover a inserção social do cego, proporcionando-lhe mobilidade, independência, facilitar a sua integração no mercado de trabalho e educar a sociedade tornando-a receptiva e solidária aos programas sociais.

Parabenizo o Senado Federal, na pessoa do nosso Presidente, bem como aos organizadores e participantes do evento, desejando a todos pleno êxito no desenvolvimento dos trabalhos.

**O SR. MAURO MIRANDA** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. Srs. Senadores, o assunto que me traz hoje ao plenário desta Casa é a publicação de uma pesquisa de intenção de votos referente à disputa pelo Governo de Goiás em 2002. Aos olhos dos mais afoitos, poder-se-ia rotular o tema como meramente regional, de muito pouca importância para os interesses do Congresso Nacional e da Nação. Mas, posso afirmar que os números representam, de forma direta e inquestionável, a aprovação do povo de Goiás ao trabalho realizado pelos seus três representantes do PMDB no Senado Federal.

Isso pode ser dimensionado pelas posições de destaque que nós – Maguito Vilela, Iris Rezende e Mauro Miranda – ocupamos na pesquisa estimulada feita pelo Instituto Serpes de 12 a 18 deste mês. Publicados na edição de hoje do jornal **Diário da Manhã**, de Goiânia, os números apontam o Senador Maguito Vilela disparado na preferência popular com 50,17% da intenção de votos, mais de 20 pontos per-

centuais à frente do segundo colocado, o atual Chefe do Poder Executivo estadual.

Nessa corrida eleitoral rumo ao Palácio das Esmeraldas, que está apenas começando, Maguito também é o primeiro na pesquisa e espontânea com 18,57% das intenções de voto, além de contar com a menor rejeição, 12,67%, entre todos os prováveis candidatos mencionados. Como todos nesta Casa já sabem, Maguito Vilela governou Goiás entre os anos de 1995 e 1998, recebendo elevar dos índices de aprovação popular por sua preocupação com a área social e a geração de empregos em nosso Estado. Já como Senador, em seu primeiro mandato, ele vem dignificando esta Casa, trabalho parlamentar que é reconhecido pelos goianos.

Da mesma forma, os números relacionados à disputa pelo Senado Federal apontam entre os mais lembrados do PMDB, o ilustre Senador Iris Rezende e a minha pessoa. Pouco mais de 44% dos eleitores consultados manifestaram-se pela reeleição de Iris, enquanto 11,53% querem que eu o acompanhe, a exemplo do que ocorreu em 1994.

A apresentação dos indicadores da atual realidade política de Goiás no plenário desta Casa, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, faz-se necessária para demonstrar o orgulho e a satisfação que nós, do PMDB do meu Estado, estamos tendo pelo reconhecimento popular às nossas ações como homens públicos. Ao contrário do pensamento de que eles que hoje governam o Estado e que um dia chegaram a dizer que o nosso partido seria "varrido do cenário político regional", a grande maioria da população tem memória e já começa a desenhá-lo e retornar ao "tem po bom" para Goiás.

Políticos e experientes, nós, os três Senadores, temos a exatidão de que essa avaliação é momentânea e vai servir apenas como referencial para a nossa conduta parlamentar. Nesse sentido, também sentimos-nos reconfortados, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, pelo fato de a grande maioria dos entrevistados ter se manifestado contra a privatização das Centrais Elétricas de Goiás – Celg. Mais de 72% posicionaram-se contra a venda desta tal e apenas 15% a favor.

Com certeza, tamanha diferença vem respaldar os constantes pronunciamentos feitos por nós no plenário desta Casa contra a venda da Celg e também o ato público promovido pelo PMDB em Goiânia, no último dia 25, com a presença do Governador de Minas Gerais, Itamar Franco, e do Senador Pedro Simon.



Como pode ser observado, caros Senadores, o PMDB de Goiás continua cada vez mais sintonizado com os anseios da população do meu Estado e da Nação. E essa relação acaba refletindo em um bom desempenho dos seus representantes não apenas no Senado Federal, mas também na Câmara dos Deputados. Aliás, cabe aqui ressaltar, vários deputados federais do PMDB também aparecem com flagrante destaque na pesquisa realizada pelo Instituto Serpes.

Finalizando minhas palavras, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, reafirmo que os expressivos números auferidos pelo levantamento aumentam a nossa responsabilidade perante a população do meu Estado e o Congresso Nacional. Poderemos ter certeza que o trabalho dos três Senadores goianos nesta Casa agora será duas vezes maior, justamente para continuar merecendo o respeito e a consideração da imensa maioria da população de Goiás.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, profundamente consternado, registro o falecimento, no último dia 25 de abril, do ilustre piauiense Wilson de Andrade Brandão.

Nascido em Teresina, em 14 de outubro de 1922, acumulou, durante toda a sua vida, uma cultura invejável. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Piauí, em 1946, deixando, como legado, uma vasta obra, não só no campo do conhecimento jurídico, mas, também, em outras áreas do conhecimento, como Filosofia, Sociologia, História e Literatura, das quais era, igualmente, um profundo conhecedor.

Respeitado como um grande humanista, construiu sua carreira acadêmica com profunda competência, tendo exercido os cargos de Presidente do Instituto dos Advogados do Piauí, Professor titular de Direito Civil da Faculdade Federal de Direito do Piauí e Diretor da mesma Faculdade, dentre outros.

Sua atuação como político não foi menos brilhante. Eleito Deputado Estadual, em 1965, exerceu o mandato durante seis Legislaturas; na minha administração, foi Líder do Governo, na Assembleia Legislativa; foi o primeiro Secretário de Cultura do Estado do Piauí, que ele mesmo implantou; foi Secretário de Segurança Pública do meu Estado e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça durante seis mandatos como parlamentar estadual.

Tive a honra de privar da sua amizade e convivemos, como colegas, na Academia Piauiense de Letras.

Deixou viúva a Professora Lourdinha Brandão, filha e irmã dos meus amigos, o Coronel Gonçalves Nunes, já falecido, e o Dr. Alfredo Nunes, Prefeito de Regeneração e 1º Vice-Presidente da CBF. Pai exemplar, orgulhava-se dos seus filhos: Lourdes Amélia Brandão Nunes, Arquiteta, Wilson Nunes Brandão, Engenheiro, exercendo, atualmente, o mandato de Deputado Estadual, pelo PFL, e Luciano Nunes Brandão, Acadêmico de Direito, aos quais se referia, sempre, com muito carinho.

A Associação Piauiense de Letras prestou-lhe, logo após a sua morte, justa e merecida homenagem à qual fiz ques tão de estar presente.

Quero, então, Sr. Presidente, nesta oportunidade, deixar registrada, nos Anais desta Casa, a minha tristeza pela perda irreparável desse ilustre piauiense que foi Wilson de Andrade Brandão.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

– 1 –

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Moreira Mendes, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 242, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 2 –

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2000 (nº 1.461/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que denomina "Rodovia Governador Antonio Mariz" o trecho federal da BR-230 entre a cidade de Cajazeiras e João Pessoa, no Estado da Paraíba, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 155, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ney Suassuna.

## – 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 199, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 1999 (nº 501/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Porta Voz de Cianorte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda mé dia na ci da de de Ci a nor te, Esta do do Pa ra ná, tendo

Pa re ce res sob nºs 538 e 539, de 2000, e 388, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias, 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: pelo sobrestamento da tramitação da matéria, nos termos do Re que ri men to nº 302, de 2000, que encaminha, a fim de aguardar informações do Poder Judiciário do Paraná e do Ministério das Comunicações para sua instrução; 3º pronunciamento: favorável, com abstenção da Senadora Marina Silva.

## – 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 187, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2000 (nº 173/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que reno va a concessão da Brasil Emissoras Aliadas Sociedade Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda mé dia na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 986, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Albi no Bo a ventura, com abstenção do Senador Geral do Cândido.

## – 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 191, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2000 (nº 425/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Continental de Curitiba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 982, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias, com abstenção do Senador Geral do Cândido.

## – 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 264, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2000 (nº 546/2000, na Câmara dos Deputados), que apro va o ato que au to ri za a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social-Palestina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina, Estado de São Paulo, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 269, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

## – 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 105, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2001 (nº 457/2000, na Câmara dos Deputados), que apro va o ato que au to ri za o Go ver no do Esta do do Acre, por in ter mé dio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na ci da de de Sena Ma du re i ra, Esta do do Acre, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 385, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Tião Viana, com abstenção da Senadora Marina Silva.

## – 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 127, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2001 (nº 865/2001, na Câmara dos Deputados), que apro va o ato que ou tor ga permissão à Empresa de Radiodifusão Dinâmica Ltda. para explorar serviço de radio di fu são so no ra em frequência modulada na ci da de de Dou ra dos, Esta do de Mato Gros so do Sul, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 427, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ramez Tebet.

## – 9 –

## REQUERIMENTO Nº 244, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 244, de 2001, do Senador Tião Viana, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Sena do nº 71, de 2001, de sua au to ria.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Está encerrada a sessão.

*(Le van ta-se a ses são às 18 ho ras e 40 minutos)*

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 161, DE 2001

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada a "Rádio Globo S/A" para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão outorgada a "Rádio Globo S/A" para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de maio de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 162, DE 2001

**Aprova o ato que outorga concessão a "Rádio Atalaia Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Campo Erê, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 16 de junho de 1999, que outorga concessão a "Rádio Atalaia Ltda." para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Campo Erê, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de maio de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 163, DE 2001

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Lene Radiodifusão Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 230, de 17 de novembro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 7 de outubro de 1992, a permissão outorgada a "Lene Radiodifusão Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de maio de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 164, DE 2001

**Aprova o ato que autoriza a "Associação Comunitária e Cultural Teresense" a executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 83, de 21 de março de 2000, que autoriza a "Associação Comunitária e Cultural Teresense" a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de maio de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**(\*)DECRETO LEGISLATIVO Nº 165, DE 2001**

**Aprova o texto do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de maio de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

(\*)O texto do Tratado acima citado está publicado no **D.S.F.** de 24.3.2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 166, DE 2001**

**Aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio de "Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour", a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 131, de 26 de agosto de 1999, que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio de "Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour", a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de maio de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

## Ata da 62ª Sessão Deliberativa Ordinária em 30 de maio de 2001

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Jader Barbalho, Edison Lobão  
Antonio Carlos Valadares e Carlos Wilson*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE  
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –  
Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães –  
Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Par-  
ga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Pa-  
trocinio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison  
Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Su-  
plicity – Emília Fernandes – Fernando Bezerra – Fer-  
nando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas Neto  
– Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo –  
Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Bor-  
ges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezen-  
de – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto  
Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José  
Agripino – José Alencar – José Coelho – José Eduar-  
do Dutra – José Fogaça – Juvêncio da Fonseca – Le-  
omar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara –  
Luiz Otávio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do  
Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro  
Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti –  
Nabor Júnior – Ney Suassuna – Nilo Teixeira Campos  
– Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro  
Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calhe-  
iros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Re-  
quião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu  
Tuma – Sebastião Rocha – Teotônio Vilela Filho –  
Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wel-  
lington Roberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – A lista de  
presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Sena-  
dores. Havendo número regimental, de claro aberta a  
sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-  
balhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mo-  
zarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

#### EXPEDIENTE

#### PARECERES

#### PARECER Nº 455, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econô-  
micos, sobre a Mensagem nº 108, de  
2001 (nº 318, de 9-4-00, na origem), que  
propõe ao Senado Federal seja autORIZA-  
da a contratação de operação de crédito  
externo no valor equivalente a até  
US\$150,000,000.00 (cento e cinquentamil-  
hões de dólares norte-americanos), de  
principal, entre o Banco do Nordeste do  
Brasil S/A e o Banco Interamericano de  
Desenvolvimento – BID, com a garantia  
da República Federativa do Brasil, desti-  
nada ao financiamento parcial do Progra-  
ma de Expansão de Mercados para Pe-  
quenas e Médias Empresas – PEM.

Relator: Senador **Luiz Pontes**

Relator *ad hoc*: Senador **Paulo Souto**

#### I – Relatório

Em conformidade com o art. 52, inciso V, da  
Constituição Federal, o Senhor Presidente da Repú-  
blica enviou a esta Casa a Mensagem nº 108, de 2001  
(Mensagem nº 00318, de 9-4-2001, na ori-  
gem), que propõe ao Senado Federal seja au-  
torizada a contratação de operação de crédito externo no valor equiva-  
lente a até US\$150,000,000.00 (cento e cinquentamil-  
hões de dólares norte-americanos), de principal,  
entre o Banco do Nordeste do Brasil S/A e o Ban-  
co Interamericano de Desenvolvimento – BID, com a ga-  
rantia da República Federativa do Brasil, destina-  
da ao financiamento parcial do Programa de Expan-  
são de Mercados para Pequenas e Médias Empre-  
sas – PEM. A operação de crédito apresenta as se-  
guin-tes características financeiras:

*Devedor:* Banco do Nordeste do Brasil S/A –  
BNB;

*Credor:* Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (Washington/EUA);

*Garantidor:* República Federativa do Brasil;

*Valor:* até US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos);

*Prazo:* 240 (duzentos e quarenta) meses;

*Carência:* 54 (cinquenta e quatro) meses, a partir do desembolso;

*Juros:* a uma taxa variável igual ao Custo dos Empréstimos Multimonetários Qualificados acrescida de **spread** de termina da ao final de cada semestre, sobre o saldo devedor de principal, incorridos após cada desembolso; Comissão de Compromisso: limitada a 0,75% por ano, sobre o valor do principal do empréstimo não desembolsado, começando a vigorar 60 (sessenta) dias após a data da assinatura do contrato;

*Taxa de Inspeção e Supervisão Geral:* limitada a US\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil dólares norte-americanos).

### **Condições de Pagamento**

*Do Principal:* amortizado em 32 (trinta e duas) parcelas semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais, em 10-1 e 10-7 de cada ano, vencendo-se a primeira em 10-7-2005;

*Dos Juros:* semestralmente vencidos, em 10-1 e 10-7 de cada ano, a primeira parcela em 10-7-2001;

*Da Comissão de Compromisso:* pagável semestralmente, juntamente com as parcelas de juros;

*Taxa de Inspeção e Supervisão Geral:* pagável trimestralmente. Os limites de endividamento estabelecidos pela Resolução nº 96, de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 1992, ambas do Senado Federal, aplicam-se a esta operação, bem como requer-se a necessária autorização desta Casa para celebração do respectivo contrato.

Constam do processo a Mensagem do Presidente da República, a Exposição de Motivos nº MF00035 EM OP CRED PEM, de 19 de março de 2001, do Sr. Ministro da Fazenda e cópia da minuta do contrato de empréstimo.

Acompanham o pedido, também, os Pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN/COF/ Nº 388/2001 e da Secretaria do Tesouro Nacional, STN/COREF/DIREF Nº 455, de 19-12-2000; nº 49, de 14-2-2001 e COREF/DIAFE nº 404, de 10-11-2000, que se manifestaram favoravelmente ao pedido. O Banco do Nordeste do Brasil apresenta, às fls. 30 a 34, Parecer Técnico demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social do Programa de Expansão de Mercados.

A Secretaria do Tesouro Nacional constatou haver margens nos limites de endividamento da União para a concessão da pleiteada garantia (cf. fls. 22 do processo), mesmo que se aplique o critério mais restritivo de despesas de capital executadas como limite para o total de recursos de operações de crédito ingressados no exercício financeiro, conforme determina o § 3º do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

A STN, mediante análise de balanços, considerou satisfatória a situação econômico-financeira do Banco do Nordeste; constatou a inexistência de débitos pendentes de regularização em nome do Banco junto à União, e que não há registros de compromissos honrados pelo Tesouro Nacional em nome da referida instituição financeira em operações garantidas nos últimos dois anos. Informa, por fim, que o Banco apresentou o Certificado de Regularização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Certidões Positivas de Tributos e Contribuições Federais Administradas pela Secretaria da Receita Federal e de Débito junto ao INSS, ambas com efeitos negativos (cf. fls. 17 e 23 a 25 do processo).

Quanto à previsão orçamentária, o Departamento de Coordenação das Empresas Estatais — DEST/MP informou que no Programa de Dispêndio Globais — PDG do Banco do Nordeste para 2001 estão previstas captações de recursos externos no valor de US\$368,8 milhões, onde se insere a operação de crédito em tela e que os limites dos dispêndios propostos pelo Banco do Nordeste para 2001 contemplam as despesas de correntes da operação. Com relação à União, a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos — SPI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão — MP, informou que o Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas já se encontra em processo de inclusão no Plano Plurianual — PPA para 2000/2003, no montante de R\$566,5 milhões, na ação “Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico regional do Nordeste” no âmbito do Programa “Sistemas Locais de Inovação” (cf. fls. 7 e 8 do processo).

A Procuradoria da Fazenda Nacional informa que a minuta contratual contém cláusulas admissíveis conforme a legislação brasileira, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96/89 do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

O Banco Central do Brasil, na forma da legislação pertinente, credenciou a operação financeira em tela, conforme Carta Bacen/Firce/Conac-II-2001/007, de 8 de janeiro de 2001.

## II – Análise

Segundo as informações constantes nos Pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional acima relatados, a operação satisfaz as condições impostas pela Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal e pelos demais instrumentos legais.

Quanto ao mérito do pedido, cabe destacar que o Programa de Expansão de Mercados — PEM tem como objetivo aumentar a competitividade das pequenas e médias empresas situadas na mesma área de atuação do Banco do Nordeste, que compreende os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo e Minas Gerais.

Com efeito, os recursos do empréstimo junto ao BID complementarão fontes de financiamento e ações estratégicas de desenvolvimento econômico regional implementadas pelo governo e que contribuirão para eliminar obstáculos enfrentados pelo setor produtivo e para o melhor aproveitamento das oportunidades de negócios relacionadas com recursos naturais ou capacidades tecnológicas existentes, mediante dinamização das cadeias produtivas.

Estudos técnicos do Banco do Nordeste, relativamente à relação custo/benefício e ao interesse econômico e social, comprovam a viabilidade financeira do Programa e indicam uma taxa interna de retorno estimada em 16,3% ao ano, na hipótese de ser cobrado, pelo Banco, um spread de 1% a.a. sobre as operações.

O programa deverá ser executado em quatro anos (2001-2004), com custo total de US\$300 milhões, sendo US\$150 milhões com recursos oriundos da presente operação de crédito junto ao BID e os US\$150 milhões restantes provenientes de contrapartida nacional, assim distribuída: US\$75 milhões do próprio Banco do Nordeste, US\$30 milhões do Ministério da Ciência e Tecnologia e US\$45 milhões das pequenas e médias empresas beneficiárias e de mais entidades participantes, a saber, Sebrae, Senai e APEX.

O custo efetivo do empréstimo junto ao BID está estimado em 6,87% ao ano, constituindo-se um indicativo aceitável no tocante às condições financeiras da operação em tela, especialmente em se considerarem os custos efetivos apurados para contratações

com organismos multilaterais no último ano. (cf. fls. 15 do processo).

Adicione-se o fato de que o prazo de retorno é de 20 anos, incluindo-se a carência de 54 meses, a partir dos desembolsos, e que o ingresso de recursos externos de longo prazo é compatível com a atual política de desenvolvimento do País, sob condições de equilíbrio fiscal e de estabilidade de preços.

As contragarantias para fazer face à garantia oferecida pela União serão sob a forma de recebíveis mantidos em conta de depósito do próprio Banco do Nordeste, em Brasília, em nome do Tesouro Nacional, conforme contrato a ser, previamente, firmado com a União. Segundo a STN, as obrigações contratuais não atribuem ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito (fls. 17 e 18 do processo).

## III – Voto

Em face do exposto, concluímos o nosso Parecer pela aprovação do pleito nos termos do seguinte:

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2001

**Autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S/A a contratar, com a garantia da República Federativa do Brasil, operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas – PEM.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Banco do Nordeste do Brasil S/A., autorizado a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas – PEM.

Art. 2º A operação de crédito mencionada no artigo anterior apresenta as seguintes características financeiras:

*Devedor:* Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB;

*Credor:* Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (Washington/EUA);

*Garantidor:* República Federativa do Brasil;

*Valor:* até US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos);

*Prazo:* 240 (duzentos e quarenta) meses;

*Carência:* 54 (cinquenta e quatro) meses, a partir do desembolso;

*Juros:* a uma taxa variável igual ao Custo dos Empréstimos Multimonetários Qualificados acrescida de **spread**, determinada ao final de cada semestre, sobre o saldo devedor de principal, incorridos após cada desembolso;

*Comissão de Compromisso:* limitada a 0,75% por ano, sobre o valor do principal do empréstimo não desembolsado, começando a vigorar 60 (sessenta) dias após a data da assinatura do contrato;

*Taxa de Inspeção e Supervisão Geral:* limitada a US\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil dólares norte-americanos).

#### **Condições de Pagamento**

*Do Principal:* amortizado em 32 (trinta e duas) parcelas semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais, em 10-1 e 10-7 de cada ano, vendendo-se a primeira em 10-7-2005;

*Dos Juros:* semestralmente vencidos, em 10-1 e 10-7 de cada ano, a primeira parcela em 10-7-2001;

*Da Comissão de Compromisso:* pagável semestralmente, juntamente com as parcelas de juros;

*Taxa de Inspeção e Supervisão Geral:* paga vel trimestralmente.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito a que se referem os artigos anteriores, mediante o oferecimento de contragarantias pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A.

Art. 4º A celebração do contrato da operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID fica condicionada à prévia formalização do contrato a que se refere o artigo anterior e à comprovação de plena inclusão do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas – PEM no Plano Plurianual para 2000-2003.

Art. 5º A autorização concedida por esta Resolução de verá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 29 de maio de 2001. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Paulo Souto**, Relator (ad

hoc) – **Jefferson Peres** – **Waldeck Ornelas** – **Helosa Helena** – **José Coelho** – **Roberto Saturnino** – **Casildo Maldaner** – **Eduardo Suplicy** – **Geraldo Melo** – **Arlindo Porto** – **Eduardo Siqueira Campos** – **José Agripino** – **Freitas Neto** – **Ney Suassuna**.

#### **LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

#### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

##### **Seção IV**

##### **Do Senado Federal**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

#### **LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 4 DE MAIO DE 2000**

**Estabelece normas de fianças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

##### **Seção IV**

##### **Das Operações de Crédito**

##### **Subseção I**

##### **Da Contratação**

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 3º Para fins do disposto no inciso V do § 1º, considerar-se-á, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas, observado o seguinte:



**PARECER Nº 456, DE 2001**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 119, de 2001 (nº 375 de 25-4-01, na origem), que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicitação para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a US\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico do Distrito Federal.**

Relator: Senador **Casildo Maldaner**

**I – Relatório**

Em conformidade com o art. 52, inciso V, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República enviou a esta Casa a Mensagem nº 119, de 2001 (Mensagem nº 375, de 25-4-01, na origem), solicitando que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a US\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico do Distrito Federal.

A operação de crédito apresenta as seguintes características financeiras:

*Mutuário:* Distrito Federal;

*Mutuante:* Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID;

*Garantidor:* República Federativa do Brasil;

*Valor:* o equivalente a até US\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$248.690.000,000 (duzentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e noventa mil reais), em 31-10-2000;

*Finalidade:* financiar, parcialmente, o Projeto de Saneamento Básico do Distrito Federal, que visa à melhoria do quadro de saúde e à qualidade de vida da

população, além de proteger os recursos hídricos superficiais e subterrâneos desse território;

*Prazo:* 300 meses;

*Carência:* 66 meses, a partir do desembolso;

*Juros:* à taxa variável igual ao Custo dos Empréstimos Multimonetários Qualificados, acrescida de "spread" de terminação ao final de cada semestre (para o 2º semestre de 2000 esta taxa é de 7,03% a.a.), sobre o saldo devedor de principal, incorridos após cada desembolso, pagáveis semestralmente, em 15-6 e 15-12 de cada ano;

*Comissão de Compromisso:* limitada a 0,75% ao ano sobre o valor do principal do empréstimo não desembolsado;

*Prazo para Desembolso:* 31-12-2005;

*Taxa de Inspeção e Supervisão Geral:* limitada a US\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

**Condições de Pagamento**

*Do Principal:* amortizado em 40 (quarenta) parcelas semestrais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15-6-2006;

*Dos Juros:* semestralmente vencidos, em 15-6 e 15-12, de cada ano;

*Da Comissão de Compromisso:* pagável semestralmente;

*Taxa de Inspeção e Supervisão Geral:* pagável em prestações trimestrais.

**II – Análise**

Os limites de endividamento estabelecidos pela Resolução nº 96, de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 1992, e pela Resolução nº 78, de 1998, todas do Senado Federal, aplicam-se a esta operação, bem como requer-se a necessária autorização desta Casa para celebração do respectivo contrato.

Constam do processo a Mensagem do Presidente da República, a Exposição de Motivos nº MF00049 em Oper Cred Ext San Ba si co GDF, de 10 de abril de 2001, do Sr. Ministro da Fazenda e cópia da minuta do contrato de empréstimo.

Acompanham o pedido, também, os Pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN/COF/Nº 657/2001 e da Secretaria do Tesouro Nacional, STN/COREF nº 104, de 21-3-01, que se manifestaram favoravelmente ao pedido.

A Secretaria do Tesouro Nacional constatou haver margens nos limites de endividamento da União para a concessão da pleiteada garantia (cf. fls. 75 do

processo), conforme artigos 2º e 3º (incisos I e II) e 4º da Resolução nº 96, de 1989.

Quanto à previsão orçamentária, a STN informa que, conforme declaração da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, estão previstas dotações orçamentárias dentro da Programação de Investimentos para 2001 relativas à presente operação de crédito, autorizada pela Lei Distrital nº 2.606, de 18 de outubro de 2000.

Segundo a STN, esta operação de crédito está prevista no Programa de Ajuste Fiscal do Distrito Federal e que o mesmo tem capacidade de pagamento para fazer frente aos compromissos dela decorrentes. Ademais, não há registros de débitos do Distrito Federal pendentes de regularização junto à União e entidades do Poder Público Federal. A propósito, estão anexadas ao processo Certidões Negativas de Débitos junto à Receita Federal, de Regularidade do FGTS, junto à Dívida Ativa da União e Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa do INSS (fls. 309 a 313 do processo).

As contragarantias oferecidas pelo Distrito Federal à União, quais sejam, vinculação de cotas de repartição de receitas constitucionais estabelecidas nos arts. 156, 157, 158, 159 e 167 da Constituição Federal, foram consideradas suficientes para ressarcir a União, caso tenha que honrar com promissões na condição de garantido do empréstimo.

A Procuradoria da Fazenda Nacional informa que a minuta contratual contém cláusulas admissíveis conforme a legislação brasileira, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

Todavia, ressalta a Procuradoria que, de acordo com as conclusões de auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, relativamente aos incisos III e XI do art. 13 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 62, de 2000, o Governo do Distrito Federal ainda não cumpre totalmente o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (cf. itens h.4.1 a h.4.8 do Parecer, fls. 59 e 60 do processo). Entretanto, o Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal esclareceu ao Tribunal, em 2 de fevereiro de 2001, as providências que o governo distrital vem tomando no sentido de cumprir e fazer cumprir a citada lei. As justificativas

estão sendo analisadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

O Banco Central, ao manifestar-se favoravelmente à operação (cf. Parecer DEDIP-2000/029, de 22-12-00, fls. 2 a 6 do processo), porquanto o pleito atende aos requisitos essenciais estabelecidos pela Resolução do Senado, observa que, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, “apenas o descumprimento do art. 52 (falta de publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária) é causa impeditiva para contratar operação de crédito, mesmo assim somente enquanto perdurar a irregularidade.” Ora, uma vez sanada essa irregularidade, como foi o caso do Governo do Distrito Federal, cessa o impedimento de contratação, conforme dispõe o § 2º do citado artigo.

O Departamento de Capitais Estrangeiros – FIRCE – do Banco Central do Brasil, na forma da legislação pertinente, credenciou a operação financeira em tela, conforme Carta Bacen/Firce/Conac-II-2000/1226, de 7-12-00.

O Tribunal de Contas do Distrito Federal certificou o cumprimento, pelo Governo do Distrito Federal, dos gastos com saúde e educação, bem como dos dispêndios com os subsídios dos membros do Poder Legislativo, conforme determina a Constituição Federal (cf. certidões às fls. 272, 273, 280 e 15 do processo).

O Governo do Distrito Federal apresenta, às fls. 154 a 166, parecer técnico demonstrando a relação custo/benefício e o interesse econômico e social do Programa de Saneamento Básico.

Segundo as informações constantes do processo, a presente operação satisfaz as condições essenciais impostas pela Resolução nº 96, de 1989, e Resolução nº 78, de 1998, ambas do Senado Federal. Com efeito, tanto o Distrito Federal como a União estão dentro dos limites e condições estabelecidos pelo Senado Federal, sendo que o tomador apresenta, conforme Nota Técnica da Secretaria do Tesouro Nacional, condições financeiras de honrar os compromissos.

Quanto ao mérito do pedido, cabe destacar que o Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal “objetiva reverter a situação ambiental atual e melhorar o quadro de saúde e a qualidade de vida de sua população, além de proteger os recursos hídricos e subterrâneos de seu território. Para tanto, propõe medidas que visam a expansão da infraestrutura sanitária existente e o fortalecimento das instituições envolvidas nas prestações destes serviços de saneamento e de fiscalização ambiental.”

Assim, o Programa contempla investimentos nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e pavimentação de vias, abrangendo o Plano Piloto, Cruzeiro, Guará, parte do Lago Sul e Norte, e as cidades satélites de Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas e Riacho Fundo II. O custo do programa está orçado em US\$260 milhões, em cinco anos, sendo 50% financiada pelo BID e 50% pelo aporte de recursos locais – isto, do GDF e da Caesb.

De acordo com o estudos de análise econômica sobre os benefícios e custo do programa, os projetos avaliados apresentaram Taxa Interna de Retorno variando de 13,73% a 165,04% para abastecimento de água e 24,65% a 38,86% para esgotamento sanitário, revelando a viabilidade sócio-econômica desses projetos.

Conforme estimativas da STN (fls. 167 do processo), o custo efetivo do empréstimo está estimado em 6,37% ao ano. Trata-se de uma taxa de juros compatível com as contratações feitas pelo Brasil junto a outros organismos multilaterais. Além disso, importa ressaltar, também, que o mutuário apresenta capacidade de pagamento e que as contragarantias a serem oferecidas contratualmente à União são suficientes para eventual ressarcimento ao Tesouro Nacional.

Adicione-se o fato de que o empréstimo é de longo prazo, com prazo de retorno de vinte anos e carencia de cinco, e que o ingresso de recursos externos nessas condições é compatível com a atual política de desenvolvimento do País, sob condições de equilíbrio fiscal e de estabilidade de preços.

Com relação ao cumprimento no disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entendemos que a exigência estabelecida pelo Senado Federal em outubro de 2000, conforme Resolução nº 62, de 2000, como uma das condições para a realização de operações de crédito pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, tem caráter abrangente. Não se restringe, portanto, apenas à publicação de Relatórios bimestrais e quadrimestrais de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, como entendeu o Banco Central do Brasil na análise do presente pleito.

Em vista das interpretações diversas, propomos que esta CAE adote, temporariamente, uma interpretação que delimita de modo adequado a aplicação da norma que o Senado instituiu. Ou seja, até que esta Casa decida, por meio de nova Resolução, os requisitos a serem observados quanto ao cumprimento da LRF e que os Tribunais de Contas tenham condições

de examinar e julgar todos os dispositivos da LRF, a Certidão do respectivo Tribunal de Contas exigida para a autorização de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios contratar operações de crédito ficaria adstrita aos tópicos que possam afetar direta ou indiretamente no exame dos pleitos de contratação de operações de crédito, a exemplo dos gastos com pessoal (art. 18 a 25 da LRF); da transparência da gestão fiscal (art. 51 a 56 da LRF); dos limites e exigências pertinentes à Dívida e ao Endividamento (cap. VII — art. 29 a 42 da LRF), além do pronunciamento que os Tribunais de Contas já vêm fazendo sobre os gastos com educação, saúde e Poder Legislativo, estabelecidos pela Constituição Federal, bem como sobre a inexistência de operações com as características descritas nos incisos I e II do art. 3º da Resolução nº 78 e no art. 37 da LRF.

Diversos dispositivos da LRF não interferem direta ou indiretamente na contratação de operações de crédito, como por exemplo a existência de contabilidade de custos, existência de demonstrativos contábeis complementares apresentando os fluxos financeiros pelo regime de caixa, demonstração das variações patrimoniais destacando o destino dos recursos provenientes da alienação de ativos, e tantos outros que exigirão até mesmo a realização de auditorias "in loco" para exame individualizado de processos de pagamento, o que pode ser muito dispendioso, seja pela quantidade de entes jurisdicionados, seja pela distância física das mesmas. Isto sem contar os prazos exíguos em que normalmente se pede a manifestação dos tribunais.

Obviamente, a interpretação ora proposta a esta CAE não elide o exame do cumprimento de toda a LRF pelos Tribunais de Contas. Tão-somente reconhece que esses órgãos de fiscalização, seguramente, demandarão mais tempo para o completo ajustamento de suas atuais condições de fiscalização às novas demandas criadas pela citada lei. Por isso o caráter transitório proposto à interpretação da Resolução nº 62, de 2000, deste Senado.

Esta linha de interpretação, com base na com o conteúdo da Certidão de 14-12-2000 e da Decisão nº 1975, de 2001, ambas do Tribunal de Contas do Distrito Federal, com o conteúdo do Parecer do Banco Central e da STN, permite inferir que o Governo do Distrito Federal atende aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 2000, relevantes à operação de crédito, porquanto cumprimos os limites dos gastos com educação, saúde, pessoal e remuneração dos membros do Poder Legislativo; publicou os Relatórios de

Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal; opere dentro dos limites de endividamento estabelecidos pelo Senado Federal e a presente operação não viole o acordo de refinanciamento junto ao Tesouro Nacional.

Este ponto, aliás, fora recentemente reconfirmado pela STN, mediante Certidão datada de 17 de maio de 2001.

### III – Voto

Diante do exposto e considerando-se a interpretação que ora propomos a esta Comissão quanto aos requisitos relativos ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, para efeitos de operações de crédito, concluímos o nosso Parecer pela aprovação do pleito nos termos do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2001

**Autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar, com a garantia da República Federativa do Brasil, operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Distrito Federal autorizado a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal.

Art. 2º A operação de crédito mencionada no artigo anterior apresenta as seguintes características financeiras:

*Mutuário:* Distrito Federal;

*Mutuante:* Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

*Garantidor:* República Federativa do Brasil;

*Valor:* o equivalente a até US\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$248.690.000,00 (duzentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e noventa mil reais), em 31-10-00.

*Finalidade:* financiar, parcialmente, o Projeto de Saneamento Básico do Distrito Federal, que visa

à melhoria do quadro de saúde e à qualidade de vida da população, além de proporcionar os recursos hídricos superficiais e subterrâneos de seu território;

*Prazo:* 300 meses;

*Carência:* 66 meses, a partir do desembolso;

*Juros:* à taxa variável igual ao Custo dos Empréstimos Multimonetários Qualificados, acrescida de **spread** determinados ao final de cada semestre (para o 2º semestre de 2000 esta taxa é de 7,03% a.a.), sobre o saldo devedor de principal, incorridos após cada desembolso, pagáveis semestralmente, em 15-6 e 15-12 de cada ano;

*Comissão de Compromisso:* limitada a 0,75% ao ano sobre o valor do principal do empréstimo não desembolsado;

*Prazo para Desembolso:* 31-12-2005;

*Taxa de Inspeção e Supervisão Geral:* limitada a US\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

#### Condições de Pagamento

*Do Principal:* amortizado em 40 (quarenta) parcelas semestrais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15-6-2006;

*Dos Juros:* semestralmente vencidos, em 15-6 e 15-12, de cada ano;

*Da Comissão de Compromisso:* pagável semestralmente; *Taxa de Inspeção e Supervisão Geral:* pagável em prestações trimestrais.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito a que se referem os artigos anteriores, mediante oferecimento de contragarantias pelo Governo do Distrito Federal.

Art. 4º A celebração do contrato da operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, fica condicionada à prévia formalização do contrato a que se refere o artigo anterior.

Art. 5º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 29 de maio de 2001. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Casildo Maldaner**, Relator – **Gezaldo Melo** – **Roberto Saturnino** – **José Agripino** – **Waldeck Ornelas** – **Freitas Neto** – **Eduardo Suplicy** – **Paulo Souto** – **Arlindo Porto** – **Jéfferson Peres** – **Jonas Pinheiro** – **Ney Suassuna** – **Eduardo Siqueira Campos**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO IV  
Do Senado Federal**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

**SEÇÃO V  
Dos Impostos dos Municípios**

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão **Inter vivos**, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

(\*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 18-3-93:

“III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.”

(\*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13-9-00:

“§ 1º Sempre juízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, in ciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:”

Inciso incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 13-9-00:

“I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e” (AC)

Inciso incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 13-9-00:

“II – ter alíquotas diferenciadas de acordo com a localização e o uso do imóvel.” (AC)

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I – não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se,

nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II – compete ao Município da situação do bem.

(\*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17-3-93:

“ § 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III, cabe à lei complementar:

I – fixar as suas alíquotas máximas;

II – excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior.”

**SEÇÃO VI  
Da Repartição das Receitas Tributárias**

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;

III – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I – três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II – até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a meta de dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcional, entre ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

## SEÇÃO II Dos Orçamentos

Art. 167. São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

(\*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13-9-00:

“IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;”

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

Inciso incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“X – a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

Inciso incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-98:

“XI – a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento

to de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.”

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro pode ser iniciada sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que foram autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquel exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 17-3-93:

“§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os artigos 155 e 156, e dos recursos de que tratam os artigos 157, 158, 159, I, **a e b**, e II, para prestação de garantia ou contraguarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.”

LEI COMPLEMENTAR Nº 101  
DE 4 DE MAIO DE 2000

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas (Privately) para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

Seção II

**Das Despesas com Pessoal**

Subseção I

**Definições e Limites**

Art. 18. Para os efeitos desta lei complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza,

bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as doze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 19. Para os fins do disposto no **caput** do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50% (cinquenta por cento);

II – Estados: 60% (sessenta por cento);

III – Municípios: 60% (sessenta por cento).

§ 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – relativas a incentivos à demissão voluntária;

III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV – de correntes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;

V – com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19;

VI – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

§ 2º Observado o disposto no inciso IV do § 1º, as despesas com pessoal decorrentes de sentenças Judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I – na esfera federal:

**a)** 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;

**b)** 6% (seis por cento) para o Judiciário;

**c)** 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores à publicação desta Lei Complementar;

**d)** 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II – na esfera estadual:

**a)** 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;

**b)** 6% (seis por cento) para o Judiciário;

**c)** 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;

**d)** 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

III – na esfera municipal:

**a)** 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

**b)** 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores à publicação desta Lei Complementar.

§ 2º Para efeito deste artigo entende-se como Órgão:

I – o Ministério Público;

II – no Poder Legislativo:

**a)** Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;

**b)** Estadual, a Assembléia Legislativa e os Tribunais de Contas;

**c)** do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;

**d)** Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

III – no Poder Judiciário:

**a)** Federal, os tribunais referidos no art. 92 da Constituição;

**b)** Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.

§ 3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas **a** e **c** do inciso II do **caput** serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entregada dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 6º (VETADO)

## SUBSEÇÃO II

### Do Controle da Despesa Total com Pessoal

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I – as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição;

II – o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal excedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadriestrito.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedadas ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I – concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II – criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;



IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qual quer título, ressalvada a reposição decorrente da aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V – contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sempre juízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I – receber transferências voluntárias;

II – obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III – contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato titular de Poder ou órgão referido no art. 20.

### SEÇÃO III

#### Das Despesas com a Seguridade Social

Art. 24. Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total, nos termos do § 5º do art. 195 da Constituição, atendidas ainda as exigências do art. 17.

§ 1º É dispensada da compensação referida no art. 170 aumento de despesa de corrente de:

I – concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação prevista na legislação pertinente;

II – expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados;

III – reajustamento de valor do benefício ou serviço, a fim de preservar o seu valor real.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se a benefício ou serviço de saúde, previdência e assistência social, inclusive os destinados aos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e aos pensionistas.

### CAPÍTULO V

#### Das Transferências Voluntárias

Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou dos destinados ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I – existência de dotação específica;

II – (VETADO)

III – observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV – comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

§ 2º É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

§ 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, exceção-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

.....

### CAPÍTULO VII

#### Da Dívida do Endividamento

## SEÇÃO I Definições Básicas

Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

I – dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;

II – dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, incluídos os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;

III – operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

IV – concessão de garantia: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada;

V – refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

§ 1º Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos arts. 15 e 16.

§ 2º Será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.

§ 3º Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

§ 4º O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.

## SEÇÃO II Dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito

Art. 30. No prazo de noventa dias após a publicação desta Lei Complementar, o Presidente da República submeterá ao:

I – Senado Federal: proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios, cumprindo o que estabelece o inciso VI do art. 52 da Constituição, bem como de limites e condições relativos aos incisos VII, VIII e IX do mesmo artigo;

II – Congresso Nacional: projeto de lei que estabeleça limites para o montante da dívida mobiliária federal a que se refere o inciso XIV do art. 48 da Constituição, acompanhado da demonstração de sua adequação aos limites fixados para a dívida consolidada da União, atendido o disposto no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 1º As propostas referidas nos incisos I e II do **caput** e suas alterações conterão:

I – demonstração de que os limites e condições guardam coerência com as normas estabelecidas nesta Lei Complementar e com os objetivos da política fiscal;

II – estimativas do impacto da aplicação dos limites a cada uma das três esferas de governo;

III – razões de eventual proposição de limites diferenciados por esfera de governo;

IV – metodologia de apuração dos resultados primário e nominal.

§ 2º As propostas mencionadas nos incisos I e II do **caput** também poderão ser apresentadas em termos de dívida líquida, evidenciando a forma e a metodologia de sua apuração.

§ 3º Os limites de que tratam os incisos I e II do **caput** serão fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos.

§ 4º Para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadriestrito.

§ 5º No prazo previsto no art. 5º, o Presidente da República enviará ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional, conforme o caso, proposta de manutenção ou alteração dos limites e condições previstos nos incisos I e II do **caput**.

§ 6º Sempre que alterados os fundamentos das propostas de que trata este artigo, em razão de instabilidade econômica ou alterações nas políticas monetária ou cambial, o Presidente da República poderá encaminhar ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional solicitação de revisão dos limites.

§ 7º Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houve remissão in-

cluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

### SEÇÃO III

#### **Da Recondução da Dívida aos Limites**

Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinete e cinco por cento) no primeiro.

§ 1º Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido:

I – estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;

II – obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de emprego, na forma do art. 9º.

§ 2º Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

§ 3º As restrições do § 1º aplicar-se-ão imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º O Ministério da Fazenda divulgará, mensalmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária.

§ 5º As normas deste artigo serão observadas nos casos de descumprimento dos limites da dívida mobiliária e das operações de crédito internas e externas.

### SEÇÃO IV

#### **Das Operações de Crédito**

#### SUBSEÇÃO I

##### **Da Contratação**

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I – existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou leis específicas;

II – inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III – observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV – autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V – atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI – observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

§ 2º As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.

§ 3º Para fins do disposto no inciso V do § 1º, considerar-se-á, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas, observado o seguinte:

I – não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do ente da Federação, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus deste;

II – se o empréstimo ou financiamento a que se refere o inciso I for concedido por instituição financeira controlada pelo ente da Federação, o valor da operação será de duzido das despesas de capital;

III – (Vetado)

§ 4º Sempre julgado as atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão:

I – encargos e condições de contratação;

II – saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

§ 5º Os contratos de operação de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.

Art. 33. A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, de-

verá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

§ 1º A operação realizada com infração do disposto nesta Lei Complementar será considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal, vedado o pagamento de juros e demais encargos financeiros.

§ 2º Se a devolução não for efetuada no exercício de ingresso dos recursos, será consignada a reserva específica na lei orçamentária para o exercício seguinte.

§ 3º Enquanto não efetuada o cancelamento, a amortização, ou constituição da reserva, aplicam-se as sanções previstas nos incisos do § 3º do art. 23.

§ 4º Também se constituirá reserva, no montante equivalente ao excesso, se não atendido o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, consideradas as disposições do § 3º do art. 32.

#### SUBSEÇÃO II Das Vedações

Art. 34. O Banco Central do Brasil não emitirá títulos da dívida pública a partir de dois anos após a publicação desta Lei Complementar.

Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

§ 1º Excetuam-se da vedação a que se refere o **caput** as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinam a:

I – financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;

II – refinarciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.

§ 2º O disposto no **caput** não impede Estados e Municípios de comprar títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades.

Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não proíbe instituição financeira controlada de adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes, ou títulos da dívida de emissão da União para aplicação de recursos próprios.

Art. 37. Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:

I – captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do art. 150 da Constituição;

II – recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;

III – assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação semelhante, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes;

IV – assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a **posteriori** de bens e serviços.

#### SUBSEÇÃO III Das Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária

Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes:

I – realizar-se-á somente a partir do decimodia do início do exercício;

II – deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano;

III – não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir;

IV – estará proibida:

a) enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada;

b) no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

§ 1º As operações de que trata este artigo não serão computadas para efeito do que dispõe o inciso III do art. 167 da Constituição, desde que liquidadas no prazo de findo no inciso II do **caput**.

§ 2º As operações de crédito por antecipação de receita realizadas por Estados ou Municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.

§ 3º O Banco Central do Brasil manterá sistema de acompanhamento e controle do saldo do crédito aberto e, no caso de inobservância dos limites, aplicará as sanções cabíveis à instituição credora.

#### SUBSEÇÃO IV

##### **Das Operações com o Banco Central do Brasil**

Art. 39. Nas suas relações com ente da Federação, o Banco Central do Brasil está sujeito às vedações constantes do art. 35 e mais às seguintes:

I – com prateleira de dívida, na data de sua colocação no mercado, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo;

II – permuta, ainda que temporária, por intermédio de instituição financeira ou não, de título de dívida de ente da Federação por título de dívida pública federal, bem como a operação de compra e venda, a termo, da que letítulo, cujo efeito final seja semelhante à permuta;

III – concessão de garantia.

§ 1º O disposto no inciso II, **infine**, não se aplica ao estoque de Letras do Banco Central do Brasil, Série Especial, existente na carteira das instituições financeiras, que pode ser refinanciado mediante novas operações de venda a termo.

§ 2º O Banco Central do Brasil só poderá comprar diretamente títulos emitidos pela União para refinanciar dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira.

§ 3º A operação mencionada no § 2º de será ser realizada à taxa média e condições alcançadas no dia, em leilão público.

§ 4º É vedado ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil, ainda que com cláusula de reversão, salvo para reduzir dívida mobiliária.

#### SEÇÃO V

##### **Da Garantia e da Contragarantia**

Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal.

§ 1º A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas, observado o seguinte:

I – não será exigida contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente;

II – a contragarantia exigida pela União a Estado ou Município, ou pelos Estados aos Municípios, poderá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais, com outorga de po de res ao garantidor para re tê-las e em pre gar o res pec ti vo va lor na li quida ção da dí vi da ven ci da.

§ 2º No caso de operação de crédito junto a organismo financeiro internacional, ou a instituição federal de crédito e fomento para o repasse de recursos externos, a União só prestará garantia a ente que atenda, além do disposto no § 1º, as exigências legais para o recebimento de transferências voluntárias.

§ 3º (VETADO)

§ 4º (VETADO)

§ 5º É nula a garantia concedida acima dos limites fixados pelo Senado Federal.

§ 6º É vedado às entidades da administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias, conceder garantia, ainda que com recursos de fundos.

§ 7º O disposto no § 6º não se aplica à concessão de garantia por:

I – empresa controlada a subsidiária ou controlada sua, nem à prestação de contragarantia nas mesmas condições;

II – instituição financeira a empresa nacional, nos termos da lei.

§ 8º Exce tua-se do dis pos to nes te ar tí go a ga ran ti a pre sta da:

I – por instituições financeiras estatais, que se submeterão às normas aplicáveis às instituições financeiras privadas, de acordo com a legislação pertinente;

II – pela União, na forma de lei federal, a empresas de natureza financeira por ela controladas, direta e indiretamente, quanto às operações de seguro de crédito à exportação.

§ 9º Quando honra rem dí vi da de ou tro ente, em razão de garantia prestada, a União e os Estados poderão condicionar as transferências constitucionais ao ressarcimento da que le pa ga men to.

§ 10. O ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, terá suspenso o acesso a novos créditos ou financiamentos até a total liquidação da mencionada dívida.

## SEÇÃO VI Dos Restos a Pagar

Art. 41. (Vetado)

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade da caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

## SEÇÃO II Da Escrituração e Consolidação das Contas

Art. 51. O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, na cionale por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

§ 1º Os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos:

I – Municípios, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até trinta de abril;

II – Estados, até trinta e um de maio.

§ 2º O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

## SEÇÃO III Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I – balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II – demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação para o exercício, as despesas empenhadas e liquidadas, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.

Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:

I – apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;

II – receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;

III – resultados nominal e primário;

IV – despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4º;

V – Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

§ 1º O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:

I – do atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, conforme o § 3º do art. 32;

II – das projeções atuárias dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;

III – da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

§ 2º Quando for o caso, serão apresentadas justificativas:

I – da limitação de empenho;

II – da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

#### SEÇÃO IV Do Relatório de Gestão Fiscal

Art. 54. Ao final de cada quadri-mes será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assim do pelo:

I – Chefe do Poder Executivo;

II – Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;

III – Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;

IV – Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras de finanças por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 55. O relatório conterá:

I – comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

a) despesa total com pessoal, distinguindo-a com inativos e pensionistas;

b) dívidas consolidadas e mobiliária;

c) concessão de garantias;

d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;

e) despesas de que trata o inciso II do art. 4º;

II – indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;

III – demonstrativos, no último quadrimestre:

a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atender a uma das condições do inciso II do art. 41;

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea b do inciso IV do art. 38.

§ 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV do art. 54 conterá apenas

as informações relativas à alínea a do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.

§ 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º O descumprimento do prazo a que se refere o § 2º sujeita o ente à sanção prevista no § 2º do art. 51.

§ 4º Os relatórios referidos nos arts. 52 e 54 deverão ser elaborados de forma padronizada, segundo modelos que poderão ser atualizados pelo Conselho de que trata o art. 67.

#### SEÇÃO V Das Prestações de Contas

Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais se receberão para o prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

§ 1º As contas do Poder Judiciário serão apresentadas no âmbito:

I – da União, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, consolidando as dos respectivos tribunais;

II – dos Estados, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça, consolidando as dos demais tribunais.

§ 2º O parecer sobre as contas dos Tribunais de Contas será proferido no prazo previsto no art. 57 pela comissão mista permanente referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente das Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 3º Será dada ampla divulgação dos resultados da apreciação das contas, julgadas ou tomadas.

.....  
**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Sobre a mesa ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

PS-GSE/191/01

Brasília, 29 de maio de 2001

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de

Lei Complementar nº 177, de 2001, do Poder Executivo, que "Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.", de acordo com o **caput** do art. 65 da Constituição Federal.

Informo, por oportuno, que a matéria está tramitando em regime de urgência solicitada pelo Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 64, § 1º, da Constituição Federal.

Atenciosamente. – Deputado **Severino Cavalcanti**, Primeiro-Secretário.

SGM–P/714/01

Brasília, 30 de maio de 2001

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Ofício PS-GSE nº 191/01, encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, combinado com o **caput** do art. 65 da Constituição Federal, o incluso Projeto de Lei Complementar nº 177, de 2001, do Poder Executivo, que "Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Informo, por oportuno, que a matéria está tramitando em regime de urgência solicitada pelo Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o § único do art. 143 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Atenciosamente. – **Aécio Neves**, Presidente da Câmara dos Deputados.

*É o seguinte o Projeto recebido da Câmara dos Deputados:*

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46 DE 2001– COMPLEMENTAR**

(Nº 177/2001-Complementar na Casa de origem)  
(Tramitando em regime de urgência constitucional, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)

#### **Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias–ADCT, para vigorar até o ano de 2010, tem como objetivo viabilizar a todos os brasileiros o acesso a níveis dignos de subsistência e seus recursos serão aplicados em ações suple menta-

res de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar e outros programas de rele vante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida.

§ 1º É vedada a utilização dos recursos do Fundo para remuneração de pessoal e encargos sociais.

§ 2º O percentual máximo do Fundo a ser destinado às despesas administrativas será definido a cada ano pelo Poder Executivo.

Art. 2º Constituem receitas do Fundo:

I – a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de oito por cento sobre o produto, aplicável de 18 de junho de 2000 a 17 de junho de 2002, na alíquota da contribuição social de que trata o art. 75 do ADCT;

II – a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de cinco pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, ou do imposto que vier a substituí-lo, incidente sobre produtos supérfluos e aplicável até a extinção do Fundo;

III – o produto da arrecadação do imposto de que trata o inciso VII do art. 153 da Constituição;

IV – os rendimentos do Fundo previsto no art. 81 do ADCT;

V – dotações orçamentárias, conforme definido no § 1º do art. 81 do ADCT;

VI – doações, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior;

VII – outras receitas ou dotações orçamentárias que lhe vierem a ser destinadas.

Parágrafo único. Aos recursos integrantes do Fundo não se aplica o disposto no art. 159 e no inciso IV do art. 167 da Constituição, assim como qualquer desvinculação de recursos orçamentários.

Art. 3º Os recursos do Fundo serão direcionados a ações que tenham como alvo:

I – famílias cuja renda **per capita** seja inferior à linha de pobreza, assim como indivíduos em igual situação de renda;

II – as populações de municípios e localidades urbanas ou rurais, isoladas ou integrantes de regiões metropolitanas, que apresentem condições de vida desfavoráveis.

§ 1º O atendimento às famílias e indivíduos de que trata o inciso I será feito, prioritariamente, por meio de programas de reforço de renda, nas modalidades "Bolsa Escola", para as famílias que têm filhos com idade entre seis e quinze anos, e "Bolsa Alimentação",



àque las com fi lhos em ida de de zero a seis anos e in di ví duos que per de ra mos vín cu los fa mi lia res.

§ 2º A li nha de po bre za ou con ce i to que ve nha a sub sti tuí - lo, as sim co mo os mu ni cí pi os que ap re sen tem con di ções de vi da des fa vor á ve is, se rão de fi ni dos e di vul ga dos, pe lo Po der Exe cu ti vo, a ca da a no.

Art. 4º Fi ca in sti tuí do o Con se lho Con sul ti vo e de Acom pa nha men to do Fun do de Com ba te e Er ra di ca ção da Po bre za, cu jos mem bros se rão de si gna dos pe lo Pre si den te da Re pú bli ca, com a a tri bui ção de op in ar so bre as po lí ti cas, di re tri zes e pri o ri da des do Fun do e a com pa nha ra a apli ca ção dos se us re cur sos.

Pará gra fo ú ni co. A to do Po der Exe cu ti vo re gu la men ta rá a com po si ção e o fun cio na men to do Con se lho de que tra ta este ar ti go, as se gu ra da a re pre sen ta ção da so cie da de ci vil.

Art. 5º Com pe te ao ór gão ges tor do Fun do, a ser de si gna do pe lo Pre si den te da Re pú bli ca:

I – co or de na ra a for mu la ção das po lí ti cas e di re tri zes ge ra is que or ien ta rão as apli ca ções do Fun do;

II – se le cion ar pro gra mas e a ções a se rem fi nan ci a dos com re cur sos do Fun do;

III – co or de na r, em ar ti cu la ção com os ór gãos res pon sá ve is pe la ex e cu ção dos pro gra mas e das a ções fi nan ci a dos pe lo Fun do, a el a bo ra ção das pro pos ta or çá men tá ri as a se rem en ca mi nha das ao ór gão cen tra do Sis te ma de Pla ne ja men to Fe de ral e de Or çá men to, pa ra in clu são no pro je to de lei or çá men tá ri a an u al, bem co mo em suas al te ra ções;

IV – a com pa nha r os re su lta dos da ex e cu ção dos pro gra mas e das a ções fi nan ci a dos com re cur sos do Fun do;

V – pre sar apo io téc ni co - ad mi ni stra ti vo pa ra o fun cio na men to do Con se lho Con sul ti vo de que tra ta o ar ti. 4º; e

VI – dar pu bli ci da de, com pe ri o di ci da de es ta be le ci da, dos cri té ri os de alo ca ção e de uso dos re cur sos do Fun do.

Art. 6º Re gu la men to de fi ni rá as a ções in te gra das de a com pa nha men to ou con tre le a se rem ex er ci das pe lo Con se lho Con sul ti vo, pe lo ór gão ges tor e pe los ór gãos res pon sá ve is pe la ex e cu ção dos pro gra mas e das a ções fi nan ci a dos pe lo Fun do, sem pre ju í zo das com pe tências dos ór gãos de con tre le in ter no e ex ter no.

Pará gra fo ú ni co. Os ór gãos res pon sá ve is pe la ex e cu ção dos pro gra mas e das a ções fi nan ci a dos pe lo Fun do de ve rão ap re sen ta r ao ór gão ges tor re la tó ri os pe ri ó di cos de a com pa nha men to fí si co e fi nan cei ro dos re cur sos apli ca dos.

Art. 7º No ex er cí cio de 2001, o Fun do de Com ba te e Er ra di ca ção da Po bre za po de rá des ti nar, ex cep cion al men te, até dez por cen to dos re cur sos pa ra o fi nan ci a men to de a ções vol ta das ao at en di men to da po pu la ção de bai xa ren da re si den te em mu ni cí pi os at in gi dos por ca la mi da des na tu ra is e do Pro gra ma de Dis tri bui ção de Alimen tos – PRODEA, sem pre ju í zo do fi nan ci a men to dos de mais pro gra mas.

Art. 8º Con sti tuí rá tam bém re ce ita do Fun do a ar re ca da ção de cor ren te do dis po sto no in ci so I do ar ti. 2º, no pe ri o do com pre en di do en tre 19 de mar ço de 2001 e o in í ci o da vi gên cia des ta Lei Com ple men tar, que se rá in te gral men te re pas sa da ao Fun do en tre 19 de ju nho e 31 de de ze m bro de 2002, a cre scida do per cen tu al de re mu ne ra ção apli cá ve la os re cur sos da Con ta Ú ni ca do Tes ou ro Na cion al jun to ao Ban co Cen tra do Bra sil, cal cu la do no pe ri o do en tre o in gres so da re ce i ta e seu re pas se ao Fun do.

Art. 9º Esta Lei Com ple men tar en tra em vi gor na da ta de sua pu bli ca ção.

#### **PROJETO DE LEI ORIGINAL COMPLEMENTAR Nº 177, DE 2001**

**Regulamenta o Fundo de Erradicação da Pobreza, instituído pela Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, que acrescenta os arts. 79, 80, 81, 82 e 83 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os re cur sos do Fun do de Com ba te e Er ra di ca ção da Po bre za, in sti tuí do pe la Em en da Con sti tu ci o nal nº 31, de 14 de de ze m bro de 2000, se rão des ti na dos a pro gra mas de re le van te in te res se so cial, vol ta dos pa ra mel ho ria da qua li da de de vi da, vi a bi li zan do a to dos os bra si le i ros aces so a ní ve is di gnos de sub sis tência.

§ 1º O Fun do de Com ba te e Er ra di ca ção da Po bre za apli ca rá, no mí ni mo, se ten ta e cin co por cen to de se us re cur sos em pro gra mas de re for ço à ren da fa mi liar as so ci a dos a a ções edu ca ci o na is e o re stan te em pro gra mas que con tem ple sa ú de, nu tri ção e/ou con di ções ha bi ta ci o na is das po pu la ções at en di das.

§ 2º As a ções im ple men ta das com re cur sos do Fun do en vol vem, no má xi mo, 15% de re cur sos com des pes as ad mi ni stra ti vas e de in ves ti men tos.

Art. 2º As a ções de cor ren tes do Fun do de vem se ar ti cu lar com ou tras po lí ti cas de com ba te à po bre za, com fo ca li za ção nos seg men tos mais ca ren tes da po pu la ção e im ple men ta ção des cen tra li za da, vi san

do convergência no sentido de promover o desenvolvimento integrado e sustentável.

§ 1º As ações de desenvolvidas pelo Fundo de vem articular-se com aquelas promovidas pelos setores responsáveis pela educação e saúde nas esferas federal, estadual e municipal, de modo a alcançar maior efetividade e complementaridade.

§ 2º As ações de desenvolvidas pelo Fundo de vem promover a economia e o desenvolvimento sociocultural local, mediante a priorização da aquisição de bens e serviços em âmbito local.

§ 3º Ações suplementares de habitação, nutrição, educação e outras previstas no artigo 80 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão ser apoiadas pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza após o pleno cumprimento da legislação que define as respectivas fontes e mínimos de financiamento.

Art. 3º Compete ao Conselho Nacional de Assistência Social e a seus congêneres estaduais, do Distrito Federal e dos municípios, instituídos pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cumprir as funções de Conselho do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, previsto no parágrafo único do artigo 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 1º As competências dos Conselhos referidos no **caput** deste artigo, definidas nos artigos 18 e 19 da Lei nº 8.742/93, são diretas e plenamente aplicadas à gestão do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, respeitadas as disposições da presente Lei Complementar e da Emenda Constitucional nº 31.

§ 2º O Conselho do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, em nível nacional, estadual, municipal e do Distrito Federal, oferecerá relatório e prestação de contas à sociedade e ao poder legislativo correspondente.

Art. 4º Os beneficiários das ações serão definidos pelo Conselho do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, em nível municipal, a partir de critérios de renda e de localização e tempo de residência, formulados em âmbito nacional.

§ 1º São candidatos ao benefício do Fundo os cidadãos cuja renda seja inferior à linha de pobreza, a qual é definida como o dobro da linha da indigência, calculada como o custo de merca do para a aquisição de uma cesta de alimentos capaz de fornecer as calorias necessárias aos padrões mínimos de nutrição para a sobrevivência do indivíduo.

§ 2º A União, por intermédio de seus institutos de estatística e planejamento, calculará anualmente o valor das linhas da indigência e da pobreza e a distri-

buição geográfica detalhada dos indivíduos cuja renda se situe abaixo dessas linhas.

§ 3º Os beneficiários de programas de renda familiar associados a ações educacionais receberão, mensalmente, no mínimo, o equivalente a um salário mínimo.

§ 4º A contrapartida, a ser oferecida pelos beneficiários, é constituída por critérios de permanência nos programas, entre os quais incluem-se obrigatoriamente:

I – frequência e assiduidade ao programa do qual é beneficiário e participação em programa de saúde preventiva;

II – quando se tratar de programas de renda familiar associados a ações educacionais, matrícula em educação básica, em educação de jovens e adultos ou em programas de qualificação profissional.

Art. 5º As ações do Fundo terão acompanhamento e avaliação externa sistemáticos, em caráter local, estadual e nacional, sob a responsabilidade dos Conselhos do Fundo, conforme disposto no artigo 3º parágrafos desta Lei, e com o envolvimento de universidades públicas em cada região.

Parágrafo único. Os resultados do acompanhamento e avaliação serão discutidos em seminários anuais, com participação de setores da sociedade civil relacionados ao objeto das ações implementadas com a finalidade de formular medidas para seu aperfeiçoamento, submetidas ao Poder Legislativo.

Art. 6º O valor equivalente a setenta por cento dos pagamentos das dívidas mobiliária e contratual dos Estados, Distrito Federal e Municípios, objetos de negociação com a União, com póreas receitas do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, previstas no item VI do art. 80. do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 7º Nos termos do artigo 82, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os Fundos de Combate e Erradicação da Pobreza, constituídos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, receberão recursos da União em valores superiores a setenta por cento dos pagamentos de suas respectivas dívidas com a União.

Parágrafo único. As contribuições da União ficam condicionadas ao cumprimento de dois requisitos:

I – constituição do Fundo pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante lei específica, nos termos do artigo 82, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II – pleno funcionamento do Conselho do Fundo nos termos do parágrafo único do artigo 79 e do **ca-**

put do artigo 82, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 8º Os Fundos constituídos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios obedecerão aos seguintes critérios de composição:

I – a participação mínima de cada Estado e do Distrito Federal em seus respectivos Fundos será o equivalente a cinquenta por cento dos recursos aportados pela União;

II – a participação mínima de cada Município em seus respectivos Fundos será o equivalente a vinte e cinco por cento dos recursos aportados pela União.

Art. 9º A complementação de recursos, prevista no § 1º do art. 81, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será feita a cada dois meses, em montante correspondente a dois ducêsimos do valor definido.

Parágrafo único. O Conselho do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, em cada nível de governo, examinará a efetivação do disposto neste artigo e apresentará relatório conclusivo ao Poder Legislativo correspondente.

Art. 10. Esta lei complementa e entra em vigor no ato de sua publicação.

### Justificação

A distância entre ricos e pobres têm-se acentuado nos últimos anos, em nosso País. Daí a fundamental importância do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Emenda Constitucional nº 31, promulgada pelo Congresso Nacional em 14 de dezembro de 2000.

Na Comissão Mista Especial destinada a “estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, foram estabelecidos alguns consensos, com base principalmente nos depoimentos e estudos apresentados. Ficou claro que o adequado e eficiente funcionamento de programas e ações sociais dependem de alguns critérios fundamentais, os quais foram rigorosamente seguidos na proposta de lei complementar ora apresentada.

1 – Claramente a focalização dos objetivos e dos beneficiários. Para isso, foi definida a clientela visada, através de parâmetros de renda familiar, local de residência. A focalização de mandará também a não dispersão de recursos; por isso, fica estabelecida a prioridade a programas de renda familiar associados a ações educacionais, tais como programas de bolsa-escola, já implementados em vários Estados e Municípios, ou o

Programa de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas do Governo Federal.

2 – Ação descentralizada. De acordo com a Emenda nº 31, os Fundos são instituídos por Estados, Distrito Federal e Municípios, com participação de conselhos específicos. Nomes e direção, prioriza-se a aquisição de bens e serviços em âmbito local, de modo a estimular a economia e a vida das comunidades.

3 – Envolvimento dos beneficiários mediante contrapartidas que melhoram suas condições de inserção social, tais como qualificação profissional, participação em programas de saúde pública, frente de trabalho ou múltiplos de habitação popular, obras de saneamento, etc.

4 – Contrapartida dos Estados e Municípios. O esforço de Estados, Distrito Federal e Municípios está expresso e é condição para o recebimento das contribuições da União.

5 – Conversão de parte do pagamento da dívida pública dos Estados, Distrito Federal e Municípios em ações voltadas para o pagamento da enorme dívida social do País.

6 – Ações integradas, principalmente em áreas como educação, saúde, saneamento, de modo a melhorar as condições de qualidade de vida da população, conforme determina o art. 79 da Emenda Constitucional nº 31.

7 – Regularidade de repasse de recursos. Nesta direção é proposta a reavaliação dos valores, a cada dois meses.

8 – Avaliação e acompanhamento externos e sistêmicos e prestação de contas ao Legislativo e à sociedade, são estratégias propostas como objetivo de aprimorar a implementação do Fundo.

Esta priorização das ações do Fundo é uma política com vários tipos de retornos: no curto prazo, promove ações de distribuição de renda, fortalece o comércio e a economia locais, reduz o trabalho infantil e mantém crianças na escola, retirando-as da perigosa exposição a situações de risco. No médio prazo permite a reintegração, à família e ao mercado de trabalho, de indivíduos em situação de desemprego e desesperança e melhora a escolarização média da população com benefícios sociais e econômicos diretos aos indivíduos e à sociedade, melhorando suas possibilidades de inserção à sociedade do conhecimento, que é característica do mundo moderno.

Fazemos, também, uma proposta em relação ao Conselho do Fundo, previsto na Emenda Constitucional nº 31. Para não ampliar despesas e aproveitar

do, a experiência existente, é nossa proposta que o Conselho Nacional de Assistência Social e seus congêneres desempenhem as funções pertinentes. A Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, especialmente em seus artigos 16 a 19, normatiza composição e competências para Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal que plenamente se aplicam às do Conselho do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, respeitadas as determinações previstas na Emenda nº 31 e nesta Lei Complementar. Cabe destacar, ainda, a perfeita integração entre as proposições desta Lei Complementar e o Plano Plurianual de 2000 a 2003, objeto da Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000.

Observam-se, dentre as suas Diretrizes Estratégicas:

“3 – Combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social.”

Dentre os Macro-objetivos, estão apontados os seguintes:

“16 – Combater a fome.”

“19 – Assegurar os serviços de proteção à população mais vulnerável à exclusão social.”

Mercede consideração, ainda, a consonância com duas Ações das metas do PPA: a dos Eixos Nacionais de Integração e da Gestão do Estado, que propugnam pela desconcentração de investimentos e a descentralização da gestão de políticas públicas.

Diante da importância da matéria tratada e da urgência de implementação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, conta mos como apoio dos ilustres membros do Congresso Nacional para a discussão e aprovação da presente Lei Complementar.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 2001. – Deputado **Jorge Bittar**.

#### MENSAGEM Nº 220, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,  
Nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o texto do projeto de lei complementar que “Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista no art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

Brasília, 14 de março de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EMI Nº 40

Em 13 de março de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência a proposta de projeto de lei complementar que regulamenta o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criada pela Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, para vigorar até o ano de 2010.

Como sabe Vossa Excelência, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza tem a finalidade de desenvolver a todos os brasileiros o acesso a níveis dignos de subsistência, por meio do financiamento de ações suplementares de nutrição, saúde, educação, habitação, reforço da renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida.

A regulamentação por lei complementar, prevista na Emenda Constitucional citada, é condição para a utilização imediata dos recursos, cuja arrecadação se inicia no próximo dia 19 de março. Tais recursos, na forma proposta a Vossa Excelência, serão registrados como receita e fonte específicas no Orçamento da União. Este procedimento assegura a utilização da totalidade dos recursos nas ações de finanças, inclusive o eventual saldo remanescente de exercícios anteriores, ao tempo em que garante agilidade no repasse de dotações aos Ministérios executores.

Sem comprometer a destinação dada pela Emenda Constitucional, propõe-se que as despesas de suporte dos projetos e ações financiados pelo Fundo também possam ser cobertas com seus recursos. É o caso, por exemplo, das despesas bancárias com a transferência de recursos para os beneficiários finais. A proposta visa impedir que a execução das ações do Fundo fique dependente de outras fontes, cujo fluxo possa estar atrelado a outras condicionantes.

Na definição do público alvo das ações financiadas pelo Fundo, consideramos fundamental garantir o atendimento prioritário às pessoas ou famílias em situação de risco de vida a baixos níveis de renda e às populações residentes em municípios ou localidades que apresentem condições de vida desfavoráveis. Evitou-se, porém, definir expressamente a faixa da população que será alvo das ações, por entender que cada programa possui modo de próprio, sendo a variável renda diferentemente considerada.

Na escolha e no desenho dos programas, terá papel importante o Conselho Consultivo e de Acompanhamento, cujos membros serão designados por Vossa Excelência e no qual terão assento representantes da sociedade civil.

Finalmente, sugerimos que seja dada competência a órgão de signado por Vossa Excelência para,

dentre outras funções, coordenar a formulação de políticas, diretrizes e prioridades, assegurar o bom funcionamento do Fundo, acompanhar a execução de suas ações e dar publicidade do uso dos recursos.

São estas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa proposta.

Respeitosamente, **Martus Tavares**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – **Roberto Brant**, Ministro de Estado da Previdência – **Pedro Sampaio Malan**, Ministro de Estado da Fazenda – **José Serra**, Ministro de Estado da Saúde – **Paulo Renato Souza**, Ministro de Estado da Educação.

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 2001

(Do Poder Executivo)

### MENSAGEM Nº 220, DE 2001

**Dispõe sobre o Fundo, de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista no art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

(Aperse-se ao Projeto de Lei Complementar nº 177, de 2001)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, de 1988, para vigorar até o ano de 2010, tem como objetivo viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, e seus recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço da renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida.

Parágrafo único. É facultada a utilização dos recursos do Fundo no custeio de suas ações, excluídas as destinadas a remuneração de pessoal e encargos sociais.

Art. 2º Constituem receitas do Fundo:

I – a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de oito centésimos por cento, aplicável de 18 de junho de 2000 a 17 de junho de 2002, na alíquota da contribuição social de que trata o art. 75 do ADCT;

II – a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de cinco pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, ou do imposto que vier a substituí-lo, in-

cluído no produto dos superfluos e aplicável até a extinção do Fundo;

III – o produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição;

IV – os rendimentos do Fundo previsto no art. 81 do ADCT;

V – dotações orçamentárias, conforme definido no § 1º do art. 81 do ADCT;

VI – doações, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior;

VII – outras receitas ou dotações orçamentárias que lhe vierem a ser destinadas.

Parágrafo único. Aos recursos integrantes do Fundo não se aplica o disposto nos arts. 159 e 167, inciso IV, da Constituição, assim como qualquer desvinculação de recursos orçamentários.

Art. 3º Os recursos do Fundo serão direcionados a ações que tenham como alvo:

I – as pessoas ou famílias com menor renda individual ou familiar **per capita**;

II – as populações de municípios e localidades, isoladas ou integrantes de regiões metropolitanas, que apresentem condições de vida desfavoráveis.

Parágrafo único. Os parâmetros de renda individual ou familiar e as localidades que apresentem condições de vida desfavoráveis de vem respeitar aqueles definidos em cada programa, isoladamente.

Art. 4º Fica instituído o Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, cujos membros serão designados pelo Presidente da República, com a atribuição de opinar sobre as políticas, diretrizes e prioridades do Fundo e acompanhar a aplicação dos seus recursos.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo regulamentará a composição e o funcionamento do Conselho de que trata este artigo, assegurada a representação da sociedade civil.

Art. 5º Compete ao órgão gestor do Fundo, a ser designado pelo Presidente da República:

I – coordenar a formulação das políticas, diretrizes gerais e prioridades que orientarão as aplicações do Fundo;

II – selecionar programas e ações a serem financiados com recursos do Fundo;

III – coordenar, e em articulação com os órgãos responsáveis pela execução dos programas e das ações financiados pelo Fundo, a elaboração das propostas orçamentárias a serem encaminhadas ao órgão central do Sistema de Planejamento Federal e de Orçamento, para inclusão no projeto de lei orçamentária anual, bem como em suas alterações;

IV – acompanhar os resultados da execução dos programas das ações financiados com recursos do Fundo;

V – prestar apoio técnico-administrativo para o funcionamento do Conselho Consultivo de que trata o artigo anterior; e

VI – dar publicidade, com periodicidade estabelecida, dos critérios de alocação e de uso dos recursos do Fundo.

Art. 6º Regulamento definirá as ações integradas de acompanhamento ou controle a serem exercidas pelo Conselho Consultivo, pelo órgão gestor e pelos órgãos responsáveis pela execução dos programas e das ações financiados pelo Fundo, sem prejuízo do exercício das competências dos órgãos de controle interno e externo.

Parágrafo único. Os órgãos responsáveis pela execução dos programas e das ações financiados pelo Fundo deverão apresentar ao órgão gestor relatórios periódicos de acompanhamento físico e financeiro dos recursos aplicados.

Art. 7º Constituirá também receita do Fundo, a arrecadação decorrente do disposto no inciso I do art. 2º no período compreendido entre 19 de março de 2001 e o início da vigência desta Lei Complementar, que será integralmente repassada ao Fundo entre 19 de junho e 31 de dezembro de 2002, acrescida do percentual de remuneração aplicável aos recursos da conta única do Tesouro Nacional junto ao Banco Central do Brasil, calculado no período entre o ingresso da receita e seu repasse ao Fundo.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta lei complementar, no prazo de trinta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 9º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

#### LEGISLAÇÃO CITADA

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### TÍTULO VI

#### Da Tributação e do Orçamento

#### CAPÍTULO I

#### Do Sistema Tributário Nacional

### SEÇÃO III

#### Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I – importação de produtos estrangeiros;

II – exportação para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III – renda e proventos de qualquer natureza;

IV – produtos industrializados;

V – operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI – propriedade territorial rural;

VI – grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I – será in forma de pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

II – (Revogado pela Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-98).

§ 3º O imposto previsto no inciso IV:

I – será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II – será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III – não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

§ 4º O imposto previsto no inciso VI terá suas alíquotas fixadas de forma a destituir a manutenção de propriedades improdutivas e não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explorar, só ou com sua família o próprio que não possua outro imóvel.

§ 5º O ouro, quando de finido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do **caput** deste artigo, devida na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

I – trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II – setenta por cento para o Município de origem.

.....Ar  
t. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a meta de dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer.

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que recebe nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

## CAPÍTULO II Das Finanças Públicas

### SEÇÃO II Dos Orçamentos

Art. 167. São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

\* Inciso IV com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13-9-2000.

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

X – a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

\* Inciso X acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98.

XI – a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

\* Inciso XI acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-98.

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que foram autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses da quele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os artigos 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, **a** e **b**, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.

\* § 4º acrescentado pela Emenda Constitucional nº 3, de 17-3-93.

## ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 75. É prorrogada, por trinta e seis meses, a cobrança da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e dívidas de natureza financeira de que trata o art. 74, instituída pela Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, modificada pela Lei nº 9.539, de 12 de dezembro de 1997, cuja vigência é também prorrogada por idêntico prazo.

\* Artigo, **caput**, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 21, de 18-3-99.

§ 1º Observado o disposto no § 6º do art. 195 da Constituição Federal, a alíquota da contribuição será de trinta e oito centésimos por cento, nos primeiros doze meses, e de trinta e seis centésimos, nos meses subsequentes, facultado ao Poder Executivo reduzi-la total ou parcialmente, nos limites aqui definidos.

\* § 1º acrescentado pela Emenda Constitucional nº 21, de 18-3-99.

§ 2º O resultado do aumento da arrecadação, decorrente da alteração da alíquota, nos exercícios financeiros de 1999, 2000 e 2001, será destinado ao custeio da previdência social.

\* § 2º acrescentado pela Emenda Constitucional nº 21, de 18-3-99.

§ 3º É a União autorizada a emitir títulos da dívida pública interna, cujos recursos serão destinados ao custeio da saúde e da previdência social, em montante equivalente ao produto da arrecadação da contribuição, prevista e não realizada em 1999.

\* § 3º acrescentado pela Emenda Constitucional nº 21, de 18-3-99.

Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

Parágrafo único. O Fundo previsto neste artigo terá Conselho Consultivo e de Acompanhamento que conte com a participação de representantes da sociedade civil, nos termos da lei.

\* Artigo acrescentado pela Emenda Constitucional nº 31 de 14-12-00.

Art. 80. Com põem o Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza:

I — a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de oitenta e seis por cento, aplicável de 18 de junho de 2000 a 17 de junho de 2002, na alíquota da contribuição social de que trata o art. 75 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II — a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de cinco pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, ou do imposto que vier a substituí-lo, incidente sobre produtos supérfluos e aplicável até a extinção do Fundo;

III — o produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição;

IV — dotações orçamentárias;

V — doações, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior;

VI — outras receitas, a serem definidas na regulamentação do referido Fundo.

§ 1º Aos recursos integrantes do Fundo de que trata este artigo não se aplica o disposto nos arts. 159 e 167, inciso IV, da Constituição, assim como qualquer desvinculação de recursos orçamentários.

§ 2º A arrecadação decorrente do disposto no inciso I deste artigo, no período compreendido entre 18 de junho de 2000 e o início da vigência da lei complementar a que se refere o art. 79, será integralmen-



te repassada ao Fundo, preserve o seu valor real, em títulos públicos federais, progressivamente resgatáveis após 18 de junho de 2002, na forma da lei.

\*Artigo acrescido pela Emenda Constitucional nº 31 de 14-12-00.

Art. 81. É instituído o Fundo constituído pelos recursos recebidos pela União em decorrência da destituição de sociedades econômicas mistas ou empresas públicas por ela controladas, direta ou indiretamente, quando a operação envolver a alienação do respectivo controle acionário a pessoa ou entidade integrante da Administração Pública, ou de participação societária remanescente após a alienação, cujos rendimentos, gerados a partir de 18 de junho de 2002, revertirão ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

§ 1º Caso o montante anual previsto nos rendimentos transferidos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma deste artigo, não alcance o valor de quatro bilhões de reais, far-se-á complementação na forma do art. 80, inciso IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, o Poder Executivo poderá destinar ao Fundo a que se refere este artigo outras receitas decorrentes da alienação de bens da União.

§ 3º A constituição do Fundo a que se refere o **caput**, a transferência de recursos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e as demais disposições referentes ao § 1º deste artigo serão disciplinadas em lei, não se aplicando o disposto no art. 165, § 9º inciso II, da Constituição.

\*Artigo acrescido pela Emenda Constitucional nº 31 de 14-12-00.

Art. 82. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir Fundos de Combate à Pobreza, com os recursos de que trata este artigo e outros que vierem a destinar, devendo os referidos Fundos ser geridos por entidades que contem com a participação da sociedade civil.

§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado o adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre os produtos e serviços supérfluos, não se aplicando, sobre este adicional, o disposto no art. 158, inciso IV, da Constituição.

§ 2º Para o financiamento dos Fundos Municipais, poderá ser criado o adicional de até meio ponto percentual na alíquota do imposto sobre serviços ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre serviços supérfluos.

\*Artigo acrescido pela Emenda Constitucional nº 31 de 14-12-00.

Art. 83. Lei federal fixará os produtos e serviços supérfluos a que se referem os arts. 80, inciso II, e 82, §§ 1º e 2º.

\*Artigo acrescido pela Emenda Constitucional nº 31 de 14-12-00.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) — A Presidência esclarece ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2001, lido anteriormente, de autoria do Deputado Jorge Bittar, tramitou, na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, prevista no § 1º do art. 64 da Constituição, por força do disposto no art. 143 do Regimento Interno da que a Casa, em virtude de ter tramitado conjuntamente, naquela Casa, com o Projeto de Lei nº 187, de 2001-Complementar, de iniciativa do Presidente da República.

Tendo sido o projeto encaminhado ao Senado Federal com fundamento no referido dispositivo constitucional e no art. 143 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará, no Senado Federal, o mesmo procedimento adotado por aque a Casa.

O Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2001-Complementar, terá tramitação com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.

A matéria será apreciada simultaneamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais, e de Assuntos Econômicos, podendo somente receber emendas perante a primeira Comissão pelo prazo único de cinco dias úteis, de acordo com os arts. 122, II, b, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, findo o qual, sendo apresentada(s) emenda(s), as mesmas deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa a fim de serem publicadas no **Diário do Senado Federal** e em avulsos para serem distribuídos aos Srs. Senadores, na forma regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) — A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Resolução nº 22, de 2001 (MSF 108/2001), que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S/A a contratar, com a garantia da República Federativa do Brasil, operação de crédito externo no valor equivalente a até cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias

Empresas – PEM; e o Projeto de Resolução nº 23, de 2001 (MSF 119/2001), que autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar, com a garantia da República Federativa do Brasil, operação de crédito externo no valor equivalente a até cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico do Distrito Federal, cujos pareceres foram lidos anteriormente, ficará operante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Esgotou-se o tempo para o previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1999, de autoria da Senadora Emilia Fernandes, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional"; e

– Projeto de Lei do Senado nº 655, de 1999, de autorizado Senador Luiz Pontes, que acrescenta o art. 456-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as relações de emprego beneficiadas por incentivos e dá outras providências.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimentos que se rão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 280, DE 2001

Nos termos dos artigos 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para o Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2001, adindo da aprovação da Mensagem Senado Federal nº 108, de 2001 que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Banco do Nordeste do Brasil S/A e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID,

com a garantia da República Federativa do Brasil, destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas – PEM.".

#### REQUERIMENTO Nº 281, DE 2001

Nos termos dos artigos 336, II, combinado com o 338, V, do RISF, requeremos urgência, para o Projeto de Resolução do Senado nº 23, de 2001, advinda da aprovação da Mensagem Senado Federal nº 119, de

Sala das Comissões, em 21 de MAIO DE 2001

2001 que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicitação para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a US\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal".

Sala das Comissões, em 21 de MAIO DE 2001

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobo) – Os requerimentos serão votados após a Ordem do Dia, na forma do art. 340, II, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

OF/GAB/I/Nº 349

Brasília, 30 de maio de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Zê Gomes da Rocha passa a participar, na qualidade de Titular, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Pedro Novais que passa à qualidade de Suplente, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobo) – Será feita a substituição solicitada.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobo) – Tem a palavra pela ordem V. Ex<sup>a</sup>. (Pausa prolongada.)

**O SR. CASILDO MALDANER** (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem em tão.

Sr. Presidente, se for pela presença, o Senador Sebastião Rocha está em primeiro lugar, invocando o art. 14.

No comparecimento, eu estaria em segundo, invocando o mesmo princípio.

E, naturalmente, o Senador Moreira Mendes, está em terceiro lugar.

Essa seria a sequência. Não sei se o Regimento permite, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobo) – Já vejo que V. Ex<sup>a</sup> lidera uma banca de 4 Srs. Senadores.

Serão todos atendidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, por permuta com o Senador Freitas Neto, por 20 minutos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em

primeiro lugar, quero agradecer aos Senadores Freitas Neto e Mozarildo Cavalcanti; este último, por cessão do Senador Freitas Neto, usaria a tribuna nesta tarde, e, com certeza, nos traria mais um importante pronunciamento.

E prosseguindo nos meus agradecimentos, quero agradecer ao Partido que integrou nesta Casa, o Partido da Frente Liberal, que, reunido hoje, por expressiva maioria dos seus membros que fazem parte desta Casa, decidiu aprovar uma moção de apoio ao Governador Siqueira Campos e ao Estado do Tocantins, em razão do grave quadro que ali se apresenta.

Sr. Presidente, quero dizer a esta Casa e aos Colegas que podem guém, ou podem mesmo algum integrante desta Casa perguntar por que estamos aqui – eu, o Senador Carlos Patrocínio e o Senador Leomar Quintanilha –, em Brasília, e não lá, na crise, na raiz do problema, em prestando a nossa solidariedade, utilizando o nosso poder de articulação para que se encontre uma solução para a crise lá instalada.

Sr. Presidente, é preciso que a opinião pública nacional tome conhecimento da sequência dos fatos que levaram a essa crise, que realmente preocupas de mais Unidades da Federação, assim como preocupa esta Casa e os Srs. Senadores.

Quero agradecer, antecipadamente, a forma atenciosa, preocupada, que se traduziu no empenho pessoal, da participação do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Nelson Pellegrino, dos Senadores Eduardo Suplicy e Romeu Tuma, entre outros Colegas – para não cometer injustiça, Sr. Presidente – que tiveram o cuidado de ligar para o Governador, de colocar o seu ponto de vista e de manifestar a sua preocupação. Todos com um único intuito, Sr. Presidente: resolver o problema.

É importante que a opinião pública saiba que, em primeiro lugar, não é comum, não há registro de greve no nosso Estado. Sen do Tocantins um Estado com vastas áreas de expansão agrícola, não se tem notícia de invasão de fazendas ou de prédios públicos por parte do próprio MST.

Sr. Presidente, isso não acontece por que há a tradição no nosso Estado de receber as comissões, de dialogar e de conversar. Essa é uma tradição que é realidade no Estado! A própria realidade do Estado, a ausência do estado de greve, é a maior de todas as comprovações.

Mas não é porque o servidor tocantinense não reivindicava, não é porque ele não precisa, não é porque ele não quer! É porque negociamos sem prepor intermédio de comissões. Eu mesmo, como Secretário de

Governo, recebi diversos segmentos e conseguimos de belar sempre to das as crises, mesmo antes do seu nascimento.

Mas, Sr. Presidente, no caso dessa, é importante que esta Casa e os Senadores preocupados saibam que não houve um pedido de audiência, que não houve um ofício, que não houve uma comissão a ser recebida, não houve qualquer tentativa de diálogo. O que houve foi a tomada de armas, de armamentos e a tomada de um quartel, de instalações.

Sr. Presidente, que rope dir a transcrição de um editorial da **Folha de S. Paulo** de hoje, assinado pelo jornalista Fernando Rodrigues, intitulado "Greve Illegal", e também de um outro editorial importante, do importante jornal **O Globo**, intitulado "Cavar Abismos", também de hoje. Nesses artigos existem colocações importantes que quero trazer à opinião pública nacional.

#### Cavar abismos

O direito de lutar por melhores condições de vida é sagrado. Mas a forma pela qual ele se expressa tem limites, e o mais nítido dele refere-se aos interesses da coletividade. Policiais militares mal pagos podem reivindicar salários adequados e é bom que o façam: em qualquer parte do mundo, um agente da lei que ganha pouco está sempre mais vulnerável à corrupção.

Portanto, a causa dos PMs de Tocantins é, em princípio, pertinente; o que pede é objeto legítimo de negociação. Mas tudo muda quando a greve se transforma no instrumento principal, quase único, de reivindicação. A falta de policiamento nos últimos dias pôs em xeque a autoridade do governo estadual e abriu espaço para uma onda de violência e roubos. A paralisação e a necessária repressão criaram tensões insuportáveis não apenas para os grevistas e suas famílias: — as crianças e as mulheres que estão lá no Quartel — o estado inteiro foi vítima. E, por mais dramática e comovente que tenha sido a participação de mulheres e crianças, ficou evidente que o caminho foi o mais errado.

O serviço público tem privilégios que não existem no setor privado. Uma das contrapartidas para isso localiza-se no direito de greve. Ele é autorizado pelo art. 37 da Constituição de 1988 — mas nenhuma lei admite a violência e o absurdo inerentes ao

uso contra autoridades de um instrumento de pressão cujas vítimas não estão nos gabinetes oficiais e sim nas ruas e nas casas. Foi o que se viu em Tocantins, onde os grevistas chegaram a impedir pela força que recrutas saíssem às ruas para policiá-las.

É um comportamento que cava um perigo só abismo entre o povo e a polícia. Nehum aumento salarial pode compensá-lo; só o tempo poderá fechá-lo.

Sr. Presidente, cito algumas colocações importantes feitas pela **Folha de S. Paulo**:

É ainda oportuno lembrar que a emenda constitucional nº 18 veio à luz em fevereiro de 1998, poucos meses depois das greves de policiais militares que atingiram vários Estados do país em julho de 1997. É forçoso reconhecer que aquela experiência traumática exerceu alguma influência sobre o legislador.

O importante agora é restabelecer a ordem no Tocantins sem recurso à violência. Há milhares de crianças no local em que os autodeclarados grevistas se aquartelaram. Seria irresponsabilidade determinar às tropas do Exército que utilizem a força. É preciso, portanto, habilidade. O fato, entretanto, é que o movimento da PM de Tocantins fere a ordem democrática e precisa ser debelado.

Sr. Presidente, quatro editoriais dizem a mesma coisa: o do **Jornal do Brasil**, o do **Estado de S. Paulo**, publicados ontem, e os do **Globo** e da **Folha de S. Paulo**, publicados hoje. Todos eles apelam pela sensatez e pela retomada da ordem. Mas todos, unanimemente, declaram que não é dado a ninguém, integrante desta sociedade, o direito de pegar em armas para ver os seus direitos reconhecidos.

O Estado ficou refém. A população ficou refém. A violência foi implantada. Foi estabelecida a desordem. Sr. Presidente, é importante que se diga que não existiu nenhuma comissão, não houve sequer um pedido de audiência. Não foi dada ao Governo nenhuma chance de se anteicipar e, quem sabe, ter impedido a propalada greve.

É importante que se registre, Sr. Presidente, que quem pediu a decretação da prisão não foi o Governador do Estado. É uma decisão judicial.

Hoje, Sr. Presidente, acabou de ouvir pela **Band News** que tudo o que que rem os grevistas, agora, é a revogação da prisão preventiva decretada.

Disse o Governador: – O juiz, o Tribunal de Justiça é quem pode sobre isso decidir. Não me move o sentimento da punição e nem de qualquer perseguição.

Mas não, S. Presidente, nós, que representamos os Estados, temos que ter a responsabilidade de saber que esse mal não pode ocorrer nem no Tocantins e nem em qualquer outro Estado. Por que não é pelo fato de trabalharem com armas que os Policiais Militares podem se valer delas, usando crianças e esposas...

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PFL – TO) – Permiti rei, Senador Ney Suassuna, em seguida, com muito prazer.

**O Sr. Sebastião Rocha** (Bloco/PDT – AP) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PFL – TO) – Concede rei o aparte a V. Ex<sup>a</sup> também, Senador Sebastião Rocha.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não tem o Governador do Estado do Tocantins, hoje, um papel que lhe permitia dizer que seja suspenso a prisão decretada pela Justiça ou que se revogue qualquer artigo da Constituição Federal ou estadual.

Mais do que isso, quer dizer aos Colegas, repetindo o que ouvi na **Band News** há pouco, que talvez tenha sido de extrema sensibilidade e inteligência o ato do Governador de convocar o Exército. Em outras oportunidades, como aconteceu no Carandiru e em Eldorado dos Carajás, foi exatamente a ordem de um Governador e o cumprimento da missão por parte da tropa que acabaram por deixar neste País duas marcas inesquecíveis, irremovíveis, da nossa sociedade.

Não haverá um Carandiru e nem um Eldorado dos Carajás exatamente porque está lá alguém isento, ao qual a tropa não está submetida, que não está lá para invadir, reprimir ou prender. Está lá o Exército brasileiro, do qual todos nós nos orgulhamos, para dizer a uma parcela da população, ainda que pequena, que a ninguém é dado o direito de pegar em armas para dizer que os seus direitos não estão sendo reconhecidos.

Não quero sequer recorrer ao argumento que disse aqui ontem, de que, mesmo sendo o Tocantins a vigésima terceira arrecadação, ele tem o sexto me-

lhorsalário do País. Não recorre rei a esse argumento. Mas, de forma alguma, Sr. Presidente, move o Governo do Estado do Tocantins a vontade de invadir o quartel, de usar a força ou de ver lá o sangue do nosso povo derramado. Absolutamente, não! O Exército, mediante sua estratégia e o exercício do diálogo, está acompanhado da Comissão de Direitos Humanos e de outras forças. Mas é preciso tirar a parte emocional do processo. Precisamos partir para a solução que todos desejamos e que certamente ocorrerá.

Ouç o Senador Ney Suassuna, que me havia pedido um aparte.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Eu ia perguntar a V. Ex<sup>a</sup> quem havia dado a ordem, mas V. Ex<sup>a</sup>, em seguida, explicou que a ordem partiu da Justiça e não do Governador. Foi isso?

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PFL – TO) – É isso. Essa foi uma decisão judicial, Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PFL – TO) – Houve pedidos do Ministério Público estadual e ainda uma decisão da própria Justiça do Estado em dois sentidos: pedindo a retirada imediata das crianças e de cretando a prisão de treze elementos em razão das atitudes deles e dos atos que cometeram.

Ouç o Senador Sebastião Rocha, que, anteriormente, pediu-me um aparte.

**O Sr. Sebastião Rocha** (Bloco/PDT – AP) – Senador Eduardo Siqueira Campos, na condição de amigo do Governador Siqueira Campos, quero expressar, neste momento, a preocupação do Brasil com o que acontece em seu Estado. O Brasil está atento, e o Senado está acompanhando de perto tudo o que se passa em Tocantins. Não há dúvida de que a prudência e a cautela têm de vir em primeiro lugar. V. Ex<sup>a</sup>, conversando há pouco comigo, fazia questão de ressaltar isto: não podemos colocar em risco uma vida sequer. Não que roentar no mérito da questão, porque não conheço as particularidades das reivindicações. Tenho a tendência de avaliar toda greve como legítima. Essa é uma tendência minha; são convicções pessoais minhas de que se trata de um direito do trabalhador buscar os meios de que dispõe para obter suas reivindicações. No entanto, tudo tem limite – é claro –, mas o limite, acima de tudo, deve ser a cautela e a prudência dos dois lados. O Governo, sobretudo, com a ajuda do Exército e da Polícia Militar, tem que encontrar uma solução que preserve a vida e possa dar seguimento à grande e relevante função da

Polícia Militar no Estado de V. Ex<sup>a</sup>. Continuamos acompanhando de perto os acontecimentos, fazendo votos de que se resolva o problema no Estado do Tocantins sem grandes repercussões e, sobretudo, sem qualquer conflito armado que leve a ferimentos ou à morte de qualquer pessoa. Era essa a observação que gostaria de fazer, Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte, Senador Sebastião Rocha. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> no sentido de que devemos buscar o bom senso e respeitar a legitimidade do direito reivindicatório de qualquer categoria. Entretanto, em algum ponto, somos obrigados, conjuntamente, até por que juramos perante a Constituição, a concordar, senão por intermédio de emenda modificativa à Constituição Federal, que o direito de greve para a Polícia Militar e o uso do armamento como instrumento de reivindicação são vedados não apenas na Constituição brasileira, mas, predominantemente, pode-se dizer, em 93% das Constituições do mundo inteiro. São dados, inclusive, trazidos pelos editoriais de hoje.

Portanto, concordo com V. Ex<sup>a</sup> e tenho a convicção de que vai prevalecer o bom senso, sim. O Poder Judiciário, como já vem fazendo, há de continuar contribuindo.

Aos Senadores, agradeço a preocupação e a participação nesse episódio.

Também quero dizer, com muitas sensatez, que, pelos instrumentos adequados, ou seja, com a ajuda do Exército brasileiro, não para invadir ou reprimir, tenta mostrar de volta o Estado de direito. A situação está se aproximando, creio, de um final feliz para todos.

**O Sr. Leomar Quintanilha (Bloco/PPB – TO)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO)** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Leomar Quintanilha (Bloco/PPB – TO)** – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex<sup>a</sup> e eu, que temos a honra de representar o Estado do Tocantins, estamos efetivamente preocupados com a situação que se abate sobre a Polícia Militar do nosso Estado e sensibilizados com as manifestações de preocupação que vemos tomar conta da grande maioria dos nossos Países. Aliás, hoje o Brasil efetivamente está atento ao que está acontecendo com a Polícia de nosso Estado. Mas gostaria de dar um depoimento com relação à sensibilidade e ao equilíbrio do Governador Siqueira Campos. Quando da instalação do

Estado no seu primeiro Governo, fui o Secretário da Educação e houve um movimento com vistas a estabelecer uma greve na quele segmento. Foi graças ao entendimento e à sensibilidade do próprio Governador que a greve não se materializou. A greve foi abortada, porque houve a intenção de negociar para atender às reivindicações da quele setor. Não faltou equilíbrio novamente ao Governador Siqueira Campos no episódio de agora, porque, neste momento, não se configura greve, mas, sim, um movimento armado que procura constranger os oficiais comandantes e os estudantes em formação da Polícia e criar uma comoção social e uma atemorização no Estado, para que a população pressione o Governador a ceder. Enfim, estamos acompanhando essa situação lá. Foi, efetivamente, a decisão da Justiça, que está acompanhando isso tudo, que fez com que a presença do Exército brasileiro fosse imperativa neste momento, para retomar o Estado de direito, a ordem no Estado, e dar garantia ao cidadão tocantinense. E não podemos permitir que o princípio da autoridade seja quebrado. Uma vez quebraado o princípio da autoridade, o Estado de direito também é ferido. Se acontecer desse princípio ser quebrado, estaremos abrindo um precedente para que outros segmentos adotem procedimento igual ao que está adotando a Polícia Militar do Estado, com o constrangimento armado. E se abre um precedente, inclusive, para que as Polícias de outros Estados adotem um procedimento como esse que está acontecendo ali. Por isso, nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, estamos também torcendo, apelando e participando das discussões, mesmo à distância, para que esse episódio tenha o fim que todos desejamos, com harmonia e paz, encontrando as alternativas desejáveis para a população do nosso Estado.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO)** – Sr. Presidente, encerro o meu pronunciamento, manifestando a esta Casa o nosso sentimento de gratidão. E aproveito a oportunidade para dizer que não é pela omissão que não estamos lá todos nós. Aguardamos para as próximas 24 horas o desfecho desta crise. Que prevaleça o bom senso! Que prevaleça para o Estado do Tocantins o nosso lema, que é "O Estado da liberdade iniciativa e da justiça social"!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*SEGUE DOCUMENTO A QUE SE  
REFERE O SENADOR EDUARDO SIQUEIRA  
CAMPOS EM SEU PRONUNCIAMENTO.*

Jornal: **Folha de S. Paulo**

Data: 30-5-01

Caderno: Opinião

Título: Greve ilegal

página: 2

Coluna: - X -

### **Greve ilegal**

A Greve dos policiais militares do Estado do Tocantins é ilegal e deve ser suspensa imediatamente. A emenda constitucional número 18, de 1998, acrescentou ao art. 142 um inciso que veda aos militares a sindicalização e a greve.

O legislador obviamente teve razões de sobra para adotar essas medidas que, se tomadas em relação a um trabalhador civil, seriam anti-democráticas e draconianas. Ocorre que o militar não é um servidor comum. Ele não apenas exerce uma função essencial como ainda carrega armas. Ora, uma greve levada a cabo por pessoal armado é algo muito diferente de um legítimo movimento de reivindicação.

Vale lembrar que proibições análogas vigoram em praticamente toda parte do mundo. Permitir a um militar fazer greve quando lhe aprouver coloca em risco a segurança pública. O art. 144 da Constituição atribui à PM, em tre ou tros órfãos, a preservação da ordem. Na greve armada, a ordem pública não apenas deixa de ser mantida como é ameaçada por aqueles que deveriam preservá-la.

É ainda oportuno lembrar que a emenda constitucional número 18 veio à luz em fevereiro de 1998, poucos meses depois das greves de policiais militares que atingiram vários Estados do País em julho de 1997. É forçoso reconhecer que aquela experiência traçou uma tática que exerceu alguma influência sobre o legislador.

O importante agora é ressaltar a ordem no Tocantins sem recorrer à violência. Há milhares de crianças no local em que os autos de clareamento das grevistas se aquarelaram. Seria irresponsabilidade determinar às tropas do Exército que utilizem a força. É preciso, portanto, habilidade. O fato, entretanto, é que o movimento da PM de Tocantins fere a ordem democrática e precisa ser debelado.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de dizer da nossa satisfação em saber que, no Estado do Tocantins, está-se processando um diálogo entre as forças aquarteladas e o Exército brasileiro, a 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Goiânia, que, por ordem do Ministro da Defesa, encontra-se em nosso Estado, para assegurar a necessária segurança ao povo tocanense. Uma limitação da Justiça Federal impede a invasão dos quartéis pelas tropas federais, em que pese a greve dos policiais ser considerada ilegal.

Portanto, o momento é de apreensão, mas, de qualquer maneira, está havendo uma sinalização no sentido de um desfecho feliz. É o que esperamos.

Mas ocupação tributária do Estado, para tratar de um dos mais importantes temas da atualidade social, econômica e política, que é a agricultura familiar.

A história do Brasil tem sido a história das grandes propriedades rurais, do latifúndio, da agricultura destinada à exportação, colocando em segundo plano o enorme potencial da agricultura familiar.

O Brasil precisa urgentemente rever essa tradição secular, mudar seus parâmetros e passar a valorizar a agricultura familiar, dando-lhe a merecida prioridade, seguindo uma nova diretriz de desenvolvimento.

As unidades agrícolas produtivas familiares apresentam grandes vantagens em relação ao modelo tradicional de exploração agrícola. Elas contribuem para a redução das desigualdades na distribuição da renda, geram um número consideravelmente superior de postos de trabalho, geram a preservação do meio ambiente, apresentam níveis de produtividade geralmente superiores aos das grandes propriedades, além de serem economicamente estáveis.

Estudos empíricos e pesquisas acadêmicas comprovam a superioridade da agricultura familiar em relação a vários parâmetros econômicos, sociais e políticos, tais como a estabilização das cidades do interior, a redução do êxodo rural, a diminuição da pressão de demanda sobre os serviços públicos das grandes áreas metropolitanas, além de outras importantes vantagens que decorrem de uma sábia política de apoio à agricultura familiar.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nos últimos tempos, o Brasil tem assistido a um acirramento dos conflitos pela posse da terra, com o aumento de muitos problemas relacionados ao setor agrário, assim como a uma grande atividade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): ocupações de terras e de prédios públicos, lutas entre posseiros e proprietários de terras, tendo como pior saldo a perda de muitas vidas humanas, o que é injustificável em um país que dispõe de todas as condições para assegurar trabalho a todos quanto queiram obrar na agricultura.

Ao mesmo tempo, verificamos que muitos agricultores tradicionais estão abandonando a atividade agrícola por absoluta falta de condições econômico-financeiras para continuar trabalhando no campo.

A agricultura, sobretudo no segmento da agricultura familiar, merece um tratamento especial, uma

política específica e uma continuidade do apoio e nos incentivos, pois enfrentamos muito mais que a grande maioria dos outros ramos da atividade, principalmente pela dependência das condições climáticas, da regularidade do regime de chuvas, do controle de pragas, das condições de transporte e armazenagem e das oscilações de preços dos seus produtos.

Não estamos defendendo a criação de subsídios, incentivos ou favores especiais ou discriminatórios para a agricultura, tampouco adogando que aqui se aplique a mesma política adotada pelos países desenvolvidos, que não têm problemas com a alienação da sua população, concedem altos subsídios para seus agricultores e ainda podem dar-se ao luxo de boicotar as reuniões internacionais que tratam desses subsídios.

Defendemos, sim, um apoio mínimo, necessário para que as pequenas unidades agrícolas — aquelas pequenas empresas administradas e operadas por membros da família proprietária — possam desenvolver-se, desfrutar de um mínimo de estabilidade econômica-financeira e cumprir seu importante papel social e econômico de gerar renda, garantir empregos estáveis, evitar o êxodo rural e reduzir a pressão migratória para os grandes centros urbanos.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa que deu certo, mereceu nosso apoio e incorpora um novo vetor de desenvolvimento na agricultura brasileira.

Não estamos defendendo o retorno da política de crédito fácil, de juros negativos, tampouco o absurdo macroeconômico ocorrido no passado, em que o valor do crédito concedido aos agricultores chegou a ultrapassar o valor total dos bens produzidos pelo setor agrícola nacional.

Queremos um tratamento justo e equânime para a agricultura familiar, que não pode concorrer com as grandes empresas agrícolas, que geralmente dispõem de elevada capacidade técnica, administrativa e financeira, com possibilidades de acesso ao mercado de capitais e a financiamentos externos, além de outras facilidades das quais somente os grandes empreendimentos dispõem.

Não podemos admitir que agricultores brasileiros, principalmente os pequenos agricultores, aqueles que realmente trabalham e ajudam a construir o progresso do Brasil, continuem a pagar um alto preço pelo ajuste econômico, pelo controle da inflação, pela estabilidade monetária e pelas condições de competição de suas empresas em relação às grandes empresas agrí-

colas nacionais, para não falarmos dos incentivos fiscais concedidos à agricultura dos países ricos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estou convencido de que a agricultura familiar representa uma solução para todos esses problemas relacionados com a questão agrária: as sentenças de famíli-  
as, concessão de crédito agrícola, assistência aos assentados, apoio na comercialização da produção e outros relativos à exploração agrícola pelas pequenas empresas familiares.

No momento em que todos os assentados da reforma agrária estiverem integrados nos programas de valorização da agricultura familiar, haverá, certamente, uma melhoria das condições econômicas e da qualidade de vida dessas famílias, com melhor distribuição de riqueza e maior produção agrícola, com melhores índices de produtividade.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) merece todo o nosso apoio, como um programa que deu certo e que deve ser mantido, aperfeiçoado e reforçado, principalmente com uma maior oferta de recursos. Representa um importante passo na direção de uma solução definitiva para os problemas do campo, principalmente aqueles relacionados com a reforma agrária, o crédito rural e o número de assentamentos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.*

*Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Srs. Parlamentares, no momento em que a maior justiça se encontrou com a maior injustiça e no dia em que o erro supremo se defrontou com a sua superação, nesse dia, o juiz, o representante do Poder Estatal, que era Pôncio Pilatos, em face à perturbação pública e em face das multidões arrebatadas, esquecendo-se dos deveres morais que incumbiam à sua pessoa e dos mistérios políticos que



incumbiam ao seu cargo, respondeu com estas palavras melancólicas: “Mas o que é a verdade?”

Eu, no entanto, lhes pergunto: o que é a mentira? E lhes respondo: mentira é a falsa que se montou para tentar interromper uma das mais longas e conceituadas vidas públicas de serviços prestados ao seu Estado e ao seu País. A mentira é a falsa que alguns montaram, com a ajuda de poderosas forças, para calar-me no Parlamento. Mas não me calarão. Nas ruas, em toda parte, onde desmascararei, como tenho feito, os ladrões do Erário, os inimigos da verdade, os criminosos de todos os crimes. Foram muitos desses os julgadores de minha conduta ética, quando na verdade alguns sequer podiam julgar a conduta de quem quer que fosse, pois são desprovidos de conduta própria para ser julgada.

Há mais de três meses as atenções do País estão voltadas para mim, como se eu fosse o principal problema do Brasil. Aliás, como se eu fosse algum problema para o Brasil. É a tática do diversionismo. Falam de Antonio Carlos, submetem-no ao mais torpe processo de linchamento político de que se tem notícia na história do País, enquanto as questões mais cruciais, quer no plano econômico, quer no plano moral, continuam a se agravar diante da inércia e da incompetência de seus principais governantes.

Existe crime mais grave? Seu autor, porém, por se julgar acima do bem e do mal, passa pela história como se com ela não tivesse se o menor compromisso. Imunidade? Não. O nome disso é irresponsabilidade de criminosa. Tudo o surpreende!

O povo brasileiro já não tem por que acreditar nos rumos seguros da nossa economia. A situação do País é muito grave, embora o principal artífice do Governo sempre vá para a televisão, de modo risonho, dizer o contrário.

Permito-me citar alguns números.

De dezembro de 94 a março último, a dívida líquida do setor público quase quadruplicou: pulou de 153 bilhões para 589 bilhões de reais. Ela, que em 94 representava 28,1% do PIB, hoje equivale a 50%!

passivo externo líquido, que antes do atual Governo era de US\$205 bilhões, hoje quase dobrou; atinge a casa de US\$399 bilhões, o que representa 70% do Produto Interno Bruto.

Só entre dezembro de 2000 e março último, a dívida líquida do setor público cresceu em R\$25 bilhões, o equivalente a aproximadamente US\$10 bilhões, dinheiro que, se investido no setor elétrico nos últimos cinco anos, teria poucado os brasileiros das agruras dos inevitáveis apagões.

São números oficiais, fornecidos por órgãos públicos como o IBGE e o Banco Central, e que apontam ainda que, entre 1994 e 2000, a taxa de desemprego cresceu de 5.1% para 7.2%, enquanto a carga tributária total, que antes do Governo Fernando Henrique representava 27,9% do PIB, hoje já equivale a 32%.

Adívida interna e, sobretudo agora, a externa se multiplicam, de maneira a tornar, dentro de pouco tempo, o País economicamente inviável. A menos que aconteça um milagre de uma mudança radical, os investimentos cairão assustadoramente. A inflação, ainda contida, dificilmente não voltará. É uma bomba de efeito retardado, sobretudo para o próximo governo.

É meu dever alertar os homens de bem, aqueles que têm responsabilidade na vida econômica do Brasil, para que procurem, com a velocidade de que a situação reclama e impõe, saídas que possam trazer um mínimo de felicidade ao nosso povo sofrido e um pouco de independência à nossa aviltada Nação.

Vamos viver o apagão energético por culpa exclusiva de um governo imprevidente, moroso e autista.

Tenho em mãos, para apresentar aos Srs. Deputados, aos Srs. Senadores e aos brasileiros de um modo geral, relatórios da área energética relativos a 1996 e 2000, a que o Governo não deu a menor importância, como de costume, mostrando com evidente clareza que a demanda de energia elétrica no País crescia em espantosa velocidade, diametralmente oposta à dos investimentos no setor. Os relatórios mostram ao Primeiro Mandatário da Nação que ele trabalhava em sintonia com os dados e os apelos da sociedade ou mergulharia mos, logo, logo, no caos irremediável.

E ele vai dizer que se surpreendeu com a falta de solidariedade de São Pedro!

Não tenho nada a lamentar pela queda de popularidade de nenhum homem público. O que lamento e deploro de coração é que a sociedade tenha que pagar um preço tão elevado pela omissão e pela imprevidência dos que hoje nos governam. E o pior é que, com o apagão – o povo vai pagar muito caro por ele –, o Governo ainda queira capitalizar-se para fazer investimentos não no setor energético, mas em outras coisas que nem sempre são as melhores para o Brasil.

Meus senhores, minhas senhoras, Srs e Srs. Senadores, o que me aterroriza mais do que o apagão energético é o apagão moral, que há muito se

abateu sobre os nossos horizontes, infelizmente com a leniência do Governo.

O Governo tem feito muito pouco para que se apurem os desvios de verbas públicas no País. Mesmo os casos apurados resultam em nada no que diz respeito a ressarcimento. É culpa do Governo? Sim, mas é culpa também de uma Justiça que não é operante como deveria ser em vários casos. Agora mesmo já se anuncia a absolvição de Sérgio Naya. Amanhã será a vez de Laíla, e o apagação moral deste País com tanta cada vez mais grave.

Enquanto isso, um empresário paulista do PNBE, com dezesseis processos na Justiça pelos mais variados crimes, dá-se ao trabalho de promover a entrega de pizza no Parlamento! Um desrespeito ao povo brasileiro. Ele deveria ser colocado não como um pizzaiolo, mas como um ladrão que efetivamente é. Mas não estamos no país dos notestros cadós?

Não quero que pense que tenho ódio do Senhor Presidente da República. Não lhe quero mal. Deveria até que rer, mas o ódio não se abriga no meu coração nem na minha consciência. Portanto, acho justo que lhe dê alguns conselhos:

Não se julgue infalível;

Não reclame de todos e contra todos, como tem feito ultimamente, sobretudo depois de uma reportagem com a grande jornalista Teresa Cruvinel;

Deixe de se considerar uma entidade superior, onipotente, onipresente, abstrata e infalível;

Assuma os erros que são seus e não dos outros, muito menos do povo, que é a grande vítima de seus desencontros;

Tenha humildade, faça reflexão e veja que esta situação não pode continuar. As áreas sociais estão abandonadas. Enquanto isso, continuamos rigorosamente em dia com o FMI e com os organismos internacionais, que nos asfixiam, nos menosprezam e ridicularizam.

Discordados que dizem que o Senhor Presidente da República não tem gosto para governar. Não penso assim. Eu o considero um homem inteligente, capaz, vaidoso, mas nem por isso perde a qualidade de um possível bom governante. Entretanto, o governo é indelegável. O Presidente, num regime presidencialista, tem que comandar todos os setores da administração. Se não o comanda, acaba por fazer de legações a quem não merece recebê-las. Os resultados são sempre ruins para o País. São muitos os exemplos que se vêem no atual Ministério.

O Senhor Presidente da República tem que mudar de orientação no tempo que lhe resta de governo

para ver se ainda consegue recuperar o prestígio que o fez Presidente duas vezes. Nada mais triste do que uma despedida melancólica. É preciso correr atrás do tempo. A saída vai mal, as estradas estão péssimas em todo o País e assim são todos os setores do governo. Os investimentos sociais, ao contrário do que se apresentam, não cresceram absolutamente nada. Os salários estão cada vez menores, a vida do pobre está cada vez pior, chegando a apontar, para futuro próximo – vejam bem, Srs. Senhores –, a desordem, que só pode ser evitada se medidas urgentes vierem.

Aconselho também ao Senhor Presidente que exija de seus ecônômistas que eles não se preocupem apenas com os números, mas que pense na vida dos mais pobres, que não têm sequer condições de ver números. Precisamos de uma pessoa com alma. Uma nação não é uma referência estatística, mas a uniformidade de sentimentos que o cidadão deixa de ter quando lhe faltam as coisas mínimas com que se constrói o conforto coletivo.

É preciso que o Senhor Presidente da República compreenda que não se resolve problemas do povo com o uso de verbas públicas em votações de projetos, mesmo que eles sejam importantes para o Governo. Além de deseducar, cria-se o hábito de só se obterem vitórias com a barganha, nunca transparente. Como toda barganha, aliás. Esses métodos, além de ultrapassados, estão maculando a vida honrada do Senhor Presidente.

Um eminente membro do Governo recentemente afirmou que criou alguns problemas para o Executivo, mas que minha atuação foi mais positiva do que negativa. Realmente, sem falsa modéstia, foi muito positiva para o Governo, que não contou, porém, com um Presidente do Congresso subserviente para atender-lhe na aquilo que não merecia ser atendido e diminuir a força do Poder, como muitas vezes é de se esperar, infelizmente, da qualles que estão no Palácio do Planalto. É porque eu também não precisava barganhar para ocultar crimes que já mais cometi.

Com respeito, mas muitas vezes, já mais dei de fazer alertas ao Presidente. Não foi por falta de alerta que despencamos em direção ao abismo. Alertei o Governo, em tempo hábil, para o precipício que de nós se avizinhava. Nada foi feito e hoje quem paga a conta é o povo.

Deixando de ser Senador, abro caminho para que V. Ex<sup>as</sup> examinem, como quiserem, a minha vida. Posso lhes assegurar antecipadamente, contudo, que não cometi qualquer crime contra o Erário, não fiz advocacia administrativa, não procurei enriquecer

quem quer que fosse, não furtei. Ao contrário, apon-tei la drões que ainda estão impunes.

De sa fio Mi nis tros de Esta do de to das as pas tas, presidentes de to dos os ban cos a apon ta rem um fa vor que eu tivesse pe di do pa ra par ti cu la res.

A vida pú bli ca as sim o exi ge e, quem sabe, o tal Con se lho de É ti ca des ta Casa não se veja ob ri ga do a fa zer a qui lo que não fez, por co var dia, en ca mi n han do ao Mi nis té rio Pú bli co, que, como de cos tu me, ar qui vou. Pa ra do xal men te, agra de ço ao Con se lho de É ti ca por as su mir a ati tu de que as su miu no meu jul ga mento, de ixan do cla ro que não es ta va atrás da jus ti ça ou da ver da de, mas de uma con de na ção po li ti ca men te con ven ien te, pa ra de i xar in tac ta a cri se é ti ca que rói, neste momento, as mais importantes instituições brasileiras.

Se houve a menor dú vi da so bre a na tu re za e as in ten ções do pro ces so a que me sub me te ram; se os Srs. Se na do res que pe di ram a mi nha con de na ção ti vessem res guar da do pelo me nos a apar ên cia da isen ção, meu nome tal vez estivesse agora man cha do pe los seus vo tos e os seus re la tó ri os. Mas saí do des se pro ces so como entrei, con vencido que, eticamente, tinha razão.

Agradeço também ao Con se lho de É ti ca, que, ao pre ci pa tar in de vi da men te a mi nha sen ten ça con de na tó ria, pou pou ao País, ao Con gres so e a mim a ex po si ção por mais tempo ao es pe tá cu lo de se du ca ti vo de uma si mu la ção de jul ga men to de um tri bu nal que em vez de per se guir a jus ti ça, per se gue os ad ver sá ri os, sobretudo os ad ver sá ri os in cô mo dos. Eu in co mo dei, so bre tu do os ini mi gos do Er á rio. Não me aco mo dei, como é há bi to nes ta Casa.

Agradeço ao Governo Fernando Henrique, de quem fui al i a do e ago ra sou ví ti ma, por que, ao me de i xar so zi nho na lu ta con tra a cor rup ção, al for ri ou me do pe no so com pro mis so de a com pa nhar até o fim o seu lon go de clí nio.

Eu não te ria co ra gem de fa zer com nin guém o que se fez co mi go. Mas, gra ças a to dos eles, em bo ra sem man da to, sinto me mais li vre do que nun ca pa ra tra ba lhar ex clu si va men te pelo que me in te res sa: o Bra sil e a Ba hia.

Senhoras e senhores, respeitáveis juízes do Con se lho de É ti ca, Na bu co dis se: "Se dos mo de ra dos não se podem esperar de ci sões su pre mas, dos ex al ta dos não se po dem es pe rar de ci sões se gu ras."

Fo ram os ex al ta dos, os que fin gem de fen der a é ti ca, mas não a pra ti cam, fo ram eles, atra vés de um Re la tor que cada dia opi na va de uma ma ne i ra, a pon to de des co nhe cer — ele pró prio con fes sa — os fun da

mentos jurídicos que lhe foram entregues e que os considerou va li o sos, mas não ci tou se quer em qual quer pá gi na do seu fa cci o so re la tó rio.

O recalque e a inveja, mais que outros senti mentos humanos, explicam a maneira mesquinha como determinados homens se comportam, prin ci pal men te quando colocados frente a fren te com ou tros ho mens que lhes ca u sam in ve ja e os fa zem re cal ca dos.

Eu fui con si de ra do pre fe i to do sé cu lo em Sal va dor. Compreendo agora, embora não as aceite, so bre tu do quan do vol ta das con tra ho mens de bem, as ati tu des de quem já foi con si de ra do o pior pre fe i to de toda a história do Rio de Janeiro, não conseguindo se quer ele ger se ve re a dor — nem ve re a dor! — e tam bém o fi lho não foi ele i to ve re a dor. Hoje, é juiz...

O re cal que e a in ve ja às ve zes são pi o res que o ódio. Peço a Deus que me livre dessessentimentos mesquinhos.

De qualquer sor te, lem bro que os mem bros do Con se lho de É ti ca não fo ram vo ta dos pa ra per se guir ini mi gos ou ad ver sá ri os, e sim pa ra fa zer jus ti ça aos representantes do povo que, por expressivas vota ções, aqui che ga ram e cu jas li de ran ças e his tó ria, a in jus ti ça que pra ti ca ram não apa ga rá ja mais. Ja mais apa gará!

A re gra de ouro das de mo cra ci as é que todo po der ema na do povo e em seu nome será exer ci do. De onde decorre que o mandato popular é sagrado e aque les que têm o po der de ar ran cá lo do seu le gí ti mo ti tu lar devem lidar com esse poder como quem lida com uma coi sa sa gra da, con sci en tes da so be ra nia do mandato popular conseguido em eleições li vres e legí ti mas.

Para que o mandato a ssim conquistado seja cassado, é pre ci so que se obe de çam ri go ro sa men te às leis e que haja motivos fortes que sobrelevem à vontade popular.

Confio na Bahia e no Brasil, confio, acima de tudo, em Deus, que vol ta rá os seus olhos pi e do sos pa ra este Par la men to, pa ra que ele me lho re cada dia e que não viva do ódio que não cons trói, mas que, in fatigavelmente, circula no san gue de al guns his tri ô ni cos de ma go gos nes ta Casa.

Não pen sem que estão de fi nin do o meu des ti no. Quem de ci de o meu des ti no é a Ba hia, é o seu povo, e não uns fal sos ara u tos da mo ra li da de que, quan do se olham no es pe lho, riem por que estão en ga nan do a si mes mos.

Espero, confiante, que essa fase da imprensa, do rádio e da televisão, principalmente, passe, pois

nunca houve, neste País, um envolvimento de opinião pública como agora, em uma técnica de fazer inveja aos regimes totalitários, em seus momentos mais cruéis.

O caminhar da minha vida poderia ter sido mais suave se eu me tivesse calado às ignomínias praticadas por aqueles que, por dever, deveriam ser guardiões da vida pública. Prefiriram fechar os olhos ao que acontecia, tanto se fizesse uma aliança política, espúria de nascença, aparentemente sólida, porém com vultuosos custos ao Brasil.

Sempre lutei contra isso. E tenho do cu mentos em mãos para provar que o alerta foi dado em tempo hábil, a quem de direito, mas não foi acaitado.

Como disse um grande brasileiro no Parlamento, aqui se habituou a tudo ter o nome trocado. O agredido é chamado de agressor; o caluniado, de caluniador. Aponto um crime, chamam-me de criminoso, e o que é pior, aponto vultuosos roubos e sou compensado, com a vida honrada que tenho, aos ladrões.

Não era, pois, possível de nunca ar tudo sem pagar alguma coisa.

O preço pode ser alto para mim e para os meus queridos amigos que sofrem comigo as injustiças, mas esperam o momento para o acerto final, que só se fará quando a impunidade acabar e os criminosos, sobretudo os grandes criminosos, pagarem pelos seus pecados.

E, por mais que os paguem, ainda vão ser devedores.

Há três meses, repito, não se fala em outra coisa, senão no crime que não cometi. Paralisa-se a vida da Nação para que, tal vez às esperas, nos apagações, os crimes possam ser multiplicados.

Cito Rui:

*"Minha Pátria nunca me colheu em ações que não a honrassem. Os ataques imerecidos ressentem contra os seus autores. As injustiças voltam de ricochetes aos injustos. Os escândalos da ira e da soberba repincham à face dos escandalosos. Esses desequilíbrios o que inspiram é o misériação e desprezo".*

E é com desprezo que olho para alguns, com comiseração para outros e com respeito para tantos outros que aqui se encontram.

Sr. Presidente, fiz muitas acusações a V. Ex<sup>a</sup> que mereciam ser esclarecidas. Cabe-lhe respondê-las, para que não pairem dúvidas sobre sua atuação. Da mesma forma, com relação à minha pessoa,

V. Ex<sup>a</sup> ou qualquer outro também terá o direito de comprovar, se for possível, qualquer acusação que me tenha feito. Não vou permitir que se joque fora um sólido patrimônio de várias décadas de vida pública, que não vão ter minha aqui.

Reúno o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar figuras que deveriam ser conspícuas, justas, imparciais para fazer o julgamento de seus colegas. Alguns o são. Outros, porém, nem tanto. A esses do "nem tanto" se juntam outros que nem sequer pertencem ao Conselho, mas se aproveitam dos holofotes e dos **flashes** para o grande espetáculo circense que se prestaram a promover, numa situação bisonha, pois, sem talento para a interpretação humorística, acabaram caindo no ridículo.

Pior ainda, Srs. Se na dor, não há nada mais triste do que o que assistimos nos últimos dias. A Câmara Alta do Poder Legislativo exposta ao escárnio público pelos que a apequenam e a menosprezam, pelo cupados apenas com a promoção pessoal, num esforço ingente de se tornarem vistos, pagando, para tanto, o preço da ridicularização de seus gestos e impugnação teatral, incompatíveis com a seriedade do cargo de senador, mais ainda, com a responsabilidade de julgadores, de que, naquele momento, estavam vestidos.

Lembro Voltaire:

*"Uma única oração" dirigi a Deus e muito curta. 'Oh, Senhor, faze com que ao meus inimigos se tornem ridículos'. E Deus me atendeu".*

"O Brasil não é isso. É isto. O Brasil, senhores, sois vós. O Brasil é esta assembléia. O Brasil é este comício imenso, de almas livres. Não são os comensais do Erário. Não são as ratanas do Tesouro. Não são os mercadores do Parlamento. Não são as sanguessugas da riqueza pública. Não são os falsificadores de eleições. Não são os compradores de jornal. Não são os corruptores do sistema republicano..."

Não sou eu quem diz. É Rui Barbosa, tantas vezes impropriamente citado nesta Casa por pessoas sem as mínimas condições de fazê-lo, citando-o com óculos ou sem óculos.

Como Rui está atuando!

Não! Não se rão esses falsos moralistas que tração, daqui para a frente, o meu destino. Não se rão os movidos pelo ódio, pelo despeito e pelas frustrações de pigmeus, de aprendizes dos lusos, de rá-

bulas, rábulas do Pantanal, travestidos em bachareis, especializados no direito do linchamento, que se projetarão à minha sombra! Rábula é rábula. Bacharel é bacharel.

Este será, sim, um momento histórico, mas não escrito com o sangue que pensaram arrancar de mim. Estará marcado, mais uma vez, pela soberania do povo brasileiro que, em breve, dará a resposta a esses poucos que tentaram cassar-lhe a vontade manifestada soberanamente nas urnas.

Repi to: não tração o meu destino!

Neste momento histórico, faço questão de olhar de frente, nos olhos de cada um dos senhores, sobretudo dos que compõem o Conselho de Ética, para lhes perguntar a qual dos senhores interessa silenciar a minha voz, a minha incômoda voz, mas coerente, sempre sinto nizada com os interesses do Brasil.

Deve haver motivos particulares, e até particularíssimos, muitos dos quais moralmente inconfessáveis, para justificar o tratamento de condenado por antecipação que recebeu desde o início do ruinoso caso.

Fui submetido, repito, a um tratamento injusto, mas sobretudo covarde, que rejeito como Senador, mas que rejeito, acima de tudo, como cidadão de largos ser viços pres ta dos ao meu País e, por isso mesmo, merecedor do respeito dos meus concidadãos. Um tratamento muito mais digno e respeitável do que merecem alguns dos meus algozes, que nunca tiveram, não têm e certamente jamais terão os atributos morais que, perdoem-me a modestia, fizeram da sigla ACM, mais que uma sigla, uma legenda viva, que ninguém vai desistir assim, sem mais nem menos.

Lembrem-se que não me fiz sigla e legenda por acaso. Jamais montei esquemas duvidosos ou deles participei para eleger-me para qualquer cargo público.

Não posso nem aceitar, por isso mesmo, em qualquer hipótese, ser tratado com menosprezo e muito menos com desrespeito.

Volto a perguntar:

A quem interessa a posição de culpa do que violentamente tentaram me impor na quele "conselho" de exceção em que foi transformado o tal Conselho de Ética?

A quem interessa o meu sacrifício há muito tempo anunciado?

Aos que denunciei pela omissão criminosa e, até certo ponto, conivente com o elevado índice da criminalidade no País.

A quem interessa silenciar, neste momento, a minha voz?

Aos que jamais me perdoaram pelo crime, entre aspas, de simples e discriminado nordestino, lutar pelo fim das desigualdades regionais, conseguindo levar para o Nordeste, resistindo a imensas pressões, inclusive do Presidente da República, o grande projeto da Ford?

A quem interessa a minha cremação política?

Aos que a mim se opuseram quando, postulando um Brasil mais igual, mais justo e mais humano para os brasileiros de todos os brasis, defendi a criação de um fundo de combate à pobreza de que resultaria na concessão de milhas e milhas de bolsas de estudos que ajudam a comprar a rendamínima dos cidadãos?

Aos que, nos estuário das lutas por um Brasil menos desigual, eu contrariei os interesses por vezes mesquinhos de empresários e a timidez covarde do próprio Governo pela concessão de um salário mínimo menos aviltado aos trabalhadores brasileiros? Queria impor um salário de R\$151,00. Conseguimos R\$180,00 o que ainda é muito pouco e espero que V. Ex<sup>as</sup> consigam mais no período que ainda terão no Senado da República.

A quem interessa calar a minha voz? Àqueles profissionais no exercício de pressões ilegítimas?

Recordo quantas resistências enfrentei e tive que supe rar para criar a CPI do Judiciário! Discursaram, aqui, contra e, depois, a favor. Disse ram que seria política. Não foi política, foi justa. Ela foi um ponto alto na vida do Senado Federal, graças, sobretudo, ao trabalho do seu Relator, o Senador Paulo Souza e à medida que tomamos acima dos Partidos e que resultaram, entre outras coisas, na prisão de um juiz desonesto, o célebre Lalau, que está prestes a ser solto!

Recordo quantas resistências enfrentei, infelizmente, sem poder superá-las, para que o Governo mandasse apurar os escândalos dos portos brasileiros, especialmente os de Santos e da Bahia, em cujos portos se abrigam alguns das ratas a que há pouco me referi, lembro do Rui Barbosa.

Recordo quantas resistências enfrentei para que o Governo investigasse o escândalo da Sudam.

Eu lhes pergunto: Por que tanto medo de investigações? A investigação não deve ser uma rotina na vida de qualquer povo, mas, quando necessária, torna-se uma obrigação promovê-la, sem restrições, para que todos saibam o que ocorre no País e o próprio Governo se sinta à vontade, proclamando a sua decência.

Ao contrário, o que se vê hoje no Brasil é o emprego de meios, métodos e recursos, até moralmente condenáveis, para impedir a investigação dos mais tenebrosos casos de desvio de verbas públicas.

É verdade de que, quando o Governo Federal permite as investigações, quase sempre encontra coisas piores do que esperava. Vejam o caso da Sudam: anunciava-se um desvio de R\$40 milhões e acabou-se constatando um rombo muito maior do que R\$2 bilhões.

Abro um parêntesis, Sr. Presidente, neste capítulo sobre a quem interessa calar a minha voz, para lembrar que V. Ex<sup>a</sup> esteve ligada a alguns dos personagens envolvidos no escândalo da Sudam. Assim, o Brasil quer que V. Ex<sup>a</sup> preste explicações indispensáveis sobre os fatos apontados, inclusive ligações com fraudadores beneficiários da Sudam, como Osmar Borges, José Soares Sobrinho, Maria Auxiliadora Barra Martins, José Arthur Guedes Tourinho, Maurício Vasconcelos, além dos célebres casos Banpará e Polígono dos Castanheais. Falo certo de que estou colaboando com V. Ex<sup>a</sup> — acredite! — para que, amanhã, o verda deiro responsável, que não é V. Ex<sup>a</sup>, que permitiu tudo isso, não venha direta ou indiretamente voltar a incriminá-lo.

Agora, vamos falar das privatizações. Todos de boa-fé tiveram esperanças nas reformas e nas privatizações. Ninguém mais do que Luís Eduar do ajudou o Presidente em tais processos. Entretanto, também, hoje, ninguém é capaz de dizer como foram empregados os recursos das privatizações e que benefícios elas trouxeram para o País. Foram acertadas ou erradas?

De qualquer sorte, porém, também não se conseguiu apurar o que ocorreu com as privatizações comissionadas de algumas das mais importantes empresas públicas nacionais.

Se houver investigação, vai-se ver que alguma coisa errada aconteceu...

E o povo haverá de perguntar: "E daí? Escondem-se os rombos e os escândalos, por quê? Estamos na república dos avestruzes?"

Não podemos mais viver a república dos avestruzes, muito menos a república dos amigos e dos familiares, que se revezam no poder para produzirem as mesmas perspectivas sombrias e tenebrosas, como as que se projetam sobre o Brasil neste instante.

O Brasil cresceu muito, tem produzido homens capazes de reformar a situação em que vivemos, mas nenhum deles quer lembrar do. O Governo Federal insiste em se acerrar dos meses de sempre. Sai

um, entra ou tro, entra ou tro, sai um e o País na contramão de seus destinos. E todos ficaram muito bem...

Esses sanguessugas não só se enriquecem como empobrecem a Nação, sob todos os aspectos.

Defendo uma emenda constitucional criando um orçamento impositivo, que o Governo faz tudo para sabotar, por que não quer um orçamento impositivo. E nós também somos fracos, porque deveríamos reagir e obrigar o Governo a fazer. Por que não quer? Eu lhes respondo: a fim de que possa fazer, como bem de sejar, sem compromisso nenhum com a ética, a utilização das verbas públicas para todos os fins, principalmente os da baixapolítica.

Vejam os senhores quantas coisas: crio uma CPI para combater os desonestos e indecorosos do Judiciário; de nunciação escândalos dos portos, com provas; de nunciação escândalos do DNER e da Sudam com provas; tento introduzir na administração pública brasileira um modelo de orçamento impositivo e moralizador; promovo, contra a vontade de altas figuras da República, a mais ampla e importante cruzada de que se tem notícia em toda a História do Brasil contra a corrupção e os corruptos; e, no entanto, sou obrigado a deixar o Parlamento, sob a absurda acusação de quebra de decoro parlamentar.

O Brasil não é isto! O Brasil dos nossos dias é isso. Infelizmente.

Meus senhores e minhas senhoras, embora esta Casa tenha sido até hoje a minha segunda Casa, por mais paradoxal que pareça, estou me sentindo num ambiente de Brutus, com a única diferença: eu não nasci César e nem em César, os Brutus vão conseguir me transformar. Deixo-os antes da traiçoeira apunhalada final. E que fique bem claro: deixo-os, mas não deixo esta Casa e dela só me afasta rei temporariamente. Deixo-os aos que certamente já terão suas máscaras caídas no chão perante o eleito dos seus Estados e aqui não pisarão mais, para gáudio da queles que honram e ainda honram a história do Parlamento.

Eu poderia ter ido ao Supremo Tribunal Federal defender o meu mandato, há muito cassado por alguns juízes justicieros desta Casa. Não me faltaram razões para pedir à Justiça que corrigisse as injustiças que se cometeram contra mim. Mas não fui. Não acei a ideia de que a opinião dos advogados. Não fui porque não queria mais reviver momentos aqui vividos, que não me honram e até desonram aqueles que os promoveram na condição de meus algozes.

Não deixaria também, Sr. Presidente, que esse asun to — e aí falo com franqueza a V. Ex<sup>a</sup> — fosse re-

solvi do pela Mesa desta Casa, para de pen der, quem sabe, de um voto de mi ner va de V. Ex<sup>a</sup>, para ser ofi cialmente condenado, ou obter uma absolvição que, talvez, me com prometesse dian te do que se falava nes ta Casa.

Não faço pactos, ex pres sos ou tá ci tos, quan do a mi nha hon ra está em jogo. Não exis te acor dão. Se exis te acor dão, é ou tro...

Não que eu acre di tas se no seu es pí ri to de vin gan ça. Nun ca acre di tei. Mas não me fi ca rí a bem, de pois de tantas acusações que fiz con tra V. Ex<sup>a</sup>, de pen der da sua be nes se para con ti nu ar Sen a dor.

Mu i tos me acon se lha ram a de i xar o Sen a do no dia da sua ele i ção. Não ou vi os con se lhos. Errei. Te ria si do um ges to coe ren te com o que pen so, com o que di go, com o que fa ço, mas não quis de i xar.

E a lis ta? A lis ta! A lis ta dos vo tan tes da cas sa ção do Sen a dor Luiz Estevão, que me che gou à s mãos, já dis se e re pi to, eu a des tru í. Có pi as, po rém, acre di to exis ti rem al gu mas. Não com i go. O ex-Sen a dor e Líder do Go ver no, o Dr. José Roberto Arruda po de ria pres tar um gran de ser vi ço à Na ção se a di vul gas se. Quan tos ou tros ain da i ri am co rar?! É cer to que fa rí a so frer os que tra í ram os seus par ti dos, re ple tos de dog mas, e às suas pró pri as cons ci ên ci as, o que é mais gra ve.

Sr<sup>s</sup> e Srs. Sen a do res, entre as fra que zas do ser hu ma no, ja mais con he ci o que é o me do. Às ve zes, pelas circun stân ci as, sou obri ga do a si len ci ar-me. Ja mais, po rém, se rei si len ci a do. Não são pou cos os que de se jam ca lar a mi nha voz, mas nin guém vai con se gui-lo. So men te o po vo da mi nha ter ra me fa rá si len ci ar, no dia em que eu de i xar de ser di gno de sua con fi an ça. Deus ja mais per mi ti rá que che gue esse dia. Eu di ria, como Otá vio Man ga be i ra dis se de uma fei ta, "se al gu m dia eu ti ver que fal tar aos in te res ses da mi nha ter ra, que Deus me ful mi ne de vés pe ra".

Estou vol tan do para a Ba hia. Vou vol tar para o con ví vio mais pró xi mo dos meus ami gos. Os in te lec tu a is Jorge e Zé lia a sim bo lí zá-los; os mo to ri stas; os taxistas; os ar ti stas; os co mer ci á ri os e co mer ci an tes; os in dus tri a is e in dus tri á ri os; os fe i ran tes; os pro fes so res; os ga ris; as bai a nas de to dos os ter re i ros e de to dos os ta bu lei ros; os pes ca do res; os ho mens do cais do por to; os ar ti stas; os pre fei tos; os ve re a do res; os 417 Mu ni cí pi os bai a nos; os meus ami gos do cam po e tra ba lha do res ru rai s que nunca me aban do na ram, por que tam bém ja mais os aban do nei; os ho mens sim ples da mi nha ter ra de to das as co res e lu zes, de to das as cren ças e cre dos; todo o po vo des sa

imen sa Ba hia, que car re go no co ra ção e por ela sou car re ga do no co ra ção e nos bra ços, como ain da ho je ocor reu na en tra da des ta Casa.

Estou vol tan do para re ce ber de vol ta o ca ri nho da mi nha gen te ofen di da e ma goa da pela ma neira com que me ofen de ram e me ma go a ram aqui. Re tor nar à Ba hia é re cu pe rar âni mo e for ças para vol tar, em bre ve, a esta Casa – ou, quem sabe, além dela.

Paguei e es tou pa gan do pe los meus pe ca dos. Pe los pe ca dos de quem? Meus? Não, dos cor rup tos, dos pre var i ca do res, dos co var des, dos pus ilâ ni mes, quan do, na ver da de, crime al gu m co meti. Era meu de ver ir até o fim, des de que ti ves se a cer te za de que se ria jul ga do com im pa rci a li da de e is en ção. O Con se lho de Éti ca e De co ro Pa rla men tar, ver gon ho sa men te, po rém, de i xou-se fa zer re fém de uma par ce la da im pre nsa. Lá, repór ter vi rou pro mo tor e Pro cu ra dor da Repú blica vi rou repór ter de re vi sta. Ina cre di tá vel! Mas, como al guém já dis se, com mu i ta pró pri e da de, ne nhum ca mi nho de flo res con du z à gló ria. Piso em es pi nhos, mas vou ul tra pas sá-los.

Sr<sup>s</sup> e Srs. Sen a do res, es tou de i xan do ho je esta Casa. De i xo-a con ven ci do de tê-la hon ra do, so bre tu do quan do a pre si di por duas ve zes. Tor nei-a al ti va e in de pen den te, res pei ta da. Criei á re as de atri to, é ver da de, mas ne nhum a Casa le gis la ti va se faz al ti va – V. Ex<sup>a</sup>s sa bem dis so –, in de pen den te e res pei ta da sem atri tos, des de que res pei to sos e con stru ti vos.

Es se tal vez seja o pre ço mais al to a me ser co brado neste in stan te: o de não ter per mi ti do que o Con gre sso Na ci o nal se que das se às pres sões dos que se jul ga vam do nos dos po de res ili mi ta dos e pró pri e tá ri os da von ta de e dos des ti nos uni ca men te des te País; dos que ten ta ram, pela for ça, anu lar a atu a ção res pon sá vel de um dos pi la res da de mo cra cia, que a tan tos cus tos con stru í mos. Es se pre ço, se n ho res, or gu lho-me de pa gar. O pre ço do en gran de ci men to do Po der Le gis la ti vo em uma pró fi cua ges tão, que teve, ao seu fi nal, para fi car in de le vel men te mar ca do na vi da do Pa rla men to bra si lei ro, o re con he ci men to ex ter na do por mem bros de to dos os par ti dos, das di ver sas cor ren tes ide oló gi cas com as sen to nas duas Cas as do Con gre sso Na ci o nal. Al guns estão aca nha dos, por que o que dis se ram aqui, em me nos de três me ses, tor nou-se sem efe i to. Ou tros, man ti ve ram a sua co e rên cia. A es ses, agra de ço pe nho ra da men te.

Te n ho aqui co mi go, im pres sos em lí v ro, os dis cursos que mu i tos dos sen ho res pronun ci a ram com elogios à ma neira sen sa ta, cor re ta e al ti va com que di ri gi esta Casa. É lí v ro qua se re cém-sa í do do pre lo,

testemunha in sus pe i ta e in con tes tá vel do meu comportamento ético. Alguns dos depoimentos que o livro contém muito me tocaram. Na época os julguei sinceros. Com humildade, cheguei a me perguntar se os merecia. E me convenci, confesso-lhes que com vaidade, que os merecia, não como Antônio Carlos Magalhães, mas como Senador e Presidente do Senado. Porque fui corajoso, íntegro e honesto.

Vejo hoje, com tristeza, que me equivoquei a respeito de alguns que me consideavam justo, íntegro e honesto. Conso-la-me, contudo, saber que, da época do elogio, que eu supunha justo e sincero, à época do linchamento político, o que é uma grande injustiça, se eles mudaram, eu não mudei. Mudaram, sim, em me nos de três meses, como é de hábito; esqueçam o que disse ram. Aliás, es que cer o que se diz passou a ser uma norma nesse País. Infelizmente, isso faz parte da vida.

Deles não tenho ressentimentos ou mágoa. Com toda sinceridade, deles – não de todos, mas de alguns – tenho pena. Ninguém pode cobrar coerência de incoerentes, muito menos caráter de quem não tem.

Mas a vida continua.

Tive sempre presente a preocupação de fazer cumprir a norma constitucional pertinente à independência dos poderes, como modalidade de asseguradora de uma estrutura democrática para o País.

Centrei o meu trabalho nesse fundamento básico, que a Lei Maior constantemente me inspirava, no propósito inabalável da grandeza do Poder Legislativo, fazendo-o ainda mais respeitado diante de todos os segmentos da opinião pública brasileira.

Guiei-me sempre pelas grandes razões, convencido de que, como ensinou Antônio Vieira, o governante não deve seguir a razão dos grandes, e sim as grandes razões.

Renunciar ao mandato que o povo baiano me confiou custa-me muito, Sr. Presidente, mas divido que, em toda a história do Brasil, um político tenha sido, de forma tão cruel e injusta, espancado quanto eu.

Paguei e estou pagando, volto a repetir, pelo pecado dos corruptos, dos prevaricadores, dos pusilânimes, dos quais, infelizmente, vejo alguns com prazer mórbido no meu gesto de despedida desta Casa.

Quando se renuncia a algumas certezas que não estão em perfeita sintonia com o sentimento popular, por mais arrastada que sejam as condições, a renúncia ganha outro nome: humilhação. A humilhação de reconhecer os próprios erros e mudar em bene-

fício do interesse comum é o tipo de renúncia que só engrandece aqueles que a tomam para si, fazendo com que ainda mais cresçam na alma e nos corações do povo.

Quando se renuncia aos interesses pessoais, a renúncia tem outro nome: ética.

Erigir a impessoalidade como forma de ação, combatendo toda sorte de tentações subterrâneas, significa combater o apadrinhamento e o privilégio.

Mas há um outro tipo de renúncia que não engrandece, a pequena; não eleva, rebaixa; não produz, reduz.

Não se renuncia à própria história, porque significaria renunciar à própria coerência.

Não se renuncia à ética, porque significaria renunciar aos próprios valores.

Não se renuncia à moralidade, porque significaria renunciar ao justo e ao correto.

Não se renuncia aos ideais de toda uma vida, porque significaria renunciar a si mesmo.

Não se renuncia ao compromisso com os mais elevados princípios da vida pública, porque significaria renunciar ao próprio povo.

Estejam certos os que me conhecem:

Jamais renunciarei à coerência!

Jamais renunciarei à ética!

Jamais renunciarei à moralidade!

Jamais renunciarei ao povo!

Renunciar a esses valores tão sagrados significaria transformar-me em algo que lutei a vida inteira para não ser.

Quero ser lembrado como o ACM, sim, mas como o ACM que jamais renunciou às causas justas, às causas certas.

Mandatos se recuperam nas urnas – e irei fazê-lo –, para que seja submetido ao juízo da queles que realmente importam na Democracia, e não a falsos juízes, sem toga e sem estatura de qualquer espécie.

Meu querido povo, minha querida Bahia, minha renúncia deve ser compreendida como um último gesto de sacrifício em favor dos ideais de uma vida inteira!

Recebi de todo o País milhares e milhares de palavras e gestos de apoio e solidariedade.

Eu estava em casa, no sábado, redigindo este discurso, quando o telefone tocou.

Era Dona Quiola, uma legenda do Nordeste do Brasil, a mãe do Presidente José Sarney, que ainda com sua voz forte de mais de noventa anos me dizia



que Deus iria me ajudar e me estimular a enfrentar o dia difícil que hoje enfrento.

Recebi o apoio e o carinho de amigos, que nunca se deixaram envolver e levar pelo clima de trucidamento que reinou nesta Casa.

Eles merecem, mais que respeito, a minha gratidão.

A todos agradeço como vivido, mas quero fazer um agradecimento particular ao meu Partido, o PFL, que esteve unido em todos os momentos, dando-me o necessário apoio político, moral e humano para que eu pudesse resistir, de pé, aos golpes desleais e covardes que recebi, inclusive de alguns Países desta Casa. Sou muito grato ao PFL, a todos os meus companheiros de tempos e de ruínas, a toda a sua direção, mas, em particular, aos seus membros no Conselho de Ética.

Não posso deixar também de dar uma palavra total de agradecimento aos funcionários desta Casa, todos eles, dos diretores aos mais modestos, que me ajudaram a presidir o Senado com decência e honestidade, marcando uma época que, acredito, servirá de exemplo para todos que quiseram dirigir o Congresso Nacional com decência e dignidade.

Faço questão de dirigir os agradecimentos especiais aos meus amigos e amigas do gabinete, com quem trabalho. Competentes, carinhosos, me deram força para suportar as injustiças.

Renuncio ao meu mandato também em respeito a você, Luís Eduardo.

Onde quer que esteja agora, sei que você está comigo.

Nas horas difíceis que passei, antes desta decisão terível, conversei muito com você.

E que o lhe agradeço.

Você, mais uma vez, não me falhou!

Mais uma vez soube me fazer ouvir as mensagens duras, amolecendo o meu velho coração.

Luís, estou aqui, agora, para honrar a sua memória.

A vida que me resta, e que lhe falhou tão cedo, só tem sentido se eu continuar radicalizando cada vez mais na direção do que é correto.

Esse é o meu único projeto político, minha única ambição.

Onde você estiver, embora o saibas sem pre dentro do meu coração, tenha certeza de que me esforçarei ainda mais agora para estar à altura de seu legado.

Que o nosso Júnior, que é meu suplente por sua inspiração, chegue a esta Casa com a disposição de trabalhar, sobretudo nas áreas que domina, a economia e a administração.

Informo aos Srs. Senadores que o Dr. Antonio Carlos Magalhães Júnior é um empresário de extrema competência e um ilustre professor universitário, respeitado pelos colegas e admirado pelos alunos.

Vem honrar o cargo que ocupei e ser digno da fraternidade que o uniu a Luís Eduardo.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, renuncio ao mandato de Senador.

Que as minhas últimas palavras sejam inspiradas em um grande pensamento:

Há somente duas coisas que me embutem respeito: o céu estrelado sobre mim e a consciência moral dentro de mim.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – A Presidência cumpro o dever de informar que a renúncia de V. Ex<sup>a</sup>, feita da tribuna, na forma do preceiente relativo ao Senador José Roberto Arruda, e antes do previsto no §4º do art. 55 da Constituição Federal e dos arts. 13 e 15 da Resolução nº 20, de 1993, tem amparo constitucional e regimental, e se tornará irrevogável depois de sua publicação no **Diário do Senado Federal**.

Solicito ao Vice-Presidente da Casa, Senador Edison Lobão, que apresente, em nome da Mesa, os cumprimentos do Senado Federal a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – A sessão será suspensa por cinco minutos para que o Senador Antonio Carlos Magalhães possa ser cumprimentado.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 18 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas 21 minutos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra, como oradora inscrita, à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL. Pro-núncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu não posso falar em nome de todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa. Mas sinto-me na obrigação de dizer, como membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, acompa-

que Deus iria me ajudar e me estimular a enfrentar o dia difícil que hoje enfrento.

Recebi o apoio e o carinho de amigos, que nunca se deixaram envolver e levar pelo clima de trucidamento que reinou nesta Casa.

Eles merecem, mais que respeito, a minha gratidão.

A todos agradeço como vivido, mas quero fazer um agradecimento particular ao meu Partido, o PFL, que esteve unido em todos os momentos, dando-me o necessário apoio político, moral e humano para que eu pudesse resistir, de pé, aos golpes desleais e covardes que recebi, inclusive de alguns Países desta Casa. Sou muito grato ao PFL, a todos os meus companheiros de tempos e de ruínas, a toda a sua direção, mas, em particular, aos seus membros no Conselho de Ética.

Não posso deixar também de dar uma palavra total de agradecimento aos funcionários desta Casa, todos eles, dos diretores aos mais modestos, que me ajudaram a presidir o Senado com decência e honestidade, marcando uma época que, acredito, servirá de exemplo para todos que vieram dirigir o Congresso Nacional com decência e dignidade.

Faço questão de dirigir os agradecimentos especiais aos meus amigos e amigas do gabinete, com quem trabalho. Competentes, carinhosos, me deram força para suportar as injustiças.

Renuncio ao meu mandato também em respeito a você, Luís Eduardo.

Onde quer que esteja agora, sei que você está comigo.

Nas horas difíceis que passei, antes desta decisão terível, conversei muito com você.

E que lhe agradeço.

Você, mais uma vez, não me falhou!

Mais uma vez soube me fazer ouvir as mensagens duras, amolecendo o meu velho coração.

Luís, estou aqui, agora, para honrar a sua memória.

A vida que me resta, e que lhe faltei tão cedo, só tem sentido se eu continuar radicalizando cada vez mais na direção do que é correto.

Esse é o meu único projeto político, minha única ambição.

Onde você estiver, embora o saibas sem pre dentro do meu coração, tenha certeza de que me esforçarei ainda mais agora para estar à altura de seu legado.

Que o nosso Júnior, que é meu suplente por sua inspiração, chegue a esta Casa com a disposição de trabalhar, sobretudo nas áreas que domina, a economia e a administração.

Informo aos Srs. Senadores que o Dr. Antonio Carlos Magalhães Júnior é um empresário de extrema competência e um ilustre professor universitário, respeitado pelos colegas e admirado pelos alunos.

Vem honrar o cargo que ocupei e ser digno da fraternidade que o uniu a Luís Eduardo.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, renuncio ao mandato de Senador.

Que as minhas últimas palavras sejam inspiradas em um grande pensamento:

Há somente duas coisas que me embutem respeito: o céu estrelado sobre mim e a consciência moral dentro de mim.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – A Presidência cumpre o dever de informar que a renúncia de V. Ex<sup>a</sup>, feita da tribuna, na forma do preceiente relativo ao Senador José Roberto Arruda, e antes do previsto no §4º do art. 55 da Constituição Federal e dos arts. 13 e 15 da Resolução nº 20, de 1993, tem amparo constitucional e regimental, e se tornará irrevogável depois de sua publicação no **Diário do Senado Federal**.

Solicito ao Vice-Presidente da Casa, Senador Edison Lobão, que apresente, em nome da Mesa, os cumprimentos do Senado Federal a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – A sessão será suspensa por cinco minutos para que o Senador Antonio Carlos Magalhães possa ser cumprimentado.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 18 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas 21 minutos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra, como oradora inscrita, à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL. Pro-núncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu não posso falar em nome de todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa. Mas sinto-me na obrigação de dizer, como membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, acompa-

nhão dos seus ou tros mem bros e ven do o es for ço gigantesco, a grandeza, a honestidade do Senador Roberto Saturnino, Relator do pro ces so, para que fi que re gis tra do nos Ana is des ta Casa, que nes te mo men to te mos que agir de uma úni ca for ma: com a se re ni da de de um juiz após ex pul sar de cam po um jo ga dor des qua li fi ca do! Por mais que ele gri te de for ma fe roz jun to com sua tor ci da, se gui mos em fren te, cum prindo as nos sas obri ga ções cons ti tu ci o nais, por que o Con sel ho de Éti ca ape nas cum priu para com as suas obri ga ções cons ti tu ci o nais.

E certa mente o po vo bra si le i ro, quan do jul gou o Senador que acaba de renunciar – en quan to que o Con sel ho de Éti ca o jul gou pe las in fra ções gra ves co me ti das ao Có di go de Éti ca e à Cons ti tu i ção – o jul gou pela sua his tó ria de tre vas, som bras, ar ro gân cia, cor rup ção, ci nis mo e dis si mu la ção. Mas não foi esse o jul ga men to que foi fe i to pe los mem bros do Con sel ho de Éti ca e Deco ro Pa rla men tar.

Que ro de i xar re gis tra do tam bém, Sr. Pre si den te, Sr<sup>as</sup> e Srs. Sena do res, que eu, Helo ísa He lena, vou con ti nu ar en si nan do aos meus fi lhos, co mo to das as mães bra si le i ras con ti nu a rão a fazê-lo, que o cri me não com pen sa. E que a mais be la e su pre ma sa tis fa ção mo ral que um ser pen san te tem que ter é ser ex trem a men te es cru pu lo so no cam po das idéi as e das ações.

Eu que ro que fi que re gis tra do tam bém que con ti nu arei, as sim co mo mi lha res de mu lheres lu ta do ras do po vo que, mes mo mor tas de can sa ço de tan tas lu tas in fel ze se in gló ri as, mes mo com a alma ex a us ta, con ti nu am fi rmes com o co ra ção pul san do de co ra gem, de so li da ri e da de e de es pe ran ça, os ten tan do, or gu lhos sas, a ter nu ra, as lá gri mas, a fú ri a, co mo ci ca tri zes que ga nha mos quan do não nos aco var da mos e per ma ne ce mos no com ba te e na lu ta.

Por tan to, Sr. Pre si den te, Sr<sup>as</sup> e Srs. Sena do res, eu não po de ria de i xar de re gis trar nos Ana is des ta Casa es sas con si de ra ções e uma poe sia mu i to lin da; uma poe sia de um ba i a no li vre; de alma li ber tá ri a; que deu a sua vi da e a sua di gn i da de para fa zer uma Pá tri a li vre, so be ra na, i gu a li tá ri a e fra ter na. Que ro de i xar re gis tra do essa poe sia para ho men a gear a Ba hia li vre, a Ba hia que não é na vi o ne gre i ro de nin guém. Eu que ro de i xar re gis tra do, nos Ana is des ta casa, a be lí si ma poe sia de Car los Ma ri ghel la, que di zia:

É pre ci so não ter me do,  
É pre ci so ter a co ra gem de di zer.

Há os que têm vo ca ção para es cra vo,

mas há os es cra vos que se re voltam con tra a es cra vi dão.

Não fi car de jo e lhos,  
que não é ra ci o nal re nunciar a ser li vre.

Mes mo os es cra vos por vo ca ção de vem ser obri ga dos a ser li vres, quan do as al ge mas fo rem que bra das.

É pre ci so não ter me do,  
é pre ci so ter co ra gem de di zer.

O ho mem deve ser li vre...

O amor é que não se de têm ante ne hum ob stá cu lo,

e po de mes mo exis tir até quan do não se é li vre.

E no en tan to ele é em si mes mo a ex pres são mais ele va da do que hou ver de mais li vre

em to das as gamas do hu ma no sen ti men to.

É pre ci so não ter me do,  
é pre ci so ter a co ra gem de di zer.

(Car los Ma ri ghel la)

Por tan to, ho men a ge an do o po vo ba i a no, ho men a ge an do o po vo bra si le i ro, que não se ajo el ha co var de men te di an te da tru cu lên cia, da in to le rân cia, da co var di a, da men ti ra, do ci nis mo e da dis si mu la ção, a poe sia de Car los Ma ri ghel la: “É pre ci so não ter me do, é pre ci so ter a co ra gem de di zer.”

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Con ce de a pa la vra ao Se na dor An te ro Pa es de Bar ros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora dor.) – Sr. Pre si den te, Sr<sup>as</sup> e Srs. Sena do res, ini ci al men te que ro la men tar – mas o ri tu al de ho je não ti nha co mo ser di fe ren te – a im po si bi li da de de, após fa lar, o Sena dor An to nio Car los Ma ga lhães não po der per ma ne cer no Ple ná ri o.

Mas cum pro um dever, principal mente o dever da cons ci ên cia de usar a tri bu na para im pe dir que a ver da de fi que pes si ma men te se pul ta da nes se pro nunciamen to.

De vo ini cial men te re con he cer, Sr. Pre si den te, Sr<sup>as</sup> e Srs. Se na do res, que é per fe i ta men te com pre en sí vel o de se quí l bri o e o de se pe ro con sta ta dos no pro nunciamen to do Sena dor An to nio Car los Ma ga lhães.

O Senado Federal foi criado em 1824, tendo, portanto, 177 anos de existência. Nessos 177 anos de existência, aproximadamente—eu não estou computando aqui os que sucederam os titulares—, mas cerca de mil e trezentos Senadores passaram por esta Casa. É importante destacar, Sr. Presidente, que de mais de mil e trezentos Senadores apenas três foram cassados na história do Senado. Um, o Senador Luiz Estevão, de fato e de direito, e os outros dois, o Senador José Roberto Arruda e o Senador Antonio Carlos Magalhães.

É preciso deixar claro que essa renúncia de hoje, ela acontece como uma confirmação das denúncias apuradas pelo Conselho de Ética e não como um gesto de grandeza para tornar maior a Casa mais alta deste País.

Vale também enfatizar, Sr. Presidente, que as três cassações às quais me referi, tiveram a mesma causa: a mentira perante o Senado da República!

O papel mais ridículo, entre tantos, é o que hoje tentou desempenhar o Senador Antonio Carlos Magalhães. Senão, vejamos: Luiz Estevão enfrentou o processo; o Senador José Roberto Arruda pediu desculpas e foi embaraçado, e o Senador Antonio Carlos Magalhães resolveu zombar da inteligência nacional, dando aulas, como se tivesse lições a dar ao Brasil, dando aulas como se pudesse ser o professor de ética do Senado, dando aulas como se pudesse substituir Rui Barbosa na condição de patrono do Senado da República. É incrível Antonio Carlos Magalhães acreditar poder transformar sua cassação, inexorável por ter sido flagrado em comportamento extremamente indecoroso, em discurso moralizador. É impossível fazer desse limão uma limonada. Convenhamos, Sr. Presidente, nem Lavoisier, o cientista que defendeu que tudo se transforma, conseguiria essa proeza.

O que fica reafirmado em seu último discurso no Senado da República são as três maiores características da sua personalidade: a chantagem, a traição e a mentira. As mentiras constatadas pelo Conselho de Ética começaram a ser descobertas em agosto de 2000. Da cadeira da Presidência do Senado, em agosto de 2000, respondendo a uma questão de ordem da Senadora Heloísa Helena a respeito de uma nota publicada na coluna do jornalista Ricardo Boechat, respondia, entre outras coisas palavras do ex-Senador: “É também minha obrigação, como Presidente da Casa, dizer como se processa a votação e que é impossível saber se esse ou aquele Senador votou dessa ou daquela maneira. Desse modo, quan-

do o Secretário-Geral da Mesa me levou, hoje pela manhã, o ofício de V. Ex<sup>a</sup>, pedi-lhe que, inclusive, citasse o meu nome, no ofício em resposta, como responsável também pelo processo se creto de votação, pelo qual, repito, seria impossível identificar o voto de qualquer Senador”.

Daí para a frente, foram centenas de mentiras. Mentiu, quando em Miami, nos Estados Unidos, negou veracidade à revista **IstoÉ** sobre a reportagem “Faca da pelas costas”. Como jornalista, não tenho a menor dúvida de que os reportagens da **IstoÉ** deverão receber dos os prêmios este ano exatamente pela verdade das informações contidas naquela denúncia e também nos detalhes dos fatos que tiveram. Mentiu quando disse ao jornal **O Estado de S. Paulo** que não tinha intenções de se opor ao Presidente Fernando Henrique à época em que foi visitado nos procuradores. Mentiu quando disse ter ido à Procuradoria para tratar da medida provisória da lei da mordada. Mentiu, quando chamado de canalha pela Senadora Heloísa Helena, disse-lhe da tribuna que a Senadora ainda iria pedir-lhe desculpas. Mentiu quando negou ter tratado da lista na conversa com os procuradores. Mentiu quando disse ter lido e rasgado a lista. Mentiu quando negou ter cometido o crime de prevaricação. Mentiu quando apartou dali o Senador José Roberto Arruda, para dizer que não havia dado a ordem para extrair a lista e que dela nunca havia tomado conhecimento. Na verdade, algumas dessas mentiras foram confirmadas aqui em plenário.

Não há também como o Senado ignorar o seu perfil histórico de traidor, de abandonar os Governos dos quais se serviu. Lançado por Juacy Magalhães, na Bahia, traiu-o na disputa com Jânio Quadros. Depois de desfrutar de todas as benesses dos governos militares—foi o político que mais beneficiou-se com a ditadura brasileira—traiu o ex-Presidente Figueiredo. Era ligadoíssimo—e os baianos sabem disso—ao Dr. Edgar Santos, um dos mais importantes reitores da Universidade Federal da Bahia e traiu a família ficando contra Roberto Santos. Proibiu em suas emissoras de televisão as imagens do Dr. Roberto Santos, mesmo em ocasiões de homenagens ao ex-Reitor Edgar Santos.

Foi Ministro do ex-Presidente José Sarney. Foi quem mais se beneficiou no Governo da Nova República. Participou, à época da Constituinte, de um festival de distribuição de canais de rádio e de televisão. No final do Governo, traiu o então Presidente José Sarney e apoiou o ex-Presidente Fernando Collor. Traiu no vácuo agora, ao revelar à imprensa que o

Se na dor José Sarney se abs te ve na vo ta ção da casa ção do ex-Sena dor Luiz Este vão. A re ve la ção não merece credibilidade por se originar num mentiroso contumaz. Traiu Luiz Viana Filho, que o havia nomeado Prefeito de Salvador, tirando-lhe a concessão da **Rede Globo** da TV Aratu e transferindo-a para ele próprio. Traiu o ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira — são fatos da história, quando, para demonstrar poder na Bahia, exibiu, em público, papéis assinados em branco pelo ex-Presidente. Nos últimos anos, vem sistematicamente adotando o mesmo comportamento em relação ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi, sem dúvida, o político mais prestigiado do Governo, mas como sempre não resistiu à vocação de traição.

Abro um parêntese para reafirmar que a maior traição, a meu ver, é em função da atual crise de energia. O Brasil tem, pelos dados do último IBGE, 169,5 milhões de habitantes. Acredito que todos os brasileiros, jovens, adultos, crianças, do Oiapoque ao Chuí, dos pampas aos seringais, têm o legítimo direito de reclamar do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com relação à crise da energia, menos um: o Senador Antonio Carlos Magalhães. Ele foi na verdade o Ministro de Minas e Energia. É a única pessoa no Brasil que não tem autoridade para criar. Não concordo, inclusive com autoridades governamentais, quando dizem que parte da responsabilidade do apagão deve ser atribuída ao PFL. Não; o PFL não teve absolutamente nada a ver com isso. Parte da responsabilidade, a maior responsabilidade, foi do proprietário do Ministério de Minas e Energia nos últimos seis anos e meio do Presidente. E esse proprietário tem nome; não era o PFL, era o Senador Antonio Carlos Magalhães, até porque, em relação ao próprio PFL, ele foi des cortês uma série de vezes. Portanto, o responsável pelo apagão tem nome e sobrenome. Nessa condição da energia, não vejo como esse brasileiro acusar o Governo. A final de contas, os dois Ministros indicados pelo Senador Antonio Carlos Magalhães despaçavam mais com ele do que com o Presidente Fernando Henrique. Cumpram suas ordens.

Além de traidor e mentiroso, o Senador Antonio Carlos Magalhães é incompetente. Não estou diminuindo a culpa do Governo; o Governo errou, principalmente em confiar em Antonio Carlos Magalhães. Portanto, o Senador Antonio Carlos Magalhães não pode acusar ninguém; ele é réu. Ele não era dono apenas do Ministério de Minas e Energia, mas também da Eletrobrás (onde tinha o Firmino Sampaio) e da Chesf

(para onde chegou a nomear o Sr. José Carlos Aleluia).

Quero dizer também que o Senador Antonio Carlos Magalhães é acusado de traição na Bahia. O Senador da República, criado em 1824, adotou como seu patrono, o grande baiano Rui Barbosa. Indignado com a frase no painel e as mentiras seguidamente repetidas, o bisneto de Rui Barbosa, o advogado e professor Alfredo Rui Barbosa, publicou há duas semanas um artigo no **Jornal do Brasil** mostrando as grandes lições do mestre bem como as insuperáveis diferenças entre Rui Barbosa e Antonio Carlos Magalhães. Abre o seu artigo, lembrando o seu bisavô, com a seguinte frase: "De tanto ver triunfais nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto".

A Bahia é Rui Barbosa e não os que ajudaram a fraudar o painel eletrônico do Senado.

Antes de encerrar os breves comentários sobre algumas das muitas traições praticadas pelo Senador Antonio Carlos Magalhães ao longo da vida, como aqui foi demonstrado, reconheço que o Senador foi leal até o último instante ao Governo do ex-Presidente Fernando Collor, identificou-se com o Governo comandado por PC Farias. A afinidade era tanta que ambos foram cassados.

Outra característica apontada em seu discurso e que conde no é a chantagem. Sem preusou a Bahia para chantagear os Governos dos quais se serviu; sem preusou a Bahia como escudo para ocultar não sei se barganhas, se chantagens ou se as duas coisas. Que outro nome têm as pressões organizadas contra o Palácio do Planalto em relação a interesses individuais escamoteados sob o escudo da Bahia? Recentemente, seus principais aliados se organizaram e foram ao Palácio do Planalto a fim de, através de reivindicações explícitas, conseguir recursos dos cofres públicos em benefício do Banco Econômico. Não teria algo mais grave se essa instituição financeira não tivesse se, como um dos seus acionistas, aqui e no exterior, o próprio Senador Antonio Carlos Magalhães. Entendo que um dos piores crimes de qualquer homem público é se paralizar a menar de um país e manter contas em outros países.

Submeteu-se à humilhação pública quando tentou chantagear o ex-Presidente Itamar Franco com "virtuais" denúncias de corrupção. Instado a apresen-

tar documentos di ante da im pren sa, fi cou evi den te o ble fe e a chan ta gem."

Chantageou a Oposição nas duas Casas do Congresso. Primeiro, mostrando-se favorável à CPI da Corrupção e posteriormente, com os Deputados "carlistas, para manter o poder na Bahia, retirando as assinaturas e enterrando a CPI Mista.

Recentemente, S. Ex<sup>a</sup> fez uma confissão de que fora escravo do ódio, talvez até para arrancar outro sentimento desta Casa.

Chantageou o Presidente do Senado, Jader Barbalho, ao afirmar: "... fui es cra vo do ódio." Era uma encenação, um pedido de desculpas, um comportamento dócil, cujo único objetivo era evi tar a pu ni ção pelo cri me no qual foi fla gra do vá ri as ve zes. De po is de ter pe di do des cul pas a Ja der, vol ta a acu sá-lo e ao Conselho de Ética.

Registro aqui a minha solidariedade ao Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, Senador Ramez Tebet. O que o Senador Antonio Carlos Magalhães faz em nada di mi nui o Se na dor pelo PMDB do Mato Gros so do Sul.

Chantageia o Senador Ramez Tebet ao especu lar so bre o seu voto no Con se lho. Não con se gue, na ver da de, con vi ver com a éti ca e com ju í zes ho nestos. Ainda que o Senador Ramez Tebet tivesse se, em plenário, votado como diz o Senador Antonio Carlos Magalhães, não restaria nenhum reparo ético a uma solidari e da de a al guém que ain da ho je per ten ce ao PMDB, como é o caso do ex-Se na dor Luiz Este vão. O que o Senador Antonio Carlos Magalhães não percebe é que, ao cri ti car o Se na dor Ra mez Te bet, des cre den cia a solidariedade que teve no Con se lho de Éti ca e Decoro Par la men tar dos Senadores Waldeck Ornélas e Paulo Souto. O Se na dor Pa u lo Sou to teve o seu comportamento de amizade ao registrar ali o seu voto em favor do Senador Antonio Carlos Magalhães, reconhecido pelo Relator do pro ces so, o Se na dor Ro berto Saturnino Braga.

Che ga ao fim uma era de chan ta gens, men ti ras e tra i ções.

A re nún cia da for ma como aqui foi apre sen ta da, Sr. Pre si den te — per mi ta-me dis cor dar —, não é um ges to de gran de za, mas o re for ço de uma con fis são, o reconhecimento de quem sabe que a tese de ra zões do Esta do é um in sul to à in te li gên cia na ci o nal.

Não ca bem ale ga ções de Esta do no Esta do mo der no, no Esta do de mo crá ti co de Di re i to, no Esta do cons titu cion al.

Ruy Barbosa, o pa tro no do Se na do, quem dig ni fi ca e sim bo li za a Ba hia, en si na va; "Medo, ve na li da-

de, ra zões de Esta do, como quer que te cha mes pre var i ca ção ju di ciá ria, não es ca pa rás ao fer re te de Pil la tos. O bom la drão sal vou-se. Mas não ha ve rá per dão para o juiz co var de."

Essa fra se está gra va da no Me mo ri al Ruy Bar bosa, em Salvador. O povo baiano não permitirá a destruição des ta lem bran ça.

Diante de todos esses fatos, fica claro que V. Ex<sup>a</sup> sai pela por ta dos fun dos e que a re nún cia é ex clu si va men te para im pe dir a per da do man da to. O Se na dor Antonio Carlos Magalhães foi feliz numa das frases aqui utilizadas. Disse o referido Senador em seu dis cur so de des pe di da: "Nada mais tris te do que uma sa í da mel an có li ca". É as sim, em nos so en ten di men to, que oc or re a sua sa í da do Se na do.

A me lhor no tí cia de ho je não vem evi den tem en te des se pro nún cia men to. Ela foi publi ca da pelo In for me JB na co lu na de ho je em sua úl ti ma nota, que leio ao Ple ná rio: "Cen su ra — o jo rnal Cor re io da Ba hia, de Antonio Carlos Magalhães, não publicou a coluna Informe JB na edição de ontem, porque a nota Em queda informava que uma pesquisa encomendada pelo Se na dor An to nio Car los Ma ga lhães apon ta va a re du ção de 20 pontos percentuais na intenção de voto do seu nome para o Go ver no."

O Se na do ven ceu.

A Ba hia ven ce rá.

**O Sr. Sebastião Rocha** (Bloco/PDT – AP) – Per mi te-me V. Ex<sup>a</sup> um apar te?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (Bloco/PSDB – MT) – Concedo o aparte inicialmente ao Senador Sebastião Rocha e, depois, ao Senador Hugo Napoleão.

**O Sr. Se bas tião Ro cha** (Bloco/PDT – AP) – Se na dor An te ro Paes de Bar ros, não pos so ne gar so li da ri e da de ao Se na do Fe de ral, ao Con se lho de Éti ca e Decoro Par la men tar, ao Pre si den te des se Con se lho, Se na dor Ra mez Te bet, ao Re la tor do pro ces so, Senador Roberto Saturnino. Confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que é com serenidade que eu, particularmente, absorvo a fúria do Senador Antonio Carlos Magalhães. Para mim, Se na dor An te ro Paes de Bar ros, o que im por ta é que o dis cur so é efê me ro, a His tó ria é que é pe re ne. O que im por ta para o fu tu ro, para da qui a cem anos, quan do es ta rá aqui uma nova ge ra ção, é o fato his tó ri co da re nún cia de um dos mais po der o sos ho mens da Re pú bli ca a ex er cer o man da to de Se na dor. Além da im por tância do fato histórico, diante do qual se ape que na o dis cur so do Se na dor An to nio Car los Ma galhães, sem dú vi da nenhuma, ganha im por tância tam bém a li ção deste fato. É comum aqui no Con-

gresso Nacional a referência a baixo cleto, a alto cleto. A lição que se extrai deste episódio é que, com o advento da globalização, com a comunicação **on-line** por meio dos meios de comunicação social, com o poder da mídia influenciando a decisão do Parlamento, essa relatividade perde importância. O Senado da República cumpriu o seu papel, um papel difícil de exercer quando se julga um companheiro de mandato, mas acredito que o resultado final foi aquele que realmente aponta para o caminho da correção, do acerto, da responsabilidade do Senado da República. Então, para mim, o que importa é o fato, a História, muito menos do que o discurso do Senador Antonio Carlos Magalhães. Obrigado, Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) — Eu agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> e concedo o aparte ao Senador Hugo Napoleão.

**O Sr. Hugo Napoleão** (PFL – PI) — Senador Antero Paes de Barros, V. Ex.<sup>a</sup> fala a respeito de “traições” — que eu colocaria entre aspas — do Senador Antonio Carlos Magalhães, a vida pública é assim, dá muitas voltas. Fala a V. Ex.<sup>a</sup> a quem que está nesta casa há mais de 26 anos; portanto, já conhece algo em termos de política para saber que os homens se entendem e se desentendem. Com relação a um desses — sinto-me no direito de falar —, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, por que fui seu advogado durante o período da Revolução perante um Tribunal de Exceção que se chamava, à época, Comissão Geral de Investigações. Certa vez, quando fui a uma convenção do meu Partido, na Bahia, vi um retrato do ex-Presidente, colocado estrategicamente e até afetuosamente, em lugar bem visível na casa do Senador Antonio Carlos Magalhães. O que tenho a lamentar, sinceramente, é que tendo todos aqui, até o momento, silenciado, inclusive o Presidente da nossa Casa, Senador Jader Barbalho, que chegou a digladiar-se, como de público sabido, com o Senador Antonio Carlos Magalhães, seja justamente V. Ex.<sup>a</sup> a trazer a esta Casa essas palavras. Isso depois que ele está despidido do mandato de Senador e, neste momento, recebe, sob emoção, os abraços, o afeto e o sentimento dos amigos; que seja justamente V. Ex.<sup>a</sup>, tão cheio de virtudes e qualidades, quando ele desce as escadas, a assomar às escadas da tribuna para ter considerações dessa natureza. Fica o meu reparo e o meu registro.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (Bloco/PSDB – MT) — Com preendo o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> e sei que, ao apresentar o reparo ao fato de ter subido a

tribuna, cumpre uma função ética que lhe caberia cumprir. Entendo que V. Ex.<sup>a</sup> é um líder ético e faz essa observação corretamente em defesa de um filiado do seu Partido. Todavia, eu estava entre duas situações: permitir que o papel de vítima ficasse definitivamente escrito nos Anais do Senado e como senado ele o único ético.

Parece que nós, que integramos o Conselho de Ética, é que cometemos o erro de o pai nel ele trônico, pelo discurso do Senador. Eu sabia dessa dificuldade, mas disse no início do pronunciamento — V. Ex.<sup>a</sup> não estava presente, até por que deve ter, em solidariedade, acompanhado o Senador Antonio Carlos Magalhães — que sabia que o ritual infelizmente seria esse, que ele falaria e, depois, teria que descer.

Pedir para permanecer não adiantaria porque ele não poderia usar a palavra, tendo em vista já ter apresentado a renúncia. Entre tudo isso e permitir que a verdade ficasse sepultada, permito que a verdade não ficasse sepultada. Reconheço como legítima e correta a intervenção ética de V. Ex.<sup>a</sup>.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Carlos Wilson, 1º Secretário, e Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.*

*Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) — Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (Bloco/PPS – PE) — Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> e Srs. Senadores, houve uma outra oportunidade aqui, quando o Senador Antonio Carlos Magalhães — S. Ex.<sup>a</sup> era Presidente da Casa à época — fez um discurso justificando o seu pedido de criação de uma CPI do Judiciário, que causou um impacto muito grande, e, tão logo terminou o discurso, subiu a esta tribuna para contestar, nos termos em que era colocada. Felizmente, no desenrolar dos trabalhos, houve correção de rumos, porque aquela CPI não era para apurar nenhuma sentença, pois não cabia investigar nenhuma sentença; era, evidentemente, uma tentativa de princípios democráticos. A correção de rumos foi para discutir ações administrativas em

re la ção àqui lo que pode ser fis ca li za do pelo Po der Legislativo.

Só que, naquela oportunidade, comecei a falar contestando, e o então Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, retirou-se e não conseguiu criar nenhum contraditório. E olhe que, naquela época, talvez fosse muito difícil, pois todos apoiavam. Até V. Exª criou uma outra CPI para contrabalançar um pouco o poder que, à época, o Sr. Antonio Carlos Magalhães tinha.

O que estamos vendo hoje? Ele as so ma à tri bu na, pro nun cia um dis cur so de re nún cia para fu gir a um processo de cassação e, evidentemente, tenta justificar, com os vários tipos do que poderiam ser ações reconhecidas, sérias, meritórias, o fato de tentar se livrar de um processo por ação indecorosa: a violação do painel do Senado Federal, infringindo não apenas o decoro da Casa, mas o Código Penal, em crime de prevaricação. Assim age numa inversão de valores e passa para a sociedade a impressão de que o culpado foi o voto do Senador Ramez Tebet, da Senadora Heloísa Helena, de uma lista que ninguém viu, que ele violou, algo que é a materialidade do seu atentado ao decoro, do seu crime: uma lista que ninguém viu e que utiliza para chantagem, como se os que votaram fossem culpados de alguma coisa.

Pode-se ter o juízo de valor que se quiser. Que se desconfie do voto da Senadora Heloísa Helena, que se discuta o voto do Senador Ramez Tebet, o meu ou o de quem quer que seja. Ninguém cometeu nenhum crime. O Senador Antonio Carlos Magalhães cometeu. Há uma inversão de valores. E vem aqui como se fosse o campeão da moral, incluído para um Governo a quem serviu. E eu poderia até dizer: se não denunciou ações que julga imorais, indecentes e até criminosas do Governo, mais uma vez comete crime de prevaricação, porque ele não era um militante qual quer des te Go ver no, ele era um dos prin ci pa is Lí de res que apo i a ram a pri va ti za ção, que aqui crí ti ca. Quem criticava isso era a Oposição, não era o Sr. Antonio Carlos Magalhães. E essa inversão de valores era o que me indignava.

Eu não quero falar mais de coisas do passado, para que o Senador Hugo Napoleão não precise, em nome do PFL, ficar de fên den do. Eu estou apenas fazendo aqui um registro.

**O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI)** – Se V. Exª me conceder o aparte, eu aceito.

**O SR. ROBERTO FREIRE (Blo co/PPS – PE)** – Claro que eu concederei, porque, diferente mente do

Sr. Antonio Carlos Magalhães, eu não nego a parte a ninguém.

Eu quero dizer que aqui precisa ficar registrado para a Casa e não apenas para a imprensa no dia-a-dia, porque tudo o que estou dizendo agora eu disse lá fora. A renúncia não tem nenhum motivo nobre; é mera fuga, tal como os “anões do Orçamento” fizeram, para evitar o processo de cassação. A sociedade brasileira precisa entender isso. E nem esta Casa vai receber lição de moral do Sr. Antonio Carlos Magalhães. E o pior – aí vem a indignação – é que, naquele momento, tivemos que ouvir calados, porque ele não permitia apertes. Eu fiquei in quieto e não queria que passasse, mesmo sem a presença dele, o que para mim não é estranho. Hoje, felizmente, não mais Senador, mesmo que os efeitos só existam a partir da publicação, ele renunciou, é um ato unilateral, e já se foi. Mas eu nunca tive um bom debate com ele, porque isso não aconteceu na CPI do Judiciário e não aconteceu na aca re a ção. É fácil dizer que eu fui contra o Fundo de Pobreza, que eu fui contra o salário mínimo. Eu não fui contra o salário. Eu fui contra o Fundo de Pobreza dele, que era um atraso, que era assustador e que em boa hora o Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso corrigiu rumos, também. Esse debate não se pode ter. Talvez eu possa ter com interpostas pessoas, mas, evidentemente, são pessoas distintas, inclusive na sua formação democrática e ética.

Ouç o Se na dor Hugo Na po leão.

**O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI)** – Muito obrigado, Senador Roberto Freire. Eu ia me retirar por alguns instantes do plenário, juntamente com o Senador Belo Paraga, com quem eu ia tratar por alguns momentos de um assunto partidário, quando V. Exª dirigiu-se à tribuna e chamou-me à colação, pe din do mi nha pre sen ça, e, por tan to, aqui es tou. De vo di zer a V. Exª que nos conhecemos há 26 anos. Chegamos com o Presidente da Casa à Câmara dos Deputados e, de lá, sabe V. Exª que so mos to dos afe i tos ao de ba te. Há con tro vérsia, há o de ba te tran qüi lo ou o de ba te às ve zes mais a gi ta do. Que ro di zer que o jul ga men to, a meu ver, do Senador Antonio Carlos Magalhães, no Conselho de Ética, é um julgamento político, e entendendo que esta é uma Casa polí ti ca e que a re nún cia dele tam bém foi um ges to po lí ti co, como tem sido du ran te toda a sua vida. O que pessoalmente lamenta é que V. Exª teve todo o tempo do mun do, até hoje, para dizer isso, e, jus ta men te, é o mes mo re pa ro que ve nho fa zer: quan do ele vi ra as cos tas, en tão, há um ver da de i ro ta que à que le que não tem mais o di re i to de se de fen der nes ta Casa. É o re pa ro que fa ço.



**O SR. ROBERTO FREIRE** (Blo co/PPS – PE) – Acei to o re pa ro de V. Ex<sup>a</sup> ape nas como um de sen car go do car go de Lí der, por que é pro fun da men te in jus to em re la ção a mim fa lar que a gu ar do que o Sr. An to nio Car los Ma gal hães sa ia pa ra di zer o que es tou di zen do. É pro fun da men te in jus to, Sen a dor Hu go Na po leão.

**O Sr. Hugo Na po leão** (PFL – PI) – E não está sen do as sim?

**O SR. ROBERTO FREIRE** (Blo co/PPS – PE) – Não, desculpe-me. Tudo isso que estou di zen do eu dis se na fren te dele. E subi aqui la men tan do não po der fazê-lo. Uma co i sa que não me fal ta, e nun ca me faltou aqui, por que, desta tribuna, desde o in ício, quan do o Sr. An to nio Car los Ma gal hães foi ele i to Pre si den te des ta Casa, com seu ges to de pre po tência, de pas sar qua se um ca rão no Pre si den te do Su pre mo Tri bu nal Fe de ral, eu dis se que isso tal vez fos se algo que pre ci sas se ser co i bi do. Eu não pre ci so es tar di zen do da qui algo que não te nha di to na fren te do Sr. An to nio Car los Ma gal hães. La men to não po der di zer sem pre. A go ra, não ia pas sar pa ra a his tória co i sa que ele pre ten de no seu dis cur so...

**O Sr. Hugo Na po leão** (PFL – PI) – Tan to me lhor pa ra V. Ex<sup>a</sup> en tão.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (Blo co/PPS – PE) – ... nos Ana is, pa re cer que ele pode dar uma li ção de mo ral em to dos. Cha ma ro Sen a dor Ro ber to Sa tur ni no de fac ci oso, in de co ro so! Co mo? Ouvir mos ca la dos? Que pelo me nos dos Ana is cons te, já que ele aqui não pode res pon der, mas vai res pon der, por que a im pren sa lhe dá tre men do es pa ço, não vai de i xar de res pon der. O que eu que ria é que não cons tas se dos Ana is do Se na do ape nas o seu dis cur so pa ra ten tar jus ti fi car uma re nún cia como um ges to no bre, quan do se tra ta de uma fuga pa ra evi tar o pro ces so de cas sa ção. Não me es ten di pa ra fa zer uma aná li se do Se na dor An to nio Car los Ma ga lhães. Eu o fiz ape nas pa ra que seu dis cur so tenha a con testação de vi da, até pa ra que nos Ana is des ta Casa não cons te que o Se na do ou viu uma li ção de mo ral de quem não tem, par ti cu lar men te nes te mo men to, de quem deu um pa re cer de ves tal e quis pa re cer al guém que pode dar con sel hos. Res pei to sua der ro ta, mas não pos so per mi tir que, por ca lar mos, esta pos sa ser trans for ma da em vi tória. O Sr. An to nio Car los Ma gal hães renun ciou pa ra fu gir ao vo to con sci ente deste Plená rio acer ca do seu ges to ob je ti vo, apu ra do em pe rícia e re co nhe ci do por to dos, de ter vi o la do o si gi lo do vo to nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – An tes de ini ci ar mos a Or dem do Dia, con ce do a pa la vra ao Pre si den te do Con sel ho de É ti ca, Sen a dor Ra mez Te bet.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Pro nun cia o se guin te dis cur so. Sem re vi são do or a dor.) – Sr. Pre si den te, Sr<sup>as</sup> e Srs. Sen a do res, lon ge de mim, mas bem lon ge mes mo, ocu par a tri bu na só por que o Sen a dor An to nio Car los Ma gal hães des ta re ti rou se. Co mo in si nu ou o Lí der, Se na dor Hu go Na po leão, se S. Ex<sup>a</sup> saiu da Casa, não é jus to fa lar dele.

Mas, Sr. Pre si den te, Sr<sup>as</sup> e Srs. Sen a do res, não vim fa lar do Se na dor An to nio Car los Ma gal hães. Vim fa lar em de fe sa do Con sel ho de É ti ca e De co ro Par la men tar, que foi acu sa do, tri pu di a do e agre di do des ta tri bu na. O Con sel ho me re cia, deve me re cer de to dos nós e está mere cen do da so ci e da de bra si le i ra os apla u sos pela ma ne i ra co rre ta, di gna e hon ra da com que vem con du zin do os tra ba lhos.

Foram 13 longas e exaustivas reuniões. E o Con sel ho de É ti ca não pro fe riu um ve re dic to de fi ni ti vo. O Con sel ho de É ti ca e De co ro Par la men tar a pon tou numa di re ção, na di re ção da que bra do de co ro pa rla men tar, po den do ac ar re tar a per da do man da to. Se os dois Sen a do res renun ci a ram, renun ci a ram por ra zões ín ti mas, por que en ten de ram que era o me lhor pa ra eles.

Sr. Pre si den te, Sr<sup>as</sup> e Srs. Sen a do res, o Con sel ho de É ti ca não acei ta nem pode acei tar que seus Mem bros sejam atin gi dos. O Con sel ho de É ti ca não pode acei tar ser taxado de tri bu nal de ju lga men to, quan do não lin chou nin guém, mas a pon tou uma di re ção. Um Con sel ho de É ti ca que co me çou apu ran do um fa to ve ri fi ca do e denun ci a do pela re vi sta se man al **Isto É** e que che gou à con clusão unâ ni me, que nin guém con tes ta, à con clusão in du vi do sa de que hou ve, sim, uma fra u de; de que hou ve, sim, uma vi o la ção do painel e de que hou ve, sim, a res pon sa bi li da de dos dois Se na do res por essa vi o la ção. Foi isso que o Con sel ho de É ti ca e De co ro Par la men tar fez.

A re nún cia é um ato uni la te ral, de von ta de. A re nún cia, se é fuga, se é es tra té gia, seja lá o nome que se que i ra dar ao caso a que o Se na do Fe de ral as sis tiu e que o Con sel ho de É ti ca e De co ro Par la men tar tra ba lhou, é pro ble ma su je i to à aná li se de quem quer que seja. Mas, como Pre si den te des se Con sel ho, não po de ria as sis tir im pas sí vel às acu sa ções fei tas num dis cur so de re nún cia. Aliás, eu es pe ra va que fos se um dis cur so ver da de i ra men te de re nún cia, mas vi que aque le que fa la va que não guar da ó di o, des ti lou, sim, o ó di o, que sa be mos que não cons trói. Des ti lou

ódio, inclusive atingindo a figura ímpare irrepreensível do Senador Roberto Saturnino Braga, desqualificando-o ou procurando desqualificá-lo pessoalmente, se isso fosse possível fazer, porque, graças a Deus, o Senador Roberto Saturnino Braga tem uma vida irrepreensível.

Também, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nunca pedi para ser Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Fui Presidente quando o Senador Antônio Carlos Magalhães ocupava a cadeira que V. Ex.<sup>a</sup> ocupa, Senador Jader Barbalho. Foi uma missão que recebi, em nome desta Casa!

Vir aqui e querer que eu possa ouvir, impunemente, que eu seja rábula de um Pantanal!?

Tenho orgulho disso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Tenho orgulho, sim, da minha origem. Eu me orgulho do Brasil por inteiro. Falam tanto da Bahia, que também amo, e onde apor tou Cabral. E também posso dizer que Deus me deu a felicidade de nascer num Pantanal benfazejo, num Pantanal abençoado pela natureza.

Mas, Sr. Presidente, não aceito a forma como foi colocado o "rábula do Pantanal". Não vim aqui para defender luzes jurídicas, que sei que não há. Mas venho para dizer que repilo essa insinuação, Sr. Presidente. Sabe por quê? Porque o Pantanal, para mim, é coisa sagrada.

Assim como o Senador Antonio Carlos Magalhães ama a Bahia, amo Mato Grosso do Sul, amo a Bahia e amo todo o Brasil. Recuso-me, Sr. Presidente, a mergulhar, como Presidente do Conselho de Ética, como Senador e como cidadão, nas trevas das maledicências ou no charco das retaliações pessoais. Não me interessa mergulhar no "pantanal" de mentiras que a sociedade brasileira está abominando e que o Conselho de Ética abominou, Conselho onde ambos os Senadores poderiam responder ao processo e não foram até o fim por que a renúncia foi ato particularmente de les.

Assim, defendo o Conselho de Ética, dizendo àqueles que nos ajudaram ali que temos que nos dar por satisfeitos e agradecer a Deus por nos sos trabalhos remidos conduzidos da quele forma, de maneira praticamente, dando direito a todos de se pronunciarem, procedendo às investigações da forma mais livre possível. O Brasil inteiro, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pôde ver pelo canal da televisão a maneira como o Conselho de Ética se conduziu.

Agora, compareça aqui, nesta tribuna, num discurso de renúncia, imitando os Senadores e fazendo insinuações a Senadores!? Senador Pedro Simon,

permita-me Senador Pedro Simon, estou vendo V. Ex.<sup>a</sup>, ele se referiu a Senadores que não faziam parte do Conselho de Ética, e sabemos que V. Ex.<sup>a</sup> fala muito por gestos, mas V. Ex.<sup>a</sup> teve todo o direito de participar. Quero aqui, em nome do Conselho de Ética, agradecer aos Senadores que, não pertencendo aos quadros do Conselho de Ética, ali compareciam para emprestar sua colaboração a todos aqueles que estavam cumprindo uma missão, uma missão penosa, difícil, que ninguém quer assumir e que, quando assume, o faz praticamente a contragosto, mas tem que assumir com responsabilidade e, sobretudo, sem medo, sem ódio e sem mágoa.

Não podemos aceitar, quando se diz para não se falar em ódio, não se ter ódio, quando se destila ódio contra o Presidente do Conselho de Ética, chamando-o de faccioso, de fascista, agredindo também os Membros do Conselho de Ética só por que não votaram a favor das teses defendidas pelos renunciantes.

Aqui, Senador Jader Barbalho, Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, houve muita difusão e a Nação pôde assistir a tudo entre o discurso de renúncia do Senador José Roberto Arruda e o do Senador Antonio Carlos Magalhães. No primeiro, não senti necessidade de vir à tribuna, pois o Senador Arruda veio aqui com humildade; S. Ex.<sup>a</sup> entendeu que a renúncia foi o melhor caminho e saiu. Mas renunciar acusando, com a Nação inteira assistindo, como se o Conselho de Ética fosse um tribunal de linchamento como se apelidou?! Isso, definitivamente, Sr. Presidente, não podemos aceitar!

**O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC)** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, eminente Senador Ramez Tebet?

**O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS)** – Com muita satisfação, eminente Senador Casildo Maldaner.

**O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC)** – Cumprimento-o de coração, Senador Ramez Tebet! V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente do Conselho de Ética, foi à tribuna e não se calou. Honra, cada vez mais, o Mato Grosso do Sul, inclusive o Pantanal, já adorado pelo mundo inteiro pela sua beleza natural. Enobrece todo o Brasil, inclusive quando assoma à tribuna em prol do Relator do Conselho de Ética, Senador Roberto Saturnino Braga, uma personalidade meticulosa e esculpida até no seu jeito de ser, transparente em tudo, até na sua maneira de conversar e andar. Como Presidente do Conselho, V. Ex.<sup>a</sup> disse o que pensa em relação a todos nós: ninguém gostaria de julgar nada.

Evidentemente, recebemos uma dura missão. Mas não podíamos fugir também desse cálice; não podíamos deixar de cumprir aquilo que consta do Conselho de Ética, Presidente Ramez Tebet! Não podíamos fugir dessa responsabilidade perante a Nação, perante a nossa consciência, como já se deu em relação a outros casos. Quer dizer, em relações a outros casos, tudo bem! Mas em relação a este momento é facílimo? Não! Não se pode pensar desta forma. Houve um crime, havia um cadáver, que exalava mau cheiro nesta Casa, e eis o cadáver no meio da sala, quando a Unicamp comprovou que houve a violação. E aí houve autorias e co-autores; então nós tínhamos que prestar conta disso. É por isso, Senador Ramez Tebet, que V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente imparcial e como juiz, enobrece cada vez mais não só o seu Panteão, não só o seu Mato Grosso do Sul, mas enobrece também esta Casa e o Brasil. Assim, que rodecoção lhe cumprimentar. Muito obrigado.

**O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS)** – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner, pelas palavras de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo o aparte ao Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – Em várias oportunidades, Presidente Ramez Tebet, fiz questão de salientar a capacidade e a competência com que V. Ex<sup>a</sup> presidia aquela Comissão de Ética. Não era fácil, era uma situação complexa, era uma situação muito difícil. E V. Ex<sup>a</sup>, que já presidiu essa mesma Comissão, quando da cassação do Parlamentar do PMDB, no ano passado, agiu com dignidade, com lisura e com a mais absoluta seriedade. Basta que se diga que todas as decisões de V. Ex<sup>a</sup> foram acatadas pela Comissão. Acho que a Comissão agiu com muita felicidade, com muita competência, que ela partiu do nada. Não havia nada. O fato já tinha ocorrido fazia um ano. A Comissão foi lá e buscou umas fitas que estavam destruídas e que praticamente não existiram; levou-as à universidade, trouxe os Procuradores e, o que é mais importante, ouviu os depoimentos dos dois Senadores. Esses depoimentos diziam da responsabilidade de cada um. Penso que os Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda fizeram muito bem em renunciar, por que foi um ato de inteligência por parte deles. Se S. Ex<sup>as</sup> não renunciassem, estariam sujeitos a uma cassação que, além de cassá-los o mandado, lhes tiraria 8 anos de seus direitos políticos. O Senador Antonio Carlos Magalhães não poderia sair daqui, dizem do: "Eu voto", porque teria perdido 8 anos de seus direitos políticos. Falou agressivamente? Sim. Atingiu injustamente V.

Ex<sup>a</sup>, provavelmente, a mim e foi tremendamente injusto com o Senador Roberto Saturnino? Sim. Mas penso que é o argumento daquele que, na verdade, não tinha muito mais o que dizer. Hoje, assistimos, nesta Casa, ao fim de um ciclo. Isso é importante. Começou na época das capitânicas hereditárias e terminou hoje. O coronelismo, o chefão, o que manda, o dono da Bahia, o dono de Pernambuco, o dono de não sei onde, isso terminou. Foi o último exemplar – por isso digo que esta é uma data histórica muito importante. O Senador Antonio Carlos Magalhães, daqui a dois anos, ainda pode voltar a ser Senador pela Bahia, mas S. Ex<sup>a</sup> será Senador da Bahia como o Senador Pedro Simon é Senador pelo Rio Grande do Sul. O coronel, o chefe, o cacique terminou. Esta foi a grande realidade da sessão de hoje. O Senador Antonio Carlos Magalhães merece o nosso respeito e que Deus o acompanhe, mas, na verdade, S. Ex<sup>a</sup> é culpado. Não há absolutamente nenhuma dúvida de levantar sobre o julgamento do Conselho de Ética. Por que ele não lembra que, no Conselho de Ética, havia 15 e 13 votaram? Ele até agradeceu ao seu Partido, o PFL. Mas três Parlamentares do PFL votaram com o Senador Roberto Saturnino. Só votaram com ele, por questão de lealdade, os dois baianos. Os outros três, do próprio PFL, votaram com todos os partidos. O resultado foi 15 a 2. Felicitto V. Ex<sup>a</sup> pela sua competência e seriedade, de um modo especial, pela serenidade de V. Ex<sup>a</sup>, que merece realmente a admiração de todos nós.

**O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS)** – Senador Pedro Simon, muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Eu disse que ocupava esta tribuna tão-somente em defesa de meus companheiros do Conselho de Ética e do trabalho que o Conselho de Ética desenvolveu. Agora, V. Ex<sup>a</sup> faz uma afirmativa que é uma realidade. A sociedade brasileira, a cidadania está avançando. Ninguém mais é dono do mundo. Parece que está vamos vendo aqui uma inversão dos fatos. Quem praticou a falta grave estava arvorando-se em juiz. Positivamente isso é um paradoxo, mas a observação de V. Ex<sup>a</sup> quanto aos caminhos que a sociedade brasileira está trilhando, Senador Pedro Simon, são verdadeiras. No mais, V. Ex<sup>a</sup> é sempre gentil comigo. Obrigado a V. Ex<sup>a</sup> e volto a repetir que V. Ex<sup>a</sup>, como outros Senadores, que não pertencem ao Conselho de Ética mas que foram lá, foram bem recebidos, sem dúvida nenhuma, mas sobretudo prestaram grandes serviços aos nossos trabalhos.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Pois não, Excelência.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – No bre Senador Ramez Tebet, iniciarei minha intervenção lembrando que V. Ex<sup>a</sup> não queria ser nomeado Presidente do Conselho de Ética. Consultaram vários Senadores para que assumissem essa função, e ninguém queria aceitar. No entanto, V. Ex<sup>a</sup> aceitou essa missão. Ser membro do Conselho de Ética não é fácil, pois lá Colégas são julgados, faz-se um trabalho desagradável, difícil, mas necessário. Em todos esses julgamentos, V. Ex<sup>a</sup> se comportou de acordo com o figurino: foi correto, leal, honesto. Pensei em pedir a palavra para também fazer algumas considerações, mas isso já não é preciso. Solidarizo-me com o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, mas não sem registrar que o que vimos parecia uma inversão de valores: o acusado era inocente e os culpados eram os que estavam no Conselho de Ética fazendo um trabalho desagradável, mas necessário. Parabéns pelo discurso.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Senador Ney Suassuna, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela manifestação.

**O Sr. Lindberg Cury** (PFL – DF) – Senador Ramez Tebet, conceda-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Senador Lindberg Cury, ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer, mas não sem antes externar minha satisfação em vê-lo neste plenário, já que não pude fazê-lo na ocasião da posse por ter estado ausente. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, que conheço há longa data. Sei que representará bem o Distrito Federal.

**O Sr. Lindberg Cury** (PFL – DF) – Senador Ramez Tebet, sei que não é fácil presidir o Conselho de Ética. Imagino as forças e as pressões que deve ter sofrido ao longo do tempo. Primeiramente houve aquele *affair* da cassação do Senador Luiz Estevão. V. Ex<sup>a</sup> esteve à frente de um roteiro violento e manteve a calma – até pela expectativa que tem – e a conduta ilibada de manter sempre presente a verdade, confirmando que continuaria à frente do Conselho, a defender, de qualquer maneira, essa posição. Hoje, acredito que V. Ex<sup>a</sup> está apenas defendendo o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, porque, em toda a sua atuação, nós o vimos agir como um juiz, acompanhando e dirigindo esse tribunal de ética, que é da maior importância para o nosso País dentro da atual realidade. E diria mais: o próprio ex-Senador José Roberto Arruda disse que a renúncia era o melhor caminho para se evitar a cassação. É um caminho no bre, que fará com que tenhamos a oportu-

nidade de retornar ao convívio político em outras oportunidades. Senador Ramez Tebet, permaneça com a cabeça erguida, assim como o fez ao assumir a Presidência do Conselho de Ética. Muito obrigado.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Senador Lindberg Cury, agradeço o seu aparte.

Sr. Presidente, atenderei ao apelo de V. Ex<sup>a</sup>, não sem antes dirigir-lhe a palavra. Notei grandeza em V. Ex<sup>a</sup> nesse episódio e quero cumprimentá-lo pela sua atitude.

Registo que o mandato dos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se encerrará no dia 30 de junho. Assim sendo, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que informe aos Líderes partidários esta data, para que cada Partido indique os seus membros, a fim de que se possa eleger um novo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Andaram apregoando que eu estava defendendo o continuísmo, a continuidade dos mandatos dos atuais membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Em absoluto. Afirmei apenas que, enquanto não houver eleição, o Conselho de Ética atuará de maneira funcional. Mas é de todo conveniente – volto a repetir – que se eleja um novo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Encerro dizendo que tenho orgulho de ser do Estado que detém dois terços do Pantanal brasileiro. Orgulho-me do meu Pantanal, das minhas origens e de, no Senado da República, representar o Estado de Mato Grosso do Sul.

Senhores, muito obrigado.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Antes de conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, agradeço ao Senador Ramez Tebet a referência dirigida a mim e renovo aos Srs. Líderes as providências relativas à indicação para a eleição dos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas consulto V. Ex<sup>a</sup> se iniciaremos a Ordem do Dia, porque o Item nº 1 da pauta está em regime de urgência constitucional e teríamos que votá-lo, no máximo, até amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Daemos início agora à Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 282, DE 2001**

Nos termos do inciso II, do art. 336, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2001, que acrescenta parágrafos ao art. 58 e dá nova redação ao § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 2001. – **Ro me ro Jucá – Ro meu Tuma – Osmar Dias – Renan Calheiros.**

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Este requerimento será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, II, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 283, DE 2001**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada uma Comissão Especial do Senado Federal, para acompanhar e intermediar **in loco** as negociações e desdobramentos da crise estabelecida entre Governo do Estado do Tocantins e a Polícia Militar do Estado, ora sob a intervenção do Exército Brasileiro, em face à gravidade do impasse.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2001. – **Antero Paes de Barros.**

#### **Justificação**

Nos últimos dez dias a Nação brasileira assiste com apreensão ao impasse estabelecido entre o Governo do Estado do Tocantins e a Polícia Militar do Estado, em virtude de reivindicações de melhoria de soldo, onde a intransigência reinante teve por consequência a intervenção do Exército Brasileiro, cujas ações, ainda que criteriosas, segundo notícia da imprensa, vem impelindo a população da Capital e do Estado do Tocantins graves e imerecidas situações de exceção. A compreensão e acompanhamento de perto da grave situação vivida pelos tocantinenses por uma Comissão Especial de Senadores poderá abreviar com rapidez e a contento o impasse.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Considerando que o Senado Federal, como todo o País, acompanha o episódio que se desenrola no Estado do Tocantins, considerando que a apreciação deva ser imediata.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência designa os Senadores Eduardo Siqueira Campos, Carlos Patrocínio e Leomar Quintanilha para representar o Senado Federal neste episódio.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Passa-se à

### **ORDEM DO DIA**

#### **Item 1:**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2001**

(Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição Federal, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2001 (nº 3.998/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1966, e a Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997 (contribuição previdenciária da empresa rural e da agroindústria; consórcio simplificado de produtores rurais; benefícios fiscais para agroindústria), tendo

Parecer sob nº 439, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, que passa a ter a denominação de Emenda nº 1-CAS; pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3, oferecidas perante esta comissão, no prazo regimental; e apresentando, ainda, as Emendas nºs 4 e 5-CAS, de Relator.

A Presidência esclarece que o pronunciamento da Comissão sobre as emendas apresentadas é final e definitivo, salvo recurso, interposto por um décimo dos membros do Senado, no sentido de serem

as emendas submetidas ao Plenário, nos termos do art. 124 do Regimento Interno.

Não há, sobre a Mesa, recursos. Assim, as emendas aprovadas pela Comissão serão remetidas à Câmara dos Deputados e as rejeitadas vão ao Arquivo.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único.

**O SR. OSMAR DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pedi a palavra para explicar a importância desse projeto e, sobretudo, porque apresentei as emendas que o modificam no mérito e obrigam, desta forma, o seu retorno à Câmara dos Deputados, que, por já estar o projeto em regime de urgência constitucional, terá dez dias para apreciar essas alterações.

Na verdade, estamos tratando de uma belíssima iniciativa do Poder Executivo, que encaminhou à Câmara um projeto de lei que altera a base de cálculo da previdência rural e da agroindústria, mas define quais as agroindústrias que são objeto do projeto. São aquelas que industrializam produção própria ou produção própria e adquirida de terceiros, envolvendo, portanto, a agroindústria que trabalha com integração, por exemplo, com aves, suínos e a pecuária leiteira.

Durante o processo de debate e discussão desse projeto de lei, recebemos representantes de todos os setores da agroindústria. Recebemos contribuições da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, na pessoa do Presidente Ágide Meneguette, da CNA, da OCB, da Cepal, dos representantes dos produtores de álcool e de açúcar, e debatemos a importância de se aprovar um projeto que muda, basicamente, o seguinte: hoje, a contribuição previdenciária é recolhida sobre 20% da folha de pagamento. Estamos almejando para 2,6% do faturamento bruto das agroindústrias incluídas no projeto, permitindo, dessa forma, duas coisas ao mesmo tempo.

Primeiro, o Governo vai arrecadar mais, porque não haverá nenhum estímulo, a nenhuma agroindústria no País, para deixar de recolher ou de contribuir, colocando trabalhadores na informalidade. Esse é o outro aspecto positivo do projeto: formalizar as relações de trabalho no campo e na agroindústria, es ti

mulhando a agroindústria e o produtor rural a registram os trabalhadores, tirando-os da informalidade para a formalidade. Um dos incentivos para tanto é o desconto de 50% no custo previdenciário para a agroindústria e os produtores rurais. Esse é um aspecto.

Além disso, aumentamos o projeto a respeito do Senar, que tem sido muito importante no treinamento e especialização da mão-de-obra rural. A contribuição previdenciária passa de 0,1% para 0,2% para uma categoria de produtores, e será de 0,25% para outra categoria de produtores. Portanto, haverá aumento significativo do volume de recursos para o sistema Senar.

De outro lado, Sr. Presidente, este projeto que beneficia a indústria do álcool, do açúcar, do café trazia grande prejuízo à avicultura, à piscicultura e à carcinicultura, que é a indústria do camarão, porque essas agroindústrias têm alto valor de faturamento, alto valor agregado, mas estreita margem de lucro. Se deixássemos de dar a elas o direito de recolher 20% sobre a folha de pagamento para obrigá-las a recolher 2,6% sobre o faturamento, estaríamos aumentando em 180% o seu custo previdenciário. E estamos falando de agroindústrias que geram cerca de 4 milhões de postos de trabalho no País, contando-se os empregos da indústria e do campo. Poderíamos inviabilizar um setor importante no momento em que o Brasil necessita de abrir novos mercados. É o que tem ocorrido em relação à carne suína e de frango, já que houve aumento nas exportações em torno de 40%, principalmente após a União Européia reduzir em 25% o consumo de carne bovina.

Portanto, façamos de uma indústria que, para a Região Sul do País especialmente, mas também para todas as outras, é fundamental tanto na economia quanto no aspecto social, pois a avicultura e a suinocultura, como eu disse, geram quatro milhões de postos de trabalho.

Como o objetivo do projeto é reduzir o custo da agroindústria e aumentar o trabalho formal, ou seja, o registro em carteira, não tinha cabimento deixarmos o setor sendo prejudicado apenas para beneficiar os outros setores da agroindústria. Assim, ofereci uma emenda, retirando da aplicação do projeto a avicultura, a suinocultura, a piscicultura e a carcinicultura.

Além disso, Sr. Presidente, ao apresentar o relatório, notei que os produtores de sementes e mudas, aqueles que vendem o material genético a ser plantado e que depois são taxados novamente, estavam sendo prejudicados. Logo, outra emenda minha tam

bém retira a aplicação do projeto aos produtores de sementes e mudas, impedindo-se, assim, a bitributação. No caso, por exemplo, de quem compra pintinhos para engorda, para terminação, que se ri a tributação no momento da compra dos pintinhos e depois, na venda dos frangos, estabelecemos a regra de que eles pagam a contribuição previdenciária no momento de comercializar o animal terminado. Isso serve igualmente para a bovinocultura: quando alguém comprar o novilho e fazer a terminação, contribuirá para a Previdência no momento da venda do animal terminado.

**O Sr. Casildo Maldaner** (PMDB - SC) – Senador Osmar Dias, V. Exª permite-me aparte?

**O SR. OSMAR DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Pois não, Senador Casildo Maldaner.

**O Sr. Casildo Maldaner** (PMDB – SC) – Senador Osmar Dias, cum pri men to V. Exª pela sensibilidade que demonstrou na Comissão. Ao apresentar essa emenda, V. Exª ouviu setores e discutiu com eles o assunto. E, se ficasse como está o projeto original, o prejuízo seria enorme para Santa Catarina, principalmente nos setores de avicultura e suinocultura. Haveria desemprego, que daria arrecadação e um problema social extraordinário. Contudo, V. Exª foi sensível em discutir o tema, porque conhece a matéria é bom desta car. Com essa emenda, V. Exª procurou atender a todos os setores e encontrou uma grande solução. Por isso, eu não podia deixar de cumprimentar V. Exª por inserir essa emenda em boa hora, tentando atender a esse setor produtivo como um todo, como também aos trabalhadores. E V. Exª realizou esse trabalho com o conhecimento profissional demonstrado não de hoje, mas de sempre. Aliás, a Nação conhece já o trabalho de V. Exª nesse sentido. Meus parabéns!

**O SR. OSMAR DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Senador Casildo Maldaner, agradeço a V. Exª principalmente pela contribuição para que essas mudanças setoriais fossem possíveis. Nós trabalhamos juntos na elaboração desse relatório. V. Exª é de um Estado em que a avicultura e a suinocultura fazem uma base econômica muito forte na agricultura e na indústria. Dessa forma, o interesse de V. Exª também nos permitiu chegar a um consenso.

Agradeço também a participação do Ministro da Previdência, Roberto Brant, que nos entregou e atendeu a nossa solicitação de aceitar essas alterações, apesar de, em consequência destas, o projeto ter que retornar à Câmara dos Deputados para ser

votado novamente. Foi a sensibilidade também do Governo que nos permitiu atuar dessa forma. E aqui fui apoiado pelo Senador Romero Jucá no plenário desta Casa, quando, num pronunciamento, solicitei a S. Exª o apoio; o Senador, entendendo a importância de alterarmos o texto original, tornou-nos possível realizar tais alterações.

**O Sr. Arlindo Porto** (PTB – MG) – V. Exª permite-me um aparte?

**O SR. OSMAR DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Concedo o aparte ao Senador Arlindo Porto.

**O Sr. Arlindo Porto** (PTB – MG) – Senador Osmar Dias, meu aparte é para oferecer um testemunho do trabalho de sempre realizado por V. Exª nesse processo, especialmente ouvindo as lideranças do setor cooperativista do Paraná. Recebi manifestação por parte das lideranças das cooperativas do meu Estado e, reunido com elas e com os segmentos produtivos mineiros, conversamos para tentar corrigir distorções apresentadas pela legislação. Creio que o momento é de viabilizar renda para a agricultura e equalizar as distorções existentes em relação ao setor previdenciário e à questão tributária brasileira. Minha manifestação é de alegria ao ver a preocupação de V. Exª em acompanhar de perto o problema, relatando o projeto e apresentando a emenda. E depois, ao final, certamente V. Exª receberá o apoio dos demais Senadores. Meus cumprimentos.

**O SR. OSMAR DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Senador Arlindo Porto, agradeço também a V. Exª pelo apoio dado durante o debate deste projeto na Casa.

Sr. Presidente, ao encerrar, apelo para que este projeto seja aprovado por unanimidade, por se tratar de uma bela iniciativa do Poder Executivo, aperfeiçoada, de certa forma, por nós. E acredito que o Governo também entendeu a necessidade de aperfeiçoá-lo.

Em segundo lugar, apesar de estarmos num dia diferente no Senado tive aqui um acontecimento que desviou a atenção dos Senadores de assuntos que efetivamente interessam à população brasileira, como este projeto, de interesse social e econômico enorme para o País, faço um apelo a V. Exª para que a nossa pauta de votações seja tratada com muita atenção a partir de hoje, e que assim possamos votar matérias realmente importantes para o País. Sou autor de um projeto que trata da modernização do cooperativismo brasileiro. Peço a V. Exª que solicite que esse projeto seja colocado em votação,

pois está na Casa há cerca de um ano meio, e o cooperativismo brasileiro precisa ser modernizado. Portanto, apelo para que esta Casa retome o ritmo de votação necessário para dar uma resposta à sociedade brasileira, por que fomos eleitos e estamos aqui para votar aquilo que interessa efetivamente à sociedade brasileira.

**O Sr. Paulo Hartung** (Bloco/PPS – ES) – V. Exª concede-me um aparte?

**O SR. OSMAR DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Concedo o aparte ao Senador Paulo Hartung.

**O Sr. Paulo Hartung** (Bloco/PPS – ES) – Senador Osmar Dias, até para não perder o ritmo e fazer uma economia processual, como gosta de dizer nesta Casa o Senador José Eduardo Dutra, primeiramente, parabéns V. Exª pelo aperfeiçoamento deste projeto oriundo da Câmara, realizado com o apoio de outros Senadores. Penso que o projeto caminha numa direção correta quando pensamos o sistema tributário existente no nosso País. É preciso tentar facilitar a produção nacional. V. Exª encontrou dois critérios diferenciados em relação ao faturamento e à folha de pagamento. Precisamos pensar nesses mecanismos criativos para tentar tirar o peso do sistema tributário sobre a produção nacional, o que torna o produto nacional pouco competitivo. V. Exª deu uma contribuição importante. Em nome do PPS, apóio V. Exª e declaro o nosso voto favorável. Ao mesmo tempo, espero que se implemente a sugestão de V. Exª, para que consigamos enquadrar o Senado numa agenda concreta em torno dos interesses da população. Espero que, no momento em que terminamos o episódio do painel, se estabeleça uma agenda para o Senado, trabalhando e respondendo ao dia-a-dia das angústias e aspirações do nosso povo, da nossa gente. Parabéns V. Exª pelo parecer referente ao importante projeto que votaremos agora.

**O SR. OSMAR DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Paulo Hartung.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Concede-me V. Exª um aparte, Senador Osmar Dias?

**O SR. OSMAR DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Concedo um aparte ao nobre Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Congratulo-me com V. Exª duplamente: pelo parecer – que é importante e muito inteligente – e pela exposição que acaba de fazer. Tenho certeza de que todos nós, incluído o Presidente da Casa, daremos ritmo aos trabalhos, para que cumpramos, sem a tempestade que

acabamos de atravessar, o mais rápido possível o nosso papel.

**O SR. OSMAR DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, estou muito aflito por que temos matérias importantes para votar. O Senado não pode continuar de costas para a sociedade, que espera de nós uma postura que seja rigorosamente dentro do que prescreve a Constituição e as nossas prerrogativas. Estamos aqui para legislar, para aprovar leis que sejam de interesse da população brasileira. É o apelo que faço.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaider Barbalho) – A Mesa recolhe o apelo de V. Exª. O maior exemplo de que estamos legislando é o projeto que está em discussão. Inclui-se, os Senadores Lúcio Alcântara e Bernardo Cabral, nesse esforço a que V. Exª se referiu, com muita justiça, fizeram e estão fazendo com que o projeto da Lei das S/As, da maior importância para o País, vindo da Câmara dos Deputados, passe a tramitação conjunta em ambas as Comissões, de tal ordem que seja possível votar essa legislação em julho.

A Presidência informa que não há matérias a serem pautadas. Todas as matérias que estão na mesa estão pautadas. Estamos apenas no aguardo do trabalho das Comissões, a cujos Presidentes renovo o apelo.

Aliás, aproveito a oportunidade para solicitar aos Líderes dos Partidos políticos a indicação dos membros da Comissão destinada a estudar as causas da crise do abastecimento de energia no País. Solicito às Lideranças do PFL, do Bloco/PSDB-PPB, do Bloco de Oposição e do PSB que formalizem a indicação para que possamos instalar essa Comissão da maior importância, o que demonstrará que o Parlamento brasileiro está atento e preocupado com o encaminhamento dessa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaider Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é extremamente importante fazer um registro pela Liderança do Governo com relação ao projeto que estamos votando agora.

Este projeto chegou nesta Casa em regime de urgência, e o Senador Osmar Dias foi designado do Relator. Apesar de se tratar de um projeto importante, que gera empregos, que regulariza o sistema previdenciário em setores produtivos da economia brasileira, o Senador Osmar Dias identificou algumas questões relevantes que prejudicariam setores da vida na



cional. Entendemos o posicionamento de S. Ex<sup>a</sup> e tratamos desde as sun to den tro do Go ver no, com o Ministério da Previdência e Assistência Social. Dess e trabalho conjunto de entendimento, pôde o Senador Osmar Dias apre sen tar o pro je to com em en das, que for am pactua da se ace itas pelo Governo.

Re gis tro o ex ce len te tra ba lho de S. Ex<sup>a</sup>, que en grandeceu o pro je to e o me lho rou. O pro je to sai do Senado Federal melhor formula do e vai para a Câ ma ra dos Deputados, tam bém em re gi me de ur gê ncia, para ser votado rapidamente.

Re co men do, as sim, a apro va ção do pro je to, pe din do voto às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Se na do res, res sal tan do o trabalho profícuo realizado pelo Senador Osmar Dias, seu Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Con ce do a pa la vra ao Se na dor Wal deck Orné las. (Pa u sa.)

Amatéria continua em discussão.

**O SR. EDUARDO SUPLCY** (Blo co/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a pa la vra para dis cu tir.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Con ce do a pa la vra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUPLCY** (Blo co/PT – SP. Para dis cu tir. Sem re vi são do ora dor.) – Sr. Pre si den te, Sr<sup>as</sup> e Srs. Se na do res, nós do Par ti do dos Tra ba lhadores consideramos como im por tan te o es for ço do Senador Osmar Dias, que, sendo um profundo co nhe ce dor das re la ções de tra ba lho no cam po, se em penhou muito, inclusive para que houvesse o diá lo go com as entidades represen ta ti vas dos tra ba lha do res no cam po, e che gou a um en tendi men to sobre este pro je to que me re ce o nos so res pei to e apo io.

Muito obrigado.

**O SR. OSMAR DIAS** (Blo co/PSDB – PR) – Sr. Pre si den te, peço a pa la vra pela or dem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Con ce do a pa la vra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OSMAR DIAS** – (Blo co/PSDB – PR. Pela or dem. Sem re vi são do ora dor.) – Sr. Pre si den te, Sr<sup>as</sup> e Srs. Se na do res, o Se na dor Edu ar do Sup licy, ao se en ca mi nhar ao mi cro fo ne, dis se que ia de vol ver uma gentileza que fiz a ele no Con se lho de É ti ca. Ape nas gos taria di zer ao Se na dor Edu ar do Sup licy que, na que les mo men tos que vi ve mos no Con sel ho de É ti ca, não ha via cli ma para con tem po ri zar, para a com pla cência.

É evi den te que a nos sa dis cus são às pe ra no re fe ri do Con sel ho não tem ne nhu ma re la ção com o res

pei to que te nhopelo Se na dor Edu ar do Sup licy. Já me desculpei com S. Ex<sup>a</sup> e o fa ço publicamente agora.

Era o registro que gostaria de fa zer, Sr. Pre si den te.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Con ti nua em dis cus são a ma té ria.

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes.

**O SR. MOREIRA MENDES** (PFL – RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeiramente, cumprimento o Se na dor Osmar Dias pelo bri lhan te pa re cer, re la tório e voto que pro fe riu nes se caso.

Se aprovado, este Projeto terá um grande alcan ce so ci al para o Bra sil. E, para o Esta do de Ron dô nia, não será di fe ren te. No nos so Esta do, es sen ci almente agrícola, constituído de pequenas propriedades, a prin ci pal eco no mia está vol ta da para a in dú stria.

A prin ci pal vir tu de des te pro je to é o que cons ta do art. 25, a, que é a equi pa ra ção, como em pre ga dor rural, pesso a fí si ca, ao con só rci o sim pli fi ca do de pro du to res ru rais. Esse é um avan ço fan tás ti co, um in cen ti vo à formalização das relações do trabalho no campo, colocando, portanto, todos na legalidade. Nós, do Estado de Rondônia, somos de pequenos produtores e, certamente, com atitudes como essa, estaremos colaborando, se aprovado o pro je to, agre gan do va lor e ren da para es ses pe que nos agri cul to res e produtores ru rais.

Para be ni zo o Se na dor Osmar Dias pela com pe tência com que se hou ve nes se re la tório e pe ço, tal qual os de mais Se na do res que me an te ce de ram, que apro ve mos o pro je to de a cor do com sua pro pos ta.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Con ce do a pa la vra ao Se na dor Bel lo Par ga.

**O SR. BELLO PARGA** (PFL – MA. Para dis cu tir. Sem re vi são do ora dor.) – Sr. Pre si den te, an te ci po o en ca mi nha men to da vo ta ção. O PFL opi na fa vor a ve l men te à apro va ção do pro je to, nos ter mos do re la tório do Se na dor Osmar Dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – En cer ra da a dis cus são.

Em vo ta ção o Pro je to de Lei da Câ ma ra n.º 22, de 2001, nos ter mos do pa re cer.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram per man e cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprovado.

Amaté ria vai à Comis são Dire to ra para re da ção final.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, para ser da Comissão Diretora oferecendo a redação final das emendas, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 457, DE 2001**  
(Da Comissão Diretora)

**Redação final das Emendas do Sena do ao Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 22, de 2001 (nº 3.998, de 2001, na Casa de origem).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Sena do ao Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 22, de 2001 (nº 3.998, de 2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, aprovadas nos termos do art. 124, III, do Regimento Interno.

Sala de Reuniões da Comissão, em 30 de maio de 2001. – **Jader Barbalho** – Presidente – **Edison Lobão** – Relator – **Antonio Carlos Valadares** – **Mozarildo Cavalcanti**.

ANEXO AO PARECER Nº 457, DE 2001

**Alte ra a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997.**

**Emenda nº 1**

(Corresponde à Emenda nº 4-CAS)

Dê-se ao § 4º do art. 22-A, incluído na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, objeto do art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

“§ 4º O disposto neste artigo não se aplica às sociedades cooperativas e às agroindústrias de piscicultura, carcinicultura, suinocultura e avicultura.”

**“Emenda nº 2**

(Corresponde à Emenda nº 1-CAS)

Dê-se ao § 5º do art. 22-A, incluído na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, objeto do art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

“§ 5º O disposto no inciso I do art. 3º da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, não se aplica ao empregador de que trata este artigo, que contribuirá com o adicional de zero vírgula vinte e cinco por cento da receita bruta proveniente da comercialização da produção, destinado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).”

**Emenda nº 3**

(Corresponde à Emenda nº 5-CAS)

Dê-se ao art. 6º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 6º São revogados o § 5º do art. 22, os §§ 6º, 7º e 8º do art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o § 2º do art. 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994.”

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Amatéria volta à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – **Item 2:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 44, DE 2000**  
**(Votação nominal)**

Terceira e última sessões de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2000, tendo como 1º signatário o Senador Nabor Júnior, que altera o § 6º do art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos), tendo

Parecer favorável, sob nº 148, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Resende, com votos contrários dos Senadores Lúcio Alcântara e Roberto Freire.

Amatéria cons tou da Ordem do Dia da ses são deliberativa ordinária de 23 do corrente, quando teve sua dis cus são adi a da para hoje.

So bre a mesa, re que ri men to que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o se guin te:

#### REQUERIMENTO Nº 284, DE 2001

##### Adiamento da dis cus são para de ter mi na do dia.

Nos ter mos do art. 279, in ci so III, do Re gi men to Inter no, re que i ro adi a men to da dis cus são da PEC 44, de 2000, a fim de ser fe i ta na ses são de 6 de ju nho do cor ren te ano 4ª fei ra.

Sala das ses sões, 30 de maio de 2001. –**Na bor Júnior.**

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – Em vo ta ção o re que ri men to.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Blo co/PSDB – RR) – Sr. Pre si den te, o PSDB con corda com o re que ri men to, cu ja vo ta ção en ca mi nha fa vor a vel men te.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – As Srªs e os Srs. Se na do res que o apro vam que i ram per ma ne cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprovado.

A dis cus são da ma té ria fi ca adi a da para o dia 6 de ju nho pró xi mo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – **Item 3:**

Dis cus são, em tur no ú ni co, do **Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 79, de 2000** (nº 596/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 3.207, de 18 de ju lho de 1957, que re gu la men ta as ati vi da des dos em pre ga dos ven de do res, via jan tes ou pra ci tas, para per mitir o pa ga men to de co mis sões e per cen ta gens em pre sta ção su ces si vas quan do do re ce bi men to da pri me i ra par ce la e es ta be le ce crí te rios para o es tor no de co mis sões pa gas, ten do

Parecer sob nº 109, de 2001, da Co mis sã o de As sun tos So ci ais, Re la tor *ad hoc*: Senador Ademir Andrade, fa vor á vel, com as Em en das nºs 1 e 2-CAS, de re da ção, que apre sen ta.

Durante o prazo regimen tal de cinco dias ú teis per ante a Mesa, não foram ofere ci das em en das à ma té ria.

Passa-se à dis cus são, em con jun to, do pro je to e das em en das, em tur no ú ni co. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a dis cus são.

Em vo ta ção.

**O SR. TIÃO VIANA** (Blo co/PT – AC) – Sr. Pre si den te, peço a pa la vra para en ca mi nha r a vo ta ção.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – Con cedo a pa la vra ao no bre Se na dor Tião Vi a na.

**O SR. TIÃO VIANA** (Blo co/PT – AC. Para en ca mi nha r a vo ta ção. Sem re vi são do ora dor.) – Sr. Pre si den te, Srªs e Srs. Se na do res, se rei mu i to bre ve. Ape nas para di zer que a Lei nº 3.207, de 1957, já as se gu ra va o di re i to à co mis sã o, à per cen ta gem pelo tra ba lho ex er ci do, aos tra ba lha do res que atu am no co mé rci o, os ven de do res.

Agora, sur ge, de po is de to dos es ses anos, um gesto de soli da ri e da de a esta cate go ria que con tri bu i de ci si va men te com a eco no mia do Bra sil, no sen ti do de que o ven de dor não per ca a co mis sã o que lhe é de vi da. O pro je to que es ta mos vo tan do, com o re la tó rio do Senador Ademir Andrade, que foi re la tor **ad hoc**, faz jus ti ça aos ven de do res.

Que ro aqui ex ter nar a mi nha sa tis fa ção e a da que les que vêm o pe que no ven de dor como um tra ba lha dor im pre scin dível na ati vi da de do co mé rci o. O meu vo to é de lou vor e de res pe i to pela apro va ção des ta ma té ria, que vem ao en con tro do pe que no tra ba lha dor bra si le i ro.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – Para en ca mi nha r vo ta ção, con cedo a pa la vra ao no bre Se na dor Ro me ro Ju cá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Blo co/PSDB – RR. Para en ca mi nha r a vo ta ção. Sem re vi são do ora dor.) – Sr. Pre si den te, Srªs e Srs. Se na do res, que ro en ca mi nha r fa vor a vel men te a este pro je to que pri vi le gi a o pe que no tra ba lha dor. O do PSDB é fa vo rá vel, e pe de o vo to, pela apro va ção, dos Srs. Se na do res.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – Em vo ta ção o Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 79, de 2000, sem pre juízo das em en das.

As Srªs e os Srs. Se na do res que o apro vam que i ram per ma ne cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprovado.

Em vo ta ção as Em en das de re da ção nº 1 e 2, da Co mis sã o de As sun tos So ci ais.

As Srªs e os Srs. Senadores que as apro vam que i ram per ma ne cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprovadas.

Amatéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

São os seguintes o projeto e as emendas aprovadas:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA 79, DE 2000**  
(Nº 596/99, na Casa de origem)

**Altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas, para permitir o pagamento de comissões e percentagens em prestações sucessivas quando do recebimento da primeira parcela e estabelece critérios para o estorno de comissões pagas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 3.207, de 19 de julho de 1957, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Nas transações em que a empresa se obrigar por prestações sucessivas, o pagamento das comissões e percentagens será exigível, em sua totalidade, quando do recebimento da primeira prestação, observado o disposto no art. 7º. (NR)

Art. 2º O art. 7º da Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 7º .....

§ 1º A comissão somente poderá ser estornada quando esgotarem todas as tentativas de composição com o insolvente, judicial ou extrajudicial.

§ 2º O estorno, quando se fizer necessário, será efetuado parceladamente, não podendo cada parcela comprometer um valor superior a vinte por cento da remuneração líquida mensal do vendedor.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**EMENDA Nº 1-CAS-DE REDAÇÃO**

Dê-se à emenda do Projeto de Lei em análise a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes e praticistas, para prever o pagamento, numa única parcela, das comissões e percentagens sobre vendas em prestações e dá outras providências.”

**EMENDA Nº 2-CAS-DE REDAÇÃO**

Dê-se ao art. 5º da Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, alterado pelo art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 5º Nas transações em que a empresa se obrigar pelo pagamento de comissões e percentagens sobre vendas em prestações sucessivas, esse pagamento será exigível, em sua totalidade, quando do recebimento da primeira prestação, observado o disposto no art. 7º. (NR)

**O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 4:**

Discutirão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2000** (nº 44/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rede Popular de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 25, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Fogaça, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, para ser da Comissão Diretora o oferecido a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Moizarildo Cavalcanti.**

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 458, DE 2001**  
(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2000 (nº 44, de 1999, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2000 (nº 44, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rede Popular de

Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, consolidando o adendo aprovado pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 30 de maio de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator – **Antonio Carlos Valadares** – **Mozarildo Cavalcanti**.

#### ANEXO AO PARECER Nº 458, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 185, DE 2001

**Aprova o ato que renova a concessão de “Rede Popular de Comunicações Ltda.,” para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº, de 9 de outubro de que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão de “Rede Popular de Comunicações Ltda.,” originariamente outorgada a “Rádio, Sociedade Farroupilha Ltda.,” para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada

Amatéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – **Item 5:**

Dis cus são, em tur no úni co, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2000** (nº 172/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cul tu ra de Mon te Alto Ltda. para ex plorar serviço de radiodifusão sonora em

onda média na cidade de Mon te Alto, Esta do de São Pa u lo, ten do

Parecer favorável, sob nº 1.033, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ricardo Santos, com voto contrário do Senador Lauro Campos.

Em discussão pro je to, em tur no úni co. (Pa u sa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Se na do res que o apro vam que iram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria vai à Co mis são Di re to ra para a re da ção final.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – So bre a mesa, pa re cer da Co mis são Di re to ra ofe re cen do a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Se cre tá rio em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o se guin te:

#### PARECER Nº 459, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2000 (nº 172, de 1999, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2000 (nº 172, de 1999, na Câ ma ra dos De pu ta dos), que apro va o ato que re no va a con ces são da Rádio Cul tu ra de Mon te Alto Ltda., para explorar serviço de radiodifusão so no ra em onda mé dia na ci da de de Mon te Alto, Esta do de São Pa u lo.

Sala de Reuniões da Comissão, 30 de maio de 2001. – **Jader Barbalho**, Pre si den te – **Edison Lobão**, Relator – **Antonio Carlos Valadares** – **Ma za ril do Cavalcanti**.

#### ANEXO AO PARECER Nº 459, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Se na do Fe de ral, nos ter mos do art. 48, item 28, do Re gi men to In ter no, pro mul go o se guin te

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, DE 2001

**Aprova o ato que renova a concessão de “Rádio Cultura de Monte Alto**

**Ltda.", para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 79, de 8 de abril de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão de "Rádio Cultura de Monte Alto Ltda.," para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não há voto de quem peça a palavra, encerrando a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Esgotada das matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 460 DE 2001**

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2000 (nº 596, de 1999, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2000 (nº 596, de 1999, na Casa de origem), que altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas, para permitir o pagamento de comissões e percentagens em prestações sucessivas quando do recebimento da primeira parcela e estabelece critérios para o estorno de comissões pagas, consolidando as Emendas nºs 1 e 2-CAS, aprovadas pelo Plenário.

Sala de reuniões da Comissão em 30 de maio de 2001. – **Jader Barbalho, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti.**

**ANEXO AO PARECER Nº 460 DE 2001**

**Altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas, para prever o pagamento, numa única parcela, das comissões e percentagens sobre vendas em prestações e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Nas transações em que a empresa se obriga pelo pagamento de comissões e percentagens sobre vendas em prestações sucessivas, esse pagamento será exigível, em sua totalidade, quando do recebimento da primeira prestação, observado o disposto no art. 7º. (NR)

Art. 2º O art. 7º da Lei nº 3.207, de 1957, passa a vigorar acrescido dos seguintes § 1º e 2º:

"Art. 7º .....

§ 1º A comissão somente poderá ser estornada quando esgotarem todas as tentativas de composição como insolvente, judicial ou extrajudicial.

§ 2º O estorno, quando se fizer necessário, será efetuado parceladamente, não podendo cada parcela comprometer um valor superior a vinte por cento da remuneração líquida mensal do vendedor.

"Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido e aprovado o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 285, DE 2001**

**Dispensa de publicação de redação final.**

Nos termos do art. 321 do Regulamento Interno, requiro a dispensa de publicação do Parecer, para imediato a discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2000 (nº 596/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas, para permitir o pagamento de comissões e percentagens em prestações sucessivas quando do recebimento da primeira parcela e estabelece critérios para o estorno de comissões pagas.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2001. – **Ade-mir Andra de.**

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Apro-vado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não ha vendo quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à sanção.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Pas-sa-se à apreciação do Reque ri men to nº 280, de ur-gên cia, lido no Expe di en te, para o Pro je to de Re so lu-ção nº 22, de 2001, re la ti vo à au to ri za ção para a con-tra ta ção de ope ra ção de cré di to ex ter no en tre o Ban-co do Nor deste do Bra si le o Ban co In te ra me ri ca no de De sen vol vi men to no va lor de US\$150 mil hões dos Esta dos Uni dos da Amé ri ca, des ti na dos ao fi nan ci a-mento par ci al do Pro gra ma de Ex pa são de Mer ca-dos para Pe que nas e Mé di as Em pre sas.

Em votação o requerimento.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a pa la vra para en ca mi nhar a vo ta ção.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a pa la vra.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR.) Para en ca mi nhar a vo ta ção. Sem re vi são do ora dor.) – Sr. Presidente, en ca mi nho fa vor avel men te a ma té-ria, res sal tan do a im por tância do pro je to para a Re-gião Nor deste, e so li ci to às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Se na do res o vo to pela apro va ção.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em vo ta ção o Re que ri men to nº 280, de 2001.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Se na do res que o apro vam que-iram per mane cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria a que se re fe re fi gu ra rá na Or dem do Dia da se gun da ses são de li be ra ti va or di ná ria, nos ter mos do Re gi men to.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Pas-sa-se à apreciação de Re que ri men to nº 281, de ur-gên cia, lido no Expe di en te, para o Pro je to de Re so lu-ção nº 23, de 2001, re la ti vo à au to ri za ção para a con-tra ta ção de ope ra ção de cré di to ex ter no en tre o Go-ver no do Dis tri to Fe de ral e o Ban co In te ra me ri ca no de De sen vol vi men to no va lor de US\$130 mil hões dos

Esta dos Uni dos da Amé ri ca, des ti na dos ao fi nan ci a-mento par ci al do Pro gra ma de Sa ne amento Bá si co do Dis tri to Fe de ral, Bra si lí a.

Em votação o requerimento.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR.) Para en ca mi nhar a vo ta ção. Sem re vi são do ora dor.) – Sr. Presidente, que ro re gi strar a im por tância do fi-nan ci amento para Bra si lí a de uma obra de sa ne a-mento bá si co e en ca mi nho o vo to fa vor ável pelo PSDB e pela Li de ran ça do Go ver no.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em vo ta ção.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Se na do res que o apro vam que-iram per mane cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria a que se re fe re fi gu ra rá na Or dem do Dia da se gun da ses são de li be ra ti va or di ná ria, nos ter mos do Re gi men to.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Não ha ven do ob je ção do Ple ná rio pas sa-se à apre ci a ção do Re que ri men to nº 282, de ur gên cia, lido no Expe-di en te, para o Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 2, de 2001.

Em votação o requerimento.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE) – Sr. Pre si den te, a que se re fe re esse pro je to?

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Se na-dor José Edu ar do Du tra, in for ma a V. Ex<sup>a</sup> que foi apro-va do pela Casa um pro je to que diz res pe i to à al te ra-ção do § 2º do art. 458 da Con so li da ção das Leis do Trabalho, apro va da pelo De cre to-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE) – Mu i to ob ri ga do.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Em vo ta ção.

As Sr<sup>as</sup> e os Sr<sup>s</sup> Se na do res que o apro vam que i ram per mane cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria fi gu ra rá na Or dem do Dia da se gun da ses são de li be ra ti va or di ná ria, nos ter mos do Re gi men to.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Vo ta-se à lis ta de ora do res.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Blo co/PSDB – RR) – Sr. Pre si den te, peço a pa la vra pela Li de ran ça do Go-ver no.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Con-ce-do a pa la vra a V. Ex<sup>a</sup> pela Li de ran ça do Go ver no.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR.) Como Líder. Pronuncia o discurso. Sem revisão do

ora dor.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Sr<sup>s</sup> Senadores, que ro apenas fazer um registro que considere extremamente importante.

O Presidente Fernando Henrique determinou que a fronteira da Bolívia seja patrulhada pelas Forças Armadas para combater a febre aftosa, evitando a passagem de gado contaminado para o território brasileiro. A medida pretende impedir o contrabando de animais portadores do vírus da febre aftosa.

É importante registrar que, no Cone Sul, mais de 1.450 focos de aftosa já foram detectados, e, portanto, o Brasil precisa estar vigilante no que diz respeito a essa questão.

Faço esse importante registro, solicitando, ainda, a transcrição da matéria "Fronteira com a Bolívia vai ter patrulha mento das Forças Armadas", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU  
PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TER-  
MOS DO ART. 210 DO REGIMENTO  
INTERNO.*

**O Estado de S. Paulo**

**FRONTEIRA COM A BOLÍVIA VAI TER  
PATRULHAMENTO**

**Unidades das Forças Armadas que rem impedir que contrabando de traça afeto sa para o País.**

Brasília – O Presidente Fernando Henrique Cardoso autorizou ontem que unidades das Forças Armadas patrulhem a fronteira de Rondônia com a Bolívia, diante do risco do contágio da febre aftosa e do avanço da doença nos países do Cone Sul. A medida pretende impedir o contrabando de animais portadores do vírus.

Dados do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (II-CA), indicam a existência de 1.450 focos de aftosa no Cone Sul. Desse total, 802 estão localizados na Argentina, cujo rebanho bovino é de cerca de 52 milhões de cabeças; 582 no Uruguai, que tem rebanho de 24,5 milhões de cabeças; 59 na Bolívia, onde há cerca de 9 milhões de cabeças; e sete no Brasil, cujo rebanho bovino é de 167 milhões de cabeças. Os focos brasileiros estão localizados no Rio Grande do Sul, que tem 13 milhões de cabeças.

Segundo o coordenador de sanidade agropecuária do II-CA, José Lio de Andrademoura, a situação da Bolívia é a mais grave, devido a falta de informações oficiais sobre a doença: "Existem 59 focos conhecidos, dos quais tipos O e A. Não se sabe qual a situação real."

So mentem agora, diz Andrademoura, a Bolívia está se estruturando contra a aftosa, com empréstimo de US\$15 milhões que recebeu do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para programas de combate à moléstia. Além disso, o Brasil celebrou vacinas para imunizar rebanhos próximos às áreas de fronteira.

Desde o mês passado, unidades do Exército, Marinha e Aeronáutica estão vigiando as fronteiras do Rio Grande do Sul

com a Argentina e o Uruguai; do Paraná com a Argentina e o Paraguai; de Santa Catarina com a Argentina; e do Mato Grosso do Sul com o Paraguai. (G.B/AE)

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, já que obtive a anuência do Líder, Senador José Eduardo Du tra, peço a palavra como Líder para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Supply para uma comunicação.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP. Como Líder, para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Sr<sup>s</sup> Senadores, registro o ofício que enviou ontem ao Excelentíssimo Senhor Presidente, Fernando Henrique Cardoso, cuja cópia inclusive mostrei ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

É o seguinte o teor do ofício enviado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso:

Causou-me espécie que Vossa Excelência tenha qualificado de irresponsável o meu artigo publicado no Jomal do Brasil, em 24-5-01, "A importância de se saber toda a verdade".

Vossa Excelência tem pleno conhecimento das atribuições constitucionais do Poder Legislativo, principalmente no que concerne ao dever de fiscalizar o Poder Executivo. Soa muito estranho, Sr. Presidente, que o Líder de seu Governo no Senado Federal, diante de fato tão grave ocorrido em 27 e 28 de junho de 2000, não tivesse relatado o conteúdo do diálogo havido entre ele e o Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, em 29/06/2000, sobre a violação do sigilo dos votos dos Senadores por ocasião da sessão de cassação do então Senador Luiz Estevão.

Da mesma maneira, também é de senso comum a suposição de que o Presidente do Senado à época, eleito e reeleito com apoio de toda a base de sustentação do Governo, e que na data ainda mantinha uma relação amistosa com Vossa Excelência, lhe relataria o conteúdo da conversa.

Seria natural que Vossa Excelência, que teve no Senador José Roberto Arruda o Líder de sua confiança até semanas atrás,



tives se sido infor ma do de to dos os acon te ci men tos.

Os fatos registrados em meu artigo, ainda que não tenha citado nominalmente os três Senadores ou o personagem que me falou sobre o seu assessor, ocorreram da maneira como eu os descrevi. Pelo menos segundo os depoimentos que chegaram ao meu conhecimento.

Se Vossa Excelência desejar esclarecer a mim o que efetivamente aconteceu, terei a maior disposição de ouvi-lo e registrar da tribuna do Senado o seu relato.

Quero também sugerir a Vossa. Excelência que recomende ao Ministro Pedro Malan que, em seu depoimento a realizar-se na próxima quinta-feira, ou seja, amanhã, 31 de maio, na Comissão de Assuntos Econômicos, revele as reais razões do afastamento do ex-Presidente do Banco Central Francisco Lopes, incluindo o conteúdo do diálogo ocorrido em 13 de janeiro de 2000, durante almoço no Palácio da Alvorada. Lembro que, em seu depoimento perante a CAE, em 24 de março de 1999, o Ministro teceu grandes elogios à atuação de Francisco Lopes, em contraste com as suas declarações à jornalista Tereza Cruvinel, publicadas no jornal O Globo de 23 de maio de 2001.

Atenciosamente,

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

Res sal to que, com res pe i to à vin da do Mi nis tro Pedro Malan, objeto de requeri mento tan to do Se na dor Romero Jucá quan to de mim próprio, previsto para a ma nhã de ma nhã, é mu i to for te a ex pec ta ti va do que S. Ex.<sup>a</sup> poderá dizer. Ainda mais porque a matéria da revista **Veja** sus ci tou es cla re ci men tos so bre o que efetivamente ocorreu em janeiro de 1999, quando, poucos dias de po is de ter Fran cis co Lo pes ti do seu nome aqui referendado pela maioria dos Senadores – fui um dos que nele votou –, houve o seu afastamento. Como o Ministro Pedro Malan, quando aqui esteve, elogiou a capacidade, a com pe t ên cia de Fran cis co Lo pes, que ago ra foi, de al gu ma maneira, avaliada negativamente pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, considero, então, ser do interesse do Senado, do interesse do povo brasileiro, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso autorize o Ministro Pedro Malan a revelar in te i ra men te os epi só di os o cor ri dos na que le mês, e que

a res pos ta dele pos sa ser, a ma nhã, bem mais es cla re ce do ra do que em 24 de março do ano pas sa do.

Se o Senador Romero Jucá desejar um aparte, com a maior honra, concederei.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – Se na dor, nes ta fase de co mu ni ca ções in a di á ve is não há aparte.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Blo co/PSDB – RR) – Se na dor Edu ar do Su plicy, logo que V. Ex.<sup>a</sup> ter mi nar, soli ci ta rei a pa la vra, pela Li de ran ça, para fa zer um es cla re ci men to so bre o ofí cio que V. Ex.<sup>a</sup> está en vi an do ao Presidente Fernando Henrique.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – Se na dor Edu ar do Su plicy, a Pre si dên cia ro ga a V. Ex.<sup>a</sup> que con clua o seu pro nun ci a men to.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Blo co/PT – SP) – Concluindo, relativamente ao primeiro epi só dio, que foi inclusive objeto de entrevistas à imprensa hoje, pelo Se na dor Ro me ro Jucá, pen so que a mel hor ma ne i ra de es cla re cer in te i ra men te aque le epi só dio se ria o próprio Presidente trans mi ti r o di á lo go man ti do com o seu Lí der, José Ro ber to Arru da, a ex ten são e a data do di á lo go, o con te ú do da lis ta, por que o nor mal é que Sua Ex ce l ên cia ti ves se um di á lo go a pro fun da do com aque la pes so a que era o seu Lí der.

Certamente, o Se na dor Ro me ro Jucá, atu al Lí der do Presidente Fernando Henrique Cardoso no Senado, hoje, transmite a Sua Excelência, a toda hora, tudo o que há de mais im por tan te, in clu si ve so bre os di á lo gos que, por ventura, tenha com o atual Presidente do Se na do, Se na dor Ja der Bar ba lho.

Então, assim che ga re mos a um es cla re ci men to cabal.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ja der Bar ba lho) – Con ce do a pa la vra ao Se na dor Ro me ro Jucá, como Lí der do Governo, para uma comunicação in a di á vel.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Blo co/PSDB – RR. Para uma comunicação in a di á vel. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Sr<sup>s</sup> Senadores, farei dois esclarecimentos específicos a respeito da carta e da fala do Se na dor Edu ar do Su plicy.

Em primeiro lugar, na carta, o Senador Eduardo Suplicy questiona novamente se teria ou não o Presidente Fernando Henrique visto a tal lista, ponto de toda essa confusão aqui no Senado.

O Presidente foi taxativo assim como eu, pela Li de ran ça. Re pi to para o Se na dor Edu ar do Su plicy e para toda a po pu la ção que está nos as sis tin do que o Pre si den te não viu a lis ta, não sabe e não ou viu nada a respeito dela. Sua Excelência foi claro quanto à

questão, tanto que os Senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães, nas audiências específicas do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, também foram taxativos ao dizer que não comentaram e nem mostraram tal lista ao Presidente da República.

Assim, apesar da insistência do Senador Eduardo Suplicy com o tema, penso que, definitivamente, esse é um assunto vencido. Aliás, é um assunto que espero ver hoje encerrado, e também a retomada da normalidade do Senado Federal. Portanto, o Presidente nada tem a ver com o episódio do pai nel, da lista; não teve conhecimento; não agiu; não participou o "acordão".

Está tudo com provida. Os fatos mostram a verdade cristalina das providências tomadas pelo Senado e a ausência do Presidente na questão. Sua Excelência não conheceu, não viu, não tomou conhecimento e não tratou do assunto.

No que diz respeito ao Ministro Pedro Malan, apresentei um requerimento convidando S. Ex.<sup>a</sup>, assim como o fez o Senador Eduardo Suplicy. Amanhã, às nove horas e trinta minutos, o Ministro Pedro Malan estará na Comissão de Assuntos Econômicos exatamente para prestar todos os esclarecimentos relacionados ao episódio Chico Lopes. O Governo não tem nada a esconder. O Governo não sabe de maracutaia, de jogo de interesse, de venda de informação. O Governo desconhece essa questão, tanto que se apressou, até na presença do Ministro Pedro Malan, do Presidente Armínio Fraga e da Sr.<sup>a</sup> Teresinha Grossi, a dar as explicações necessárias.

Portanto, quero dizer ao Senador Eduardo Suplicy e a todo o Senado que, amanhã, às 9 horas e 30 minutos, o Ministro Pedro Malan estará à disposição para, definitivamente, encerrar este episódio do Banco Central e do Marka/Fonte Cin dam, no que diz respeito ao Governo. É claro que o Ministério Público, a Justiça e a Polícia Federal estão tratando da questão, mas o Governo está acompanhando e pedindo a extradição do Sr. Caciciola da Itália para o Brasil, e assim, tomando todas as providências de forma transparente para elucidar o fato. É dessa maneira que o Governo agirá em todas as questões.

Sr. Presidente, eram os esclarecimentos que queria dar à Nação e ao Senador Eduardo Suplicy.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaider Barbosa) – Antes de passar a palavra ao Senador Ney Suassuna, último orador inscrito, a Presidência renova o fato de que o Ministro Pedro Malan comparecerá amanhã, às 9

horas e 30 minutos, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Lembro também aos Srs. Senadores que teremos a posse do suplente do Senador Antonio Carlos Magalhães amanhã, ao final da manhã.

Com a palavra, o Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronunciado o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, tenho o cuidado de tributar esta Casa repetidas vezes para falar do ciclo cruel da seca que retorna ao Nordeste. Tenho criticado o Governo e mentalmente pela inação, pelos desastrosos e desencontros das medidas em relação à seca, pois represento o povo do meu Estado e como tal devo clamar por ele, que passa por dificuldades, uma vez que não havia um Ministério no comando da área e não havia recursos para cestas básicas e carros-pipa. Inúmeras vezes critiquei, acredito, com toda a razão.

No entanto, sou justo quando tenho motivos para elogiar. E hoje venho à tribuna para dizer que até que enfim alguém no Governo tomou uma atitude. De se elogiar a ação do Ministro da Integração Nacional, Raul Jungmann, que, numa rapidez nunca vista nos últimos tempos, foi a vários Estados do Nordeste. Gostaria de chamar a atenção do Líder do Governo, pois estou fazendo um elogio, dizendo que o Ministro, logo após a sua posse, já estava visitando três Estados. Foi ao meu Estado da Paraíba; visitou cidades importantes do perímetro de seca; foi ao Vale do Sabugi; visitou cidades que há três anos não têm água para beber; viu o gado morrendo por falta de alimento e água. Depois fez uma reunião com os Governadores da região; coordenou numa única ação todas as ações de todos os Ministérios no dia seguinte, restabelecendo caminhos que estavam bloqueados com a extinção da Sudepe; pediu uma reunião com os Deputados e os Senadores da região nordestina. Hoje, pela manhã, falou de todas as ações que está desencadeando; enfim, fez uma verdadeira **blitz**.

Eu fiquei pensando: meu Deus, como seria bom se nós tivéssemos mais Ministros com essa agilidade! Fiquei muito satisfeito, Senador Suplicy; fiquei muito satisfeito, Senador Romero Jucá, com as ações desencadeadas pelo Ministro Jungmann. Apesar de estar ocupando dois Ministérios, numa ação rapidíssima, S. Ex.<sup>a</sup> distribuiu 100 mil cestas básicas, contratou o Exército para distribuir R\$9 milhões em carros-pipa. Não é uma solução permanente, mas é uma solução. É isso que o representante do povo clama, é isso que o representante do povo quer. O povo quer ação

e não conversa fiada; o povo quer trabalho; o povo quer ver que a sua qualidade de vida, mesmo na aflição, está sendo cuidada.

**O Sr. Romero Jucá** (Bloco/PSDB – RR) – Senador Ney Suassuna, V. Exª me permite um aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Concedo o aparte a V. Exª, Senador Romero Jucá.

**O Sr. Romero Jucá** (Bloco/PSDB – RR) – Senador Ney Suassuna, eu pedi este aparte a V. Exª primeiro para registrar o carinho, a amizade e a admiração que tenho por V. Exª. Eu estava assinando a lista de presença para falar nesta semana e prestava atenção ao discurso de V. Exª, que é um discurso importante, que trata de um problema grave do Nordeste, um problema que se tem repetido e que leva sofrimento a milhões de pessoas, inclusive na Paraíba de V. Exª. Conheço bem os sertões da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, e sei da dificuldade que a população vive hoje. O problema da seca e da seca verde é grave. O Presidente Fernando Henrique Cardoso acertou mais uma vez ao designar o Ministro Raul Jungmann, que é um Ministro operoso, competente, ágil, sério, para coordenar as ações conjuntas do Governo nessa região. Há muito o que fazer, e tem que se fazer logo. Portanto, fico satisfeito, como Líder do Governo, ao ouvir o teste mudo de V. Exª de que o Governo está agindo prontamente, tomando providências, minimizando a dificuldade da população do sertão, em quanto as ações mais definitivas são estudadas, como a transposição do rio São Francisco além de outras questões. Quero louvar V. Exª por levantar o tema, nesta tarde, e louvar também as ações do Ministro Raul Jungmann e toda a articulação que o Governo está realizando exatamente para levar um pouco de alívio ao sofrimento de milhões de nordestinos que hoje passam com a seca, com dificuldades até para a sua subsistência mais elementar, como beber água e ter o que comer. Meus parabéns a V. Exª pelo seu discurso.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Eu é que agradeço, nobre Senador Romero Jucá, e sei que, como pernambucano de origem, de nascimento – V. Exª pode até estar em outro Estado, isso é natural nos nordestinos, a gente sabe quando oportunidades em outros Estados –, V. Exª não esquece as raízes e sabe o sofrimento que nos causa a verificação nos nossos irmãos aflitos por água e por comida. É dureza. E V. Exª, com toda certeza, sabe que sou uma pessoa justa. Quando é preciso criticar, eu o faço. Mas hoje assomei a esta tribuna principalmente para elogiar a ação que não é definitiva, mas é uma ação rápida do

seu contrerrâneo e contrerrâneo nosso, nordestino, o Ministro Raul Jungmann. Fiquei muito feliz de ver isso.

Para V. Exª ter uma idéia da extensão, na região toda são 14 milhões de pessoas que estão em dificuldade; na área rural, desses 14 milhões, há 4 milhões de pessoas. É uma extensão grande que equivale a um Estado importante da República. São irmãos nossos que estão passando por muita dificuldade.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Exª me concede um aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Exª, Senador Ney Suassuna, por estar novamente trazendo o tema da seca verde no seu Estado, que visitei no último sábado. Estive profereindo palavras em João Pessoa e em Cabedelo. Na verdade, em Cabedelo, onde o Prefeito Júnior do PT está à frente da administração, tive a oportunidade de conhecer a sua administração, a sede municipal e de partilhar de um momento do chamado "Fest Forró", que reuniu milhares de pessoas. Mas, nas palavras que fiz, tanto em João Pessoa como em Campina Grande, pude ouvir as preocupações da população com respeito à seca. Penso ser muito importante que estejam sendo tomadas medidas. V. Exª conhece o meu ponto de vista a respeito: essas formas de distribuição envolvem a compra de cestas básicas de maneira centralizada em algum lugar, provavelmente a Conab, a fim de transportar para a Paraíba e outros Estados. Em verdade, o próprio Governo fez um diagnóstico, depois de distribuir mais de 30 milhões de cestas básicas em 1999 e 2000, de que esse não seria o instrumento mais eficaz. Precisamos instituir de forma universal o Programa de Garantia de Renda Mínima, de forma tal que toda pessoa tenha o direito inalienável de participar da riqueza da Nação, recebendo uma renda e escolhendo no que gastar. Em primeiro lugar, a pessoa não teria a ansiedade de deslocar-se de sua cidade natal, de sua roça, para conseguir sobreviver. Obviamente, passaria a ter liberdade de escolha que possibilitaria maior dinâmica do comércio local. Em função de uma eventual queda da renda por causa do problema da seca, haverá sempre a alternativa de esse procedimento ser substituído pelo Programa de Renda Mínima, por meio de um imposto de renda negativo associado à oportunidade de educação. Isso na perspectiva que V. Exª conhece e que venho defendendo, de que algum dia seja instituído no Brasil o mecanismo que assegure a

toda e qualquer família uma renda suficiente para suas necessidades vitais. Essa medida facilitaria muito as ações do Governo em época de emergência, como a que estamos vivendo e a que vive, em especial, o povo da Paraíba nas regiões mais afetadas.

Muito obrigado.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador. Concordo com V. Ex.<sup>a</sup> que o Programa de Garantia de Renda Mínima, do qual tenho sido partidário e apoiador, seria de grande importância, mas não podemos esperar que toda essa estrutura seja implantada. No momento, a questão é de vida ou morte. Precisamos de água e comida e só há uma solução imediata: a distribuição de cestas básicas e carros-pipa. Isso não nos alegra, porque queremos trabalho. Não somos pedintes, tampouco pessoas preguiçosas. No Nordeste, queremos trabalho. É difícil quando cidades inteiras não têm oportunidade de trabalho porque não há água e condições climáticas para se plantar.

Sr. Presidente, temos visto a plantação de sementeira de aposentadorias rurais do INSS, as quais têm salvo-famílias inteiras. Anciões, por meio de um mirrado salário, conseguem sustentar famílias inteiras. Isso viçia o cidadão. Como disse o poeta na música, a esmola não só é uma vergonha como viçia o cidadão. Não queremos esmola, queremos trabalho. Mas para trabalhar é preciso água, nem que seja no gotejamento, a contá-gotas, mas que dê para o vegetal viver.

Queremos a transposição, as barragens e as adutoras. O Estado da Paraíba está construindo 1.300 quilômetros de adutora, o que é surpreendente para um Estado que não como aquele. Tal vez seja a maior extensão de adutoras de todo o Nordeste, mesmo comparando-se aos Estados grandes. No momento, ainda não fizemos toda a rede de adutoras, estamos com dificuldades. É nessa hora – daí a nossa gratidão – que chegam 100 mil cestas, que são insignificantes mas evitam o saque. Caminhões estavam sendo saqueados, cidades tendo roubada de suas escolas a merenda escolar, porque as pessoas precisam comer. Nesse estado de emergência total, nem a Justiça os condena, não pode condenar. É uma situação que não deixa opção: ou faz ou morre de fome. E nenhum pai de família permitia que seu filho morresse de fome, sabendo que há alimentos estocados em algum lugar.

O Governo está fazendo outras ações. No ano passado, tínhamos R\$80 milhões para o esgotamento sanitário; para este ano estão programados R\$900

milhões. Para a merenda, temos um número substancial, mas na teoria, Sr. Presidente, porque constam apenas do Orçamento, que ainda não começou a ser praticado.

É preciso que nós, Parlamentares do Nordeste, continuemos fiscalizando, pedindo, exigindo, cobrando. Estou feliz com as ações do Ministro Raul Jungmann, pela rapidez, pela preocupação que S. Ex.<sup>a</sup> está tendo em dar as informações aos Parlamentares, às Lideranças. Agora S. Ex.<sup>a</sup> reunirá todos os Governadores do Nordeste para explicar o que está fazendo, o que pretende fazer e de que ajuda precisa. S. Ex.<sup>a</sup> está tendo a humildade, inclusive, de pedir ajuda à comunidade, à sociedade.

Fiquei muito entusiasmado, porque não estamos acostumados a isso em relação ao problema do Nordeste. O que temos tido é uma frieza muito grande, uma distância. Na realidade, fiquei emocionado quando vi o Ministro Raul Jungmann tomar, num tempo recorde, ações que calam fundo no peito de nós que temos obrigação com o povo.

Claro que os R\$25 milhões que estão lá aplicados é pouco dinheiro. Claro que vai dar para, no máximo, dois meses e meio. É preciso que se busque dinheiro novo, é preciso que se desloque dinheiro de uma rubrica para outra.

As ações já chegaram. Vamos ficar acompanhando, Sr. Presidente, gratos por que até que enfim estão chegando. Este é o quinto pronunciamento que faço nos últimos dois meses. Estava desesperado. Não tinha com quem falar, não tinha interlocutor. O Governo acertou – quando quer, acerta –, colocando um interlocutor ágil, de ouvidos abertos, com sensibilidade para resolver o problema.

Não me refiro apenas à Paraíba, mas ao Ceará, a Pernambuco, ao Rio Grande do Norte, a Alagoas e ao Piauí. Não sei se no Maranhão há cidades com problemas de seca como nestes Estados que citei. Alagoas está com 30 cidades sob calamidade; a Paraíba, com 140 das 283 cidades; o Piauí, das 221 cidades, se não me engano, com cerca de 70. Todos os Estados estão tendo calamidade, mas a Paraíba é a que mais está sofrendo.

O milho pendoou. Quem passa de fora pensa que o campo está fértil. A bonança, a espiguiinha, não chegou sequer a engrossar. Se a abrimos, não encontramos absolutamente nenhum grão. Chochou, como dizemos. Se tentarmos colher cento e cinquenta por cento da safra, estão perdidos. Não há comida. Temos que resolver o problema de imediato.

O Senador Eduardo Suplicy fala da renda mínima, o que é ótimo. Um dia ainda a teremos, mas no momento precisamos alimentar nossos irmãos. Se não o fizermos, eles criarão um cinzuído de miséria em volta das grandes cidades; miséria em toda sua amplitude, sem dinheiro para comer, perambulando pelas ruas, largando mulher e filhos para viver aqui em condições subumanas.

Estou grato ao Governo por essa ação inicial, embora saibamos que ela não é suficiente por muito tempo. Mas chegou e deve ser gratos. Estou aqui para agradecer e alertar que R\$25 milhões dão no máximo para dois meses.

No futuro, não podemos ficar à mercê de outras secas e temos como fazê-lo, Sr. Presidente. Visitei Israel e achei em graça do quando eles mostraram o rio Jordão, que é um riacho, mas suficiente para fazer grandes extensões. Vi, naquela região, plantação de bananas com qualidade excepcional, frutas sendo exportadas e aí se produzindo. Querendo, há como fazer. E sabemos como fazer. Só de vermos um pouco mais de apoio a longo prazo, no futuro, não podemos esmolos e carros-pipa ou cestas básicas gratuitas. Queremos que obras de estrutura e a transposição do rio São Francisco cheguem. Sei que não é o momento de tirar água dele agora, pois não temos água se quer para gerar energia. Haverá um apagação no Nordeste, a região que mais está periclitante, que mais está em dificuldade, mais até do que a região Sudeste.

Entre tanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fiquei feliz com as últimas ações. Tenho coibra tanto do Governo e, por isso, tenho a obrigação de assomar à tribuna para agradecer e elogiar essas ações, principalmente a atitude do Ministro Raul Jungmann.

Se o Governo tem pessoas capacitadas como o Ministro, certamente poderá dinamizar outras Pastas, a fim de que o Brasil avance, principalmente agora que o Senado – rogo a Deus – terá um tempo de paz, portanto, poderemos voltar às nossas atribuições. Com muita alegria, vejo esse fim de tormentas e confio em Deus que possa mostrar dias de muita produção para o bem do nosso País.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao eminente Senador Sebastião Rocha, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** (Bloco/PDT – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a benevolência de V. Ex<sup>a</sup>.

Desejo apenas fazer dois registros rapidamente.

O primeiro é atinente ao evento que está transcorrendo no auditório Petrólio Portella: o I Fórum Nacional de Saúde Ocular, ao qual fiz alusão ontem, inclusive citando um dado equívoco de que eu gostaria de retificar agora: em vez de 5 milhões de cegos, o mundo conta com 50 milhões, dos quais cerca de 1,2 milhão no Brasil. Daí a importância maior desse evento, que terá prosseguimento à noite, no auditório Petrólio Portella, e para o qual todos os Srs. Senadores estão convidados. Na solenidade, estarão presentes os Ministros José Serra, da Saúde, e Francisco Dornelles, do Trabalho e Emprego. O encerramento será com um coquetel oferecido pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia aos participantes do evento.

O segundo registro, Sr. Presidente, é quanto a um importante projeto de decreto legislativo de minha autoria, aprovado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, que autoriza um plebiscito para a transformação do Município de Oiapoque em território federal.

Essa é uma luta que venho travando no Senado por entender que a região norte do Amapá, e do Brasil, precisa de uma atenção maior do Poder Federal, em função da posição estratégica quanto à defesa, devido à fronteira com a Guiana Francesa, e também em função da própria estratégia de defesa da Amazônia como um todo, haja vista a cobiça internacional sobre aquela região.

O projeto virá brevemente ao plenário do Senado e espero que os Senadores possam apoiar a sua aprovação, que nada mais é do que a autorização de um plebiscito. Uma vez aprovado no Senado, vai à Câmara e, depois do resultado do plebiscito, terá continuidade o processo de definição, de deliberação sobre a transformação do Oiapoque em território federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – O Sr. Senador Roberto Saturnino enviou à Mesa proposição que, em face do disposto do art. 235, III, "a", do Regimento Interno, será lida na próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Os Srs. Senadores Romero Jucá, Mozaíl do Cavalcanti, Maguito Vilela, Casildo Maldaner, Mauro Miranda e Hugo Napoleão enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, na sociedade contemporânea, já denominada sociedade do conhecimento ou da informação, a disseminação de novas tecnologias, especialmente no campo da informática e da robótica, tornou-se imperativa, tanto para a sobrevivência das comunidades quanto para a melhoria dos padrões de vida dos cidadãos.

A essa escalada tecnológica juntaram-se, de forma concomitante, o fenômeno da globalização econômica e o advento das privatizações – uma tendência mundial e irreversível que veio redefinir o papel do Estado e sua relação com a comunidade.

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, atento às transformações que caracterizam essa nova era, procurou modernizar-se e tornar mais ágil o aparelho estatal, sem, contudo, descuidar do atendimento às camadas mais carentes e mais vulneráveis da população.

Entre as preocupações fundamentais do Governo Fernando Henrique têm-se destacado as telecomunicações, imprescindíveis, hoje, ao desempenho de qualquer atividade, pública ou privada, no âmbito interno ou no contexto internacional. Nesse aspecto, merecem particular aplauso a atuação do Ministério das Comunicações, sob a segura orientação do Ministro Pimenta da Veiga, bastando lembrar que o Brasil, embora lutando para recuperar o tempo perdido, ocupa já a décima colocação mundial em número de telefones fixos; e a oitava em número de aparelhos celulares e de usuários da Internet.

Cotejados com os países em desenvolvimento, nossa colocação é ainda mais destacada: quarto lugar em número de telefones fixos, segundo em celulares e primeiro entre usuários da Internet.

O desempenho brasileiro na área de telecomunicações foi tão grande, Sr. Presidente, que, em apenas dois anos, entre julho de 1998 e julho do ano passado, o número de terminais fixos instalados saltou de 22 milhões e 200 mil para 33 milhões e 300 mil. As empresas concessionárias do serviço telefônico fixo, ultrapassando as metas estabelecidas pelo Governo, ofereceram no final do ano passado, já em

regime de duopólio, mais de 38 milhões de acessos instalados. O número de telefones celulares em operação, que era de 5 milhões e 600 mil em julho de 1998, saltou para 19 milhões dois anos depois. Para o ano de 2005, com a competição também das bandas C, D e E, espera-se a operação de nada menos que 58 milhões de aparelhos celulares.

Agora, nesse começo de 2001, o Ministério das Comunicações dá mais um grande passo para cumprir os compromissos e os desafios que o Governo Federal se impôs. Trata-se de uma parceria firmada entre a pasta liderada pelo Ministro Pimenta da Veiga e o Ministério da Educação, visando à implantação do programa Telecomunidade. Em termos práticos, o convênio representa o primeiro passo para a consecução de um objetivo primordial, que é a universalização do acesso público à Internet, de forma a integrar as diversas comunidades entre si, especialmente aquelas de maior carência, bem como de democratizar esse acesso, estendendo-o ao público de menor poder aquisitivo.

O programa Telecomunidade, como bem o definiu o Ministro Pimenta da Veiga, representa um instrumento decisivo na preparação da sociedade brasileira para sua efetiva inclusão na era digital.

Com essa determinação, o Governo Federal vai aplicar no programa, todos os anos, centenas de milhões de dólares – recursos provenientes do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST.

A preocupação governamental de correção da possibilidade de as operadoras disputarem os segmentos de maior lucratividade, relegando a segundo plano, ou mesmo deixando sem qualquer assistência, os grupos sociais e as localidades que não representam boas perspectivas de lucro.

A disseminação do uso da Internet no Brasil tem-se dado com espantosa velocidade. Para um País que entrou tardiamente no processo de globalização, que enfrenta tantos desafios e que convive com tantos contrastes, não nos parece mau resultado acompanhar a taxa mundial de 7% da população usuária da rede virtual. Isso, no Brasil, significa um universo de 12 milhões de pessoas.

No entanto, o que preocupa é o fato de que 71% da população usuária da Internet pertencem às classes A e B. Além disso, 57% de todos os usuários se concentram na região Sudeste.

O objetivo governamental, portanto, volta-se para a democratização do acesso à rede. Isso signi-

ficale varo benefício a milhões de pessoas de menor poder aquisitivo e, também, dotar as comunidades mais distantes ou mais pobres da infraestrutura necessária à utilização da Internet.

Os recursos oriundos do FUST contemplarão até 2005, entre outros, os objetivos de atendimento a pequenas localidades, com menos de 100 habitantes, com serviços de telecomunicações; atendimento a comunidades de baixo poder aquisitivo; atendimento a áreas remotas, ou fronteiriças de interesse estratégico; fornecimento dos serviços a instituições de assistência e de fiéis; implantação de telefonia rural; instalação de redes de alta velocidade para serviços de teleconferência entre estabelecimentos de ensino e bibliotecas; implantação de acesso às redes digitais de informação destinadas a instituições de saúde; e implantação de acessos, em condições favorecidas, para uso dos estabelecimentos de ensino.

O atendimento ao setor de ensino, como se pode prever pelo convênio recentemente celebrado, é uma das prioridades para o Governo Federal, por ser um fator essencial ao enriquecimento pedagógico nas escolas de ensino médio das redes federal, estaduais e municipais. Numa etapa inicial, Sr. Presidente, pretende-se atender a 12.515 escolas públicas de ensino médio, em 5.063 municípios, abrangendo um universo de 6 milhões e 500 mil alunos e 280 mil professores. Numa etapa posterior, serão contempladas também as escolas de ensino fundamental e as instituições federais, estaduais e municipais de ensino profissionalizante.

A exclusão do conhecimento digital, Sr. Presidente, nobres colegas, equipara-se hoje ao analfabetismo funcional, o que justifica a preocupação de nossas autoridades em disseminar nas escolas e nas comunidades carentes o acesso aos computadores e à Internet. Por esse motivo, queremos aplaudir a parceria dos Ministérios das Telecomunicações e da Educação, sabedores que somos de que as novas tecnologias de informação representam poderoso instrumento para reduzir as desigualdades, promover as pessoas e avançar o progresso.

Muito obrigado.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PFL – RR) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quando se fala em economia contemporânea, não há como desconhecer uma contrastável realidade: mais do que em qualquer outra época histórica, a exuberante revolução tecnológica de nosso tempo impulsiona a

produção em níveis até então inimagináveis, promove a rápida circulação de bens e de capitais e estabelece cenários para o funcionamento dos mercados mundiais.

Em verdade, o que se vê, hoje, em termos econômicos, é a natural consequência – ou, quem sabe, a culminância – de um longo processo que, iniciada do por volta dos séculos XV e XVI, com a expansão comercial e marítima pioneiramente conduzida pelos países ibéricos, adensou-se com a Revolução Industrial inglesa, a partir de meados do séc. XVIII. A moderna industrialização consolidou o capitalismo como sistema econômico plenamente estruturado e, no transcurso do séc. XIX, promoveu sua expansão em escala planetária. A partir de seus primeiros centros dinâmicos, a Europa Ocidental e os Estados Unidos, a economia capitalista universalizou-se de maneira notável, incorporando novas áreas ao seu campo de atuação.

Não foi tranqüila a trajetória desse sistema no decorrer do séc. XX. Duas guerras mundiais, a monumental crise de 1929 e a Grande Depressão dela decorrente, sem falar das censuras dos regimes totalitários nazifascistas e da própria experiência socialista iniciada com a Revolução Bolchevista de 1917, são exemplos clássicos das vicissitudes pelas quais passou o modelo econômico consagrado pela Revolução Industrial. Todavia, sua força intrínseca suplantou as adversidades e, transformando-se no tempo, tornou-se hegemônica na atualidade.

Pode-se dizer que, nas duas décadas que vão do final dos anos quarenta aos sessenta, a economia mundial conheceu uma prosperidade ímpar, autêntica “Era de Ouro”. A crescente aliança entre pesquisa científica e sistema produtivo promoveu o grande salto que, multiplicando a capacidade de produção e ampliando consideravelmente os mercados consumidores, acabou por contribuir decisivamente para a mais radical transformação da fisionomia das sociedades: pela primeira vez na História, a sociedade vai de i xando de ser rural e, a passos largos, se urbaniza, com todas as mudanças que isso implica – hábitos, valores, costumes, formas de moradia, de expressão cultural e de convivência social.

Essas transformações, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aceleraram-se profundamente nas três últimas décadas do séc. XX. Tendo por suporte uma esplêndida revolução tecnológica, cuja capacidade de aperfeiçoar-se parece não ter limites, a economia deixou de ser meramente internacionalizada

para se tornar efetivamente mundializada. A própria noção tradicional de fronteiras nacionais não mais consegue se sustentar: rotas eletrônicas permitem a circulação virtual diária de bilhões de dólares e não há região do Planeta imune à presença de artigos produzidos em todos os cantos.

A questão essencial é que esse processo se fez – e se faz – de maneira desigual, melhor dizendo, aprofundando as desigualdades preexistentes. Justamente para tornar mais equânime a participação nesse mercado mundial por demais competitivo é que se enxergou na formação de blocos regionais uma alternativa inteligente de inserção, raciocínio válido especialmente para os chamados países emergentes. Nessa perspectiva, quando se trata de nossa América Latina, o exemplo do Mercosul torna-se crucial.

No momento em que os dirigentes dos Estados americanos reúnem-se em Quebec, avançando nas tratativas em torno da implantação da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, prevista para 2005, mais e mais se faz necessário que nos debruçemos sobre o tema. Afinal, nas condições atuais da economia mundial, tudo indica ser impossível a qualquer um dos países da América do Sul e do Caribe marchar isoladamente no sentido de inserir-se adequadamente no mercado mundial. Não obstante, também parece indiscutível que inscrever-se em um megabloco, como é o caso da Alca, fatalmente liderada por economias muito mais pujantes que as demais, sempre via, prudente e cautelosa negociação soaria como uma espécie de "suicídio" coletivo latino-americano, para usar a expressão de mestre Hélio Jaguaribe.

Julgo ser mais do que oportuno, neste momento, que se retemo o espírito que embalou a histórica decisão dos Presidentes Sarney e Alfonsín de aproximar seus países, em meados dos anos oitenta. Aquela atitude, embrião do Mercosul, teve, entre outros indiscutíveis méritos, o de promover a superação de história – e, em tudo e por tudo, injustificável – rivalidade entre Brasil e Argentina, idiosincrasia, aliás, bastante fomentada nos dois lados pelos respectivos regimes militares. Entre erros e acertos, marchas e contramarchas, o Mercosul avançou e, ao fazê-lo, demonstrou a absoluta necessidade de sua existência.

Em vez de nos preocuparmos em apontar as fragilidades do Mercosul, a exemplo das estratégias nacionais de desenvolvimento ainda assimétricas,

da grande vulnerabilidade externa e da persistência de agudos desníveis sociais, penso que o caminho a ser percorrido é o do fortalecimento do bloco do Cone Sul americano. Os acordos celebrados no setor automotivo atestam a viabilidade de uma integração solidária, fixando normas para a atração de investimentos e criando as condições favoráveis para a implantação de verdadeiros modelos industriais para o bloco.

O que a Europa compreendeu há bastante tempo – a vital necessidade de agir em bloco para se fortalecer e, desse modo, auferir resultados positivos numa economia crescentemente globalizada e cada vez mais competitiva – é a lição que precisamos aprender. Mesmo sabendo que longa é a caminhada e, para tanto, basta lembrar que a União Europeia de hoje é fruto de esforços iniciados ainda na década de cinquenta, não é possível esmorecer.

A cada dia fica mais claro que, em termos de América Latina e do Caribe, inserir-se de forma não-subalterna na economia global pressupõe, antes de tudo, a consolidação e a expansão de uma experiência como a do Mercosul. Oxalá possamos ir além, constituindo em breve espaço de tempo aquilo que os especialistas em relações internacionais chamam de "sistema" sul-americano. É pela via do fortalecimento desse tipo de bloco, além do óbvio de desenvolvermos em todo o país da região, que haveremos de reduzir nosso déficit de competitividade em relação às economias integrantes do NAFTA, especialmente os Estados Unidos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esse não é, e não pode ser, um debate que se subordine à prisão ideológica. É uma questão política, sim, e dessa forma deverá ser tratada. Imagino o Senador da República assumindo o papel que lhe cabe, o de foro privilegiado da discussão dos grandes temas que afetam a nacionalidade, trazendo o tema ao debate, quer em plenário, quer em Comissões, quer promovendo sua discussão em Audiências Públicas. O importante é que o Executivo não esteja isolado em assunto de tamanha magnitude. Cumpre ao Congresso Nacional a indeclinável tarefa de oferecer sua contribuição, inclusive abrindo à sociedade – empresários, políticos, acadêmicos, interessados em geral – a possibilidade de participar ativamente do processo.

Aprofundar nosso conhecimento técnico em torno do tema, até mesmo para tornar mais objetivas nossas posições, é o primeiro desafio que temos



pela frente. Ao mesmo tempo, não perda a sensibilidade política que a matéria requer, como forma de tomar as decisões mais adequadas, é o compromisso que temos que assumir. No fundo, o que estamos protagonizando é a construção do futuro de nossos povos, futuro esse que parece antecipar-se com incrível celeridade. Estejamos preparados para esse desafio!

Muito obrigado.

**O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as.</sup> e Srs. Senadores, amanhã o município de Jataí, no sudoeste de Goiás, completa 106 anos de emancipação política. Uma data festiva, que será coroada com muitas festividades, mas também com muito trabalho.

Estarei me deslocando hoje para Jataí, onde, junto com o prefeito Humberto Machado, com o deputado federal Geovan Freitas, com o vice-prefeito Fernando Peres, com os vereadores, participarei de solenidades de inauguração de uma série de obras importantes para o desenvolvimento do município.

O meu carinho pela bela Jataí é algo que transcende as explicações por palavras. É a minha cidade natal, que me lançou na vida pública. Foi lá que recebi as primeiras lições de vida de meus pais, João Moraes Vilela e Nazime Vilela. Lá iniciei meus estudos e alcancei meu primeiro mandato eletivo em 1976, como vereador.

Passados vários anos, a minha alegria aumenta a cada vez que retorno a Jataí. O município, localizado em uma das mais ricas regiões do Centro-Oeste brasileiro, ostenta índices elevados de crescimento e vai tornando-se um dos municípios catalisadores de novos investimentos no estado de Goiás, especialmente no campo da agroindústria.

Com 106 anos Jataí já tornou-se também um forte pólo de ensino superior que atrai todos os anos milhares de jovens do país inteiro. Possui uma infraestrutura excelente e, mais recentemente, tem avançado no apoio ao turismo.

Jataí exibepassagens importantes na história do Brasil. O mais significativo deles ligado ao ex-presidente Juscelino Kubitschek. Foi em Jataí que JK iniciou sua campanha vitoriosa à presidência da República e onde assumiu oficialmente o compromisso de mudar a capital brasileira para o Planalto Central, fato que mudaria a face econômica de todo o Centro-Oeste do Brasil.

Nesta data importante para a minha cidade e para toda a região, antes de me deslocar para Jataí,

gostaria de deixar registrado nos Anais do Senado Federal os meus cumprimentos efusivos a todo o povo jataiense. O nosso município, pela bravura e pela competência de sua gente, pela sua riqueza e pelo seu potencial, é hoje orgulho para todo o país.

Num momento de crise como o que o Brasil enfrenta, Jataí destaca-se pela prosperidade e pelo desenvolvimento que alcança, o que nos deixa, todos nós cidadãos jataienses, honrados e envidados.

Estendo os meus cumprimentos às autoridades do município e a todo o povo. Deixo, por fim, a minha mensagem de fé e certeza de que Jataí continuará crescendo em ritmo acelerado, contribuindo decisivamente para o progresso do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as.</sup> e Srs. Senadores, o Senado Federal, na vanguarda dos acontecimentos, se dia hoje e amanhã, 30 e 31 de maio, no Auditório Petrônio Portella, o I FÓRUM NACIONAL DE SAÚDE OCULAR. Conta o evento com os auspícios do Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO, sob a presidência do Dr. Marcos Ávila.

O CBO, que celebra 60 anos de existência, congrega esforços de todos os afiliados na busca de excelência nos níveis de prática médica, ensino e pesquisa, bem como no desenvolvimento de novas técnicas de prevenção e tratamento de moléstias e disfunções da visão humana. De dica-se, ainda, ao que reputo a mais nobre das ações profissionais: o atendimento voluntário a populações carentes, que tanto contribui para fazer melhor o nosso País.

Este Fórum, segundo o Conselho, é um evento inédito. Nele, durante dois dias, oftalmologistas brasileiros se integrarão a outros segmentos da sociedade para, juntos, refletirem e tomar uma posição relativa à promoção da saúde pública, especialmente a ocular. Desta que se, na organização do Encontro, a parceria com o Senado Federal, que promove a divulgação dos trabalhos.

Nos anos de 1999 e 2000, em conjunto com os Ministérios da Educação e da Saúde, o CBO realizou 524 mil cirurgias em todo o Brasil, reduzindo significativamente os níveis de deficiência visual no País. Mais importante, tais intervenções atenderam prioritariamente a populações carentes, o que contribuiu para conter os índices de repetência e evasão escolar.

O encontro em tela é motivo de regozijo para o País, pois suscitará novas propostas e técnicas de

trabalho em prol da sociedade brasileira. Nos orgulho é maior quando fica mais sabendo que o Brasil foi escolhido para, em 2006, sediar o Congresso Mundial de Oftalmologia, num reconhecimento internacional da nossa pujança e competência no setor.

Devo registrar que, no Fórum, Santa Catarina se faz representar pelo Serviço de Oftalmologia do Hospital Regional de São José, de Florianópolis, e pelo Hospital dos Olhos Sadalla Amin Ghahem, com sede em Joinville, que, sob a direção da Dra. Cleusa Coral-Ghahem, traz propostas concretas para a categoria, além de uma didática cartilha com orientações para que se preserve a visão e que incorpore ao meu pronunciamento para que conste dos Anais da Casa, pela sua relevância e importância em prol da medicina.

Dignificante, também, pelo seu alcance social, é a presença, neste evento, da Escola de Cegos Guias Helen Keller, sediada na Cabana Praia Mole, Florianópolis-SC, única na América do Sul dentre as cem existentes em todo o mundo. Entre os objetivos dessa entidade os principais são: promover a inserção social do cego, proporcionando-lhe mobilidade, independência, facilitar a sua integração no mercado de trabalho e educar a sociedade tornando-a receptiva e solidária aos programas sociais.

Parabenizo o Senado Federal, na pessoa do nosso Presidente, bem como aos organizadores e participantes do evento, desejando a todos pleno êxito no desenvolvimento dos trabalhos.

**O SR. MAURO MIRANDA** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. Srs. Senadores, o assunto que me traz hoje ao plenário desta Casa é a publicação de uma pesquisa de intenção de votos referente à disputa pelo Governo de Goiás em 2002. Aos olhos dos mais afoitos, poder-se-ia rotular o tema como meramente regional, de muito pouca importância para os interesses do Congresso Nacional e da Nação. Mas, posso afirmar que os números representam, de forma direta e inquestionável, a aprovação do povo de Goiás ao trabalho realizado pelos seus três representantes do PMDB no Senado Federal.

Isso pode ser dimensionado pelas posições de destaque que nós – Maguito Vilela, Iris Rezende e Mauro Miranda – ocupamos na pesquisa estimulada feita pelo Instituto Serpes de 12 a 18 deste mês. Publicados na edição de hoje do jornal **Diário da Manhã**, de Goiânia, os números apontam o Senador Maguito Vilela disparado na preferência popular com 50,17% da intenção de votos, mais de 20 pontos per-

centuais à frente do segundo colocado, o atual Chefe do Poder Executivo estadual.

Nessa corrida eleitoral rumo ao Palácio das Esmeraldas, que está apenas começando, Maguito também é o primeiro na pesquisa e espontânea com 18,57% das intenções de voto, além de contar com a menor rejeição, 12,67%, entre todos os prováveis candidatos mencionados. Como todos nesta Casa já sabem, Maguito Vilela governou Goiás entre os anos de 1995 e 1998, recebendo elevar dos índices de aprovação popular por sua preocupação com a área social e a geração de empregos em nosso Estado. Já como Senador, em seu primeiro mandato, ele vem dignificando esta Casa, trabalho parlamentar que é reconhecido pelos goianos.

Da mesma forma, os números relacionados à disputa pelo Senado Federal apontam entre os mais lembrados do PMDB, o ilustre Senador Iris Rezende e a minha pessoa. Pouco mais de 44% dos eleitores consultados manifestaram-se pela reeleição de Iris, enquanto 11,53% querem que eu o acompanhe, a exemplo do que ocorreu em 1994.

A apresentação dos indicadores da atual realidade política de Goiás no plenário desta Casa, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, faz-se necessária para demonstrar o orgulho e a satisfação que nós, do PMDB do meu Estado, estamos tendo pelo reconhecimento popular às nossas ações como homens públicos. Ao contrário do pensamento de que eles que hoje governam o Estado e que um dia chegaram a dizer que o nosso partido seria "varrido do cenário político regional", a grande maioria da população tem memória e já começa a desenhá-lo e retornar ao "tem po bom" para Goiás.

Políticos e experientes, nós, os três Senadores, temos a exatidão de que essa avaliação é momentânea e vai servir apenas como referencial para a nossa conduta parlamentar. Nesse sentido, também sentimos-nos reconfortados, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, pelo fato de a grande maioria dos entrevistados ter se manifestado contra a privatização das Centrais Elétricas de Goiás – Celg. Mais de 72% posicionaram-se contra a venda desta tal e apenas 15% a favor.

Com certeza, tamanha diferença vem respaldar os constantes pronunciamentos feitos por nós no plenário desta Casa contra a venda da Celg e também o ato público promovido pelo PMDB em Goiânia, no último dia 25, com a presença do Governador de Minas Gerais, Itamar Franco, e do Senador Pedro Simon.

Como pode ser observado, caros Senadores, o PMDB de Goiás continua cada vez mais sintonizado com os anseios da população do meu Estado e da Nação. E essa relação acaba refletindo em um bom desempenho dos seus representantes não apenas no Senado Federal, mas também na Câmara dos Deputados. Aliás, cabe aqui ressaltar, vários deputados federais do PMDB também aparecem com flagrante destaque na pesquisa realizada pelo Instituto Serpes.

Finalizando minhas palavras, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, reafirmo que os expressivos números auferidos pelo levantamento aumentam a nossa responsabilidade perante a população do meu Estado e o Congresso Nacional. Poderemos ter certeza que o trabalho dos três Senadores goianos nesta Casa agora será duas vezes maior, justamente para continuar merecendo o respeito e a consideração da imensa maioria da população de Goiás.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, profundamente consternado, registro o falecimento, no último dia 25 de abril, do ilustre piauiense Wilson de Andrade Brandão.

Nascido em Teresina, em 14 de outubro de 1922, acumulou, durante toda a sua vida, uma cultura invejável. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Piauí, em 1946, deixando, como legado, uma vasta obra, não só no campo do conhecimento jurídico, mas, também, em outras áreas do conhecimento, como Filosofia, Sociologia, História e Literatura, das quais era, igualmente, um profundo conhecedor.

Respeitado como um grande humanista, construiu sua carreira acadêmica com profunda competência, tendo exercido os cargos de Presidente do Instituto dos Advogados do Piauí, Professor titular de Direito Civil da Faculdade Federal de Direito do Piauí e Diretor da mesma Faculdade, dentre outros.

Sua atuação como político não foi menos brilhante. Eleito Deputado Estadual, em 1965, exerceu o mandato durante seis Legislaturas; na minha administração, foi Líder do Governo, na Assembleia Legislativa; foi o primeiro Secretário de Cultura do Estado do Piauí, que ele mesmo implantou; foi Secretário de Segurança Pública do meu Estado e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça durante seis mandatos como parlamentar estadual.

Tive a honra de privar da sua amizade e convivemos, como colegas, na Academia Piauiense de Letras.

Deixou viúva a Professora Lourdinha Brandão, filha e irmã dos meus amigos, o Coronel Gonçalves Nunes, já falecido, e o Dr. Alfredo Nunes, Prefeito de Regeneração e 1º Vice-Presidente da CBF. Pai exemplar, orgulhava-se dos seus filhos: Lourdes Amélia Brandão Nunes, Arquiteta, Wilson Nunes Brandão, Engenheiro, exercendo, atualmente, o mandato de Deputado Estadual, pelo PFL, e Luciana Nunes Brandão, Acadêmico de Direito, aos quais se referia, sempre, com muito carinho.

A Associação Piauiense de Letras prestou-lhe, logo após a sua morte, justa e merecida homenagem à qual fiz ques tão de estar presente.

Quero, então, Sr. Presidente, nesta oportunidade, deixar registrada, nos Anais desta Casa, a minha tristeza pela perda irreparável desse ilustre piauiense que foi Wilson de Andrade Brandão.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

– 1 –

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Moreira Mendes, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 242, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 2 –

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2000 (nº 1.461/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que denomina "Rodovia Governador Antonio Mariz" o trecho federal da BR-230 entre a cidade de Cajazeiras e João Pessoa, no Estado da Paraíba, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 155, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ney Suassuna.

## - 3 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 199, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 1999 (nº 501/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Porta Voz de Cianorte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda mé dia na ci da de de Ci a nor te, Esta do do Pa ra ná, tendo

Pa re ce res sob nºs 538 e 539, de 2000, e 388, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias, 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: pelo sobrestamento da tramitação da matéria, nos termos do Re que ri men to nº 302, de 2000, que encaminha, a fim de aguardar informações do Poder Judiciário do Paraná e do Ministério das Comunicações para sua instrução; 3º pronunciamento: favorável, com abstenção da Senadora Marina Silva.

## - 4 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 187, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2000 (nº 173/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que reno va a concessão da Brasil Emissoras Aliadas Sociedade Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda mé dia na ci da de de Santa Bárbara D'Oeste, Esta do de São Pa u lo, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 986, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Albi no Bo a ventura, com abstenção do Senador Geral do Cândido.

## - 5 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 191, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2000 (nº 425/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Continental de Curitiba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 982, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias, com abstenção do Senador Geral do Cândido.

## - 6 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 264, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2000 (nº 546/2000, na Câmara dos Deputados), que apro va o ato que au to ri za a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social-Palestina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina, Estado de São Paulo, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 269, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

## - 7 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 105, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2001 (nº 457/2000, na Câmara dos Deputados), que apro va o ato que au to ri za o Go ver no do Esta do do Acre, por in ter mé dio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na ci da de de Sena Ma du re i ra, Esta do do Acre, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 385, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Tião Viana, com abstenção da Senadora Marina Silva.

## - 8 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 127, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2001 (nº 865/2001, na Câmara dos Deputados), que apro va o ato que ou tor ga permissão à Empresa de Radiodifusão Dinâmica Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na ci da de de Dou ra dos, Esta do de Mato Gros so do Sul, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 427, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ramez Tebet.

## - 9 -

## REQUERIMENTO Nº 244, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 244, de 2001, do Senador Tião Viana, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Sena do nº 71, de 2001, de sua au to ria.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Está encerrada a sessão.

*(Le van ta-se a ses são às 18 ho ras e 40 minutos)*